ANDRÉA SANTOS TEIXEIRA SILVA

ENTRE A CASA DE FARINHA E A ESTRADA BAHIA-FEIRA:
EXPERIÊNCIAS CAMPONESAS DE CONFLITO E SOCIABILIDADE NA GARANTIA DA SOBREVIVÊNCIA, FEIRA DE SANTANA (1948 – 1960)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia sob a orientação do Prof.º Dr. Antonio Luigi Negro.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. ANTONIO LUIGI NEGRO (ORIENTADOR)
Professora Drª. IARA MARIA DE ALMEIDA SOUZA (UFBa)
Professor Dr. CHARLES DE ALMEIDA SANTANA (UEFS/ UCSal)

2008

RESUMO

Os trabalhadores camponeses e produtores de farinha de mandioca de Feira de Santana são analisados nesta dissertação, com vistas à compreender suas experiências em torno do processo de reconstrução da estrada Bahia-Feira, no período entre 1948 e 1960. Ao privilegiar a análise da vida destes, utilizou-se como fonte principal seus depoimentos, apreendendo também a visão do grupo sobre sua profissão e o cotidiano a ela relacionado, os conflitos e as formas de sociabilidade. Em boa medida, a redefinição do traçado da via modificou intensamente as relações locais, inclusive as formas de trabalho, antes vigentes na zona rural feirense, assim como está intrinsecamente relacionada à expansão urbana e industrial da cidade. Paralelamente a este processo, os camponeses buscaram estratégias de luta e de sobrevivência, através de variados mecanismos, defendendo seus interesses e fazendo leituras sobre o ocorrido.

ABSTRACT

The peasant families that produced manioc flour in Feira de Santana (Bahia, Brazil) are the subject this of this study. It aims at understanding their experience in the rebuilding of the Bahia-Feira road from 1948 to 1960. Based on Oral History, the interviews focused their conceptions on their trade and everyday live. The new road modified in a great extent their local relations, from work to housing. At the same time it was observed the struggle for survival and reproduction, in which agency and experience are keys to the understanding of their narratives.

A Cleusa, a Antônio e a Adriana com amor.
A todos os camponeses da região de Humildes.

AGRADECIMENTOS

À minha família, numerosa família, pelo carinho, dedicação e incentivo constantes. À Cleusa Teixeira pelos diálogos constantes sobre as práticas dos camponeses da região de Humildes.

A todas as pessoas que se dispuseram à compartilhar seu tempo e memória, concedendo entrevistas, confiando na seriedade da pesquisa realizada na região de Humildes, expressando suas experiências de vida e trazendo contribuições valiosas para este estudo. José Mário, funcionário do setor de pessoal do Posto de Combustíveis CEDEP, em Feira de Santana, permitiu meu acesso a informações e a documentos da empresa com diligência e profissionalismo.

Ao professor Antonio Luigi Negro, meu orientador, pelo apoio a minha formação acadêmica e profissional, pela paciência, contínuo estímulo, ética e dedicação.

Aos intermediários nos contatos com os trabalhadores entrevistados: Lúcia, Sérgio, Raimundo, Jackson, Paulo César, Simone e Hélio, por disporem de parte de seu tempo e paciência no desenvolvimento desta pesquisa. Muito obrigada a Antônio e Israel Júnior pela ajuda nas caminhadas pela região.

Os professores Onildo Reis David, Rogério de Fátima e Charles de Almeida Santana acreditaram inicialmente e estimularam o desenvolvimento de um esboço de pesquisa que parecia caminhar para a Antropologia ou a Sociologia, segundo os mais “descrentes”. As professoras Tânia Gandon e Elizete da Silva, juntamente com Gilmário Moreira Brito acompanharam o início do trabalho de campo, fazendo observações e incentivando sua continuidade. Agradeço ao professor Pedro Torres pela amizade e incentivo iniciais a minha pesquisa.

Na especialização em História da Bahia, da Universidade Estadual de Feira de Santana, o professor Vicente Moreira Diocleciano, trouxe contribuições valiosas durante as orientações de pesquisa, ao insistir na importância da análise da alimentação e da cultura camponesa para o estudo em apreço. Além disso, as discussões sobre a História Regional e Local, propiciadas nas aulas do professor Erivaldo Fagundes Neves, foram um contínuo estímulo e conduziram as reflexões em boa parte desta dissertação. Aldo José Morais Silva forneceu dicas valiosas sobre onde encontrar informações da estrada Bahia-Feira.

Aos funcionários e pesquisadores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Trânsito (DNIT), do Museu Casa do Sertão e do Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), ambos na Universidade Estadual de Feira de Santana, dos arquivos públicos Municipal de Feira de Santana (APMFS) e do Estado da Bahia (APEB), do Centro de Estatísticas e Informações (CEI), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em Cruz das Almas, pela ajuda recebida com atenção e profissionalismo. Em Salvador, contei também com o auxílio valioso de funcionários de outras bibliotecas: Central da Bahia, da Companhia de Ação Regional (CAR), do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e do Programa de Pós-Graduação em História da UFBa (Biblioteca Isaías Alves), além de obter ajuda no Centro de Digitação (CEDIG).

Ao Castelo (Reginilde Santa Bárbara, Maíra Luna, Sara Tupinambás, Ana Clara Brito, Roberta Souza, Urânia Santa Bárbara e Neriane Pinto) e aos amigos da UEFS pelo carinho e incentivo. Maíra fez observações importantes e prestou grande auxílio nas primeiras pesquisas de campo. Reginilde colaborou desde o início dos trabalhos de pesquisa, sempre prestimosa e animadora, até a escrita do texto final da dissertação, leu o capítulo 1 e fez observações significativas.

Robério Souza, sempre prestativo e incentivador, colaborou com este estudo desde o início, leu o projeto de pesquisa e auxiliou na aquisição do material bibliográfico necessário a análise do tema. Igor Gomes leu e comentou o texto por completo, fazendo sugestões valiosas. Edivânia Alexandre deu sugestões preciosas, acatadas no trato com as fotografias. Ângelo Pinto, grande amigo, auxiliou nos problemas com o computador. Igor Trabuco e Maria Carolina, obrigada pela amizade e contínuo estímulo.

Agradeço aos professores examinadores da banca de qualificação, Miriam Rabelo (UFBa) e Charles de Almeida Santana (UEFS/ UCSal), pelas valiosas colaborações que enriqueceram a construção da narrativa e as análises dos depoimentos. Aceitando novamente o convite, o professor Charles comporá a banca de defesa, juntamente com a professora Iara Maria de Almeida Souza.

Á Edinilsa Salvino Silva, querida amiga, pela ajuda constante, lendo trechos do texto final e fazendo observações importantes, e pelo companheirismo, assim como, aos amigos de Salvador (é difícil mencionar todos) que suportaram minhas ausências e continuaram me estimulando nesta empreitada.

Aos colegas do IMEJA, sobretudo a Agacy, Jurema, Augusto, Zenaide, Aninha e Fabiano pelo companheirismo e solidariedade.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em História da UFBa (PPGH) pelo apoio, carinho e contribuições valiosas para a melhoria das pesquisas de campo e melhor aproveitamento das fontes orais, em especial, a Marcos, Marcelo e Liane.

Aos professores do PPGH pelas observações feitas sobre o projeto de pesquisa e as discussões durante as disciplinas por eles ministradas.

Ao PPGH pelo financiamento de viagem para apresentação de trabalho, a qual permitiu o acesso às novas discussões e questões em torno do tema de pesquisa por mim desenvolvido. Estendendo meus agradecimentos ao Programa Primeiros Projetos da Fapesb pela ajuda de custo com as últimas viagens de pesquisa de campo realizadas em Feira de Santana.

Um abraço!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1: Os camponeses da região de Humildes: propriedade da terra e relações de parentesco na atividade de produção de farinha de mandioca 9

Camponeses 9
Mulheres batalhadoras 14
O "maior produtor de mandioca da região" 26
Trabalhador do "coroné" 30
Economia subsidiária 36
Uma região socialmente construída 45

CAPÍTULO 2: O cotidiano da roça e seus enfrentamentos: relações de vizinhança, tensões e limites do ofício 52

Trabalhando na roça e na casa de farinha 53
Formas de ajuda mútua 65
Festas e religiosidade 78
O sustento familiar e a comercialização dos produtos da roça 88
"Garantindo um trocado"..... 96

CAPÍTULO 3: A construção da "estrada nova", sinal de outros tempos: modificações na garantia do sustento e significados atribuídos ao percurso 109

Lembranças sobre a "estrada velha" 110
A estrada BA 01 114
Feira de Santana e os seus muitos caminhos 127
A "nova" Baia-Feira 136
Reconstrução e desapropriações 142
Caminhos percorridos, horizontes diferenciados 151
Novas ocupações 159
Visões sobre o processo 165

CONSIDERAÇÕES FINAIS 171
FONTES 174
ANEXOS 178
BIBLIOGRAFIA 180

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como foco principal um grupo de camponeses da zona rural de Feira de Santana, aqui denominada de região de Humildes. Os trabalhadores em apreço são descendentes de algumas famílias produtoras de farinha de mandioca e de outros artigos do ramo agropecuário na localidade a várias gerações. Interessa-nos, neste sentido, compreender como, este grupo experimentou o processo de reconstrução da estrada Bahia-Feira, que ligava Feira de Santana a Salvador, quais modificações se deram em seu cotidiano e o que dele permaneceu a partir deste empreendimento rodoviário. A implantação da estrada Bahia-Feira ocorreu por volta da década de 20, sendo remodelada entre os anos 1948 e 1960, período de tempo aqui analisado. No entanto, ainda que, demarcando um recorte temporal em nossas reflexões, em alguns momentos, o mesmo pode ser extrapolado, visando um melhor entendimento da realidade considerada. Isto porque, ao ponderar os relatos dos camponeses da região de Humildes sobre suas próprias experiências, notamos que estas narrativas fugiam muitas vezes ao período de tempo evidenciado.

Utilizamos o termo experiência neste estudo, embasando-nos nas reflexões realizadas por Edward Thompson na obra *A miséria da teoria*, para quem a vivência cotidiana de variadas situações por uma pessoa ou por um grupo de pessoas pode vir acompanhada de pensamentos e sentimentos que dão certo sentido, certo significado a estas mesmas situações.[1] Desta maneira, tentamos apreender o modo como o grupo de trabalhadores em análise viveu e pensou a dinâmica

[1] Para Thompson, a experiência se dá "como uma resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. (...) A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo". In: THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 15-16.

de transformações empreendidas em seu cotidiano de trabalho pelo processo de reconstrução da estrada Bahia-Feira. Para tanto, situamos nossas análises nos campos específicos da História Oral e da História Regional e Local. Respectivamente, suas metodologias permitiram compreender com mais clareza o nosso objeto de pesquisa, auxiliando-nos na investigação das subjetividades presentes na memória dos camponeses, ao passo em que nos propiciaram relacionar as experiências vivenciadas na região de Humildes com realidades mais abrangentes, apontando particularidades locais, semelhanças e conexões com o contexto nacional brasileiro. A região de Humildes, fração da zona rural de Feira de Santana, apresenta-se, diante disto, como um espaço de atuação destes trabalhadores, integrado a uma realidade maior, no qual o crescimento econômico brasileiro e a expansão da indústria automobilística, almejados pelo presidente Juscelino Kubsticheck e alguns governos anteriores, faziam parte de um projeto nacional de "desenvolvimento" desde, pelo menos, a segunda metade do século XX.[2] Já em se tratando dos depoimentos abordados, nós os compreendemos não como meios para se adquirir dados ou como expressões da verdade absoluta, mas como possibilidade de observar a maneira como os trabalhadores organizam suas narrativas, como se vêem e expressam sua profissão e o cotidiano a ela associado.[3]

---

[2] A região de Humildes será enfocada no capítulo 1, contudo, para uma discussão mais aprimorada sobre o conceito de região, ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987. p. 25; NEVES, Erivaldo Fagundes. *História regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana; Salvador: Arcádia, 2002. p. 46 e 61 e SILVA, Marcos A. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990. Ver também: DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, que trata da construção mútua entre espaço e sociedades nos capítulos "Caminhadas pela cidade" e "Relatos de espaço".

[3] Sobre a aplicação da História Oral, entendida como a história baseada em fontes orais, ver: KHOURY, Yara Aun. "Narrativas orais na investigação de história social". In: *Revista Projeto História*, nº. 22, Jun/ 2001; SAMUEL, Raphael. "Documentação, história local e história oral". In: *Revista Brasileira de História*, vol. 09, nº 19, Set – 89/ fev – 90; THOMSON, Alistair e outros. "Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais". In: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996; PORTELLI, Alessandro. "O que faz a história oral diferente". In: *Revista Projeto História*, nº 14, fev/ 1997; e GARRIDO, Joan Del A. i. "As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate". In: *Revista Brasileira de História*, vol. 13, nº 25/ 26, set. 92/ ago. 93.

De modo geral, esses trabalhadores foram entrevistados em função de retirarem seu sustento da atividade de preparação da farinha local, dando-se preferência aos mais velhos. Era constante em muitas entrevistas a menção a camponeses tidos na localidade como sendo aqueles que viveram um determinado período em que a produção de farinha estava em pleno vigor. Hoje, boa parte deles já faleceu, mas, de posse dessas referências, conseguimos entrevistar seus descendentes. Muito embora estes últimos não tenham vivenciado na região de Humildes o período de reconstrução da estrada Bahia-Feira, suas narrativas nos permitem observar as experiências relacionadas às modificações que ocorreram nas formas de sustento das gerações mais jovens (posteriores a 1960), o que será discutido no final desta dissertação.

Em sua totalidade, os depoimentos contribuíram para a visualização do cotidiano comum a esses trabalhadores e, em separado, cada narrativa permitiu a compreensão das experiências de sociabilidade e conflito e das percepções sobre este vivido, existentes na fala de cada um. Nesta perspectiva, buscamos também entender como os lugares ocupados por estes entrevistados no grupo de camponeses da região de Humildes influenciaram suas narrativas. Aqui perceber as subjetividades de suas falas perpassa o entendimento de quem eles são.[4] Entretanto, difícil seria tratar este volume de relatos levando-se em consideração as subjetividades.

Dessa maneira, selecionamos um pequeno número de oito entrevistados, cujos testemunhos nortearão a análise deste estudo: os casais Francisco Paulo de Lima e Zenaide da Silva Lima, José Gabriel Oliveira e Maria Lúcia dos Santos Oliveira, além de Pedro dos Santos, Francisco Marques de Cerqueira, João dos Santos Teixeira e Maria de Jesus dos Santos Silva. Tais pessoas são aqui importantes por terem vivenciado o processo de reestruturação da estrada Bahia-Feira e porque seus depoimentos ajudam a observar as possibilidades, os limites e as

[4] Há uma discussão sobre esta perspectiva em lidar com os depoimentos orais no artigo: KHOURY, "Narrativas orais", p. 79 a 103.

expectativas relacionadas ao sustento extraído da produção de farinha no período entre 1948 e 1960. Assim, considerando a abordagem feita por Walter Benjamin sobre a importância da narrativa, narrar a história destes personagens é tornar visível suas experiências que ganham significados na medida em que se observa o cotidiano do trabalho rural.[5] Por outro lado, as demais entrevistas serão utilizadas como complemento ou confronto dos relatos destas oito pessoas consideradas.

Ao ponderar as primeiras entrevistas, inquietava-nos a escolha de um termo que pudesse dar conta da diversidade de ocupações vigentes entre os mesmos camponeses. A princípio, percebemos que termos como pequeno proprietário, meeiro, rendeiro não se aplicavam ao conjunto de trabalhadores da farinha de mandioca da região aqui analisada. Isto se deve, em parte, ao fato de que muitos deles combinavam várias destas atribuições em sua luta pela sobrevivência. Diante disto, a utilização do termo camponês, como o é empregado pelo sociólogo e estudioso Ildes Ferreira Oliveira em seu estudo sobre os trabalhadores das zonas rurais das cidades de Feira de Santana e de Serrinha, nos pareceu mais acertada. Isto porque, além de considerar em parte de suas reflexões o mesmo recorte geográfico que nós, há grandes semelhanças entre os modos de vida dos camponeses por ele analisados e os modos de vida dos da região de Humildes, isto é, viviam da atividade agropecuária num regime de trabalho familiar e de pequena produção, visando a sua subsistência.[6]

A expressão camponês, entretanto, diz muito pouco sobre os mesmos se considerada fora de suas vivências. Seguindo esta perspectiva, torna-se necessário adequar o conceito adotado por

---

[5] BENJAMIN, Walter. "O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov." In: *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1980. 3ª. edição.

[6] OLIVEIRA, Ildes Ferreira. *A luta pela autonomia e participação política dos camponeses: um estudo nas micro-regiões de Feira de Santana e Serrinha, no Estado da Bahia*. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Sociologia (Centro de Humanidades), 1987, p. 33 – 35. No capítulo 1 desta dissertação, os trabalhadores da farinha de mandioca serão enfocados mais detidamente, elencando-se algumas características do grupo e de seu ofício.

Ildes Oliveira ao cotidiano de trabalho focalizado na região de Humildes no contexto histórico da reconstrução da estrada Bahia-Feira, agregando-lhe significados na medida em que a realidade social se apresenta.[7] Assim, considerando estes trabalhadores enquanto grupo social, observamos situações em que eles se aproximavam e se distanciavam, apontando diferentes aspectos da vida em torno da produção de farinha de mandioca, tais como a importância da terra e das relações entre homens e mulheres, de parentesco, de vizinhança e, em menor medida, das relações de geração. Destes elementos, a propriedade da terra é o mais flagrante na caracterização do grupo de camponeses, ou ainda, é o espaço onde eles se constituíram enquanto trabalhadores.

Além dos depoimentos orais, utilizamos também em contraponto a eles outras fontes, como processos-crimes, fotografias recentes e do período anterior a redefinição do traçado da estrada Bahia-Feira, fichas de trabalhadores de um dos postos de gasolina locais, documentos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), relatórios dos engenheiros responsáveis pelas obras na via e jornais baianos. Os processos-crimes possibilitaram entender parte do cotidiano local, sobretudo, do dia-a-dia da região relacionado à "antiga" estrada Bahia-Feira. Tais documentos revelam o cotidiano dos acidentes e dos conflitos que perpassam a vida de uma comunidade rural muito próxima da única via terrestre que dava acesso ao intenso trânsito em direção à capital ou desta para o restante do interior da Bahia.[8] Em algumas ocasiões deste estudo, os processos-crimes são confrontados com jornais baianos.[9] Estes fazem silêncio sobre os trabalhadores da zona rural, com exceção do jornal O Momento, o qual relata os

---

[7] Para uma melhor discussão sobre o uso de categorias explicativas no trabalho rural, ver a interessante abordagem de Charles de Almeida Santana na obra *Fartura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações; Bahia, 1950 – 1980*. São Paulo: Annablume, 1998, p. 44.

[8] Os processos-crimes, do distrito de Humildes e adjacências, estão disponíveis no Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

[9] Foram consultados os seguintes jornais: *Folha do Norte* (ago – dez/ 1947, 1948 – 1953, 1960) no Centro de Estudos Feirenses (CENEF) do Museu Casa do Sertão/ UEFS, e na biblioteca Central da Bahia, Setor Revistas e Jornais Raros: *Diário da Bahia* (dez/ 1951), *A Tarde* (1950) e *O Momento* (1948 - 1950) e no Centro de Digitação (CEDIG) do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, o jornal *A Tarde* (1951 – fev/1952).

conflitos em torno da disputa pela terra em outras cidades baianas. No entanto, ainda que sem mencionar o cotidiano dos camponeses da Bahia, os jornais pesquisados contribuíram no entendimento da periodização do nosso objeto de estudo e, ao mesmo tempo, nos ajudaram a relacionar a remodelação da estrada Bahia-Feira com o contexto nacional brasileiro e a apreender as intenções e justificativas em torno desta reconstrução.

Em contraposição ao projeto de reconstrução da estrada e às mensagens veiculadas pela maioria dos jornais consultados, os relatórios dos engenheiros responsáveis pelas obras e pela manutenção da Bahia-Feira e os anais dos Congressos Brasileiros de Estradas de Rodagens contribuíram para avaliar as condições da via, os objetivos deste empreendimento, a relação com as construções rodoviárias em outras regiões do Brasil, bem como parte do seu processo de implantação no estado da Bahia.[10] Do outro lado do processo, as fotografias recentes da região de Humildes, aqui utilizadas como ilustração, dão uma idéia do cotidiano rural e das técnicas de trabalho, bem como das modificações recentes na vida local. Já as fotografias do período de implantação da Bahia-Feira permitem avaliar algumas especificidades, como os operários contratados, as condições da estrada e de tráfego e a interação com as zonas rurais por onde a via passou. Ocorre que, diferentemente das fotografias recentes, inseridas nesta dissertação como mecanismos para se entender "aspectos da vida material" da região de Humildes, as mais antigas (disponíveis nos anais dos congressos brasileiros acima referidos) desempenham não só o papel das primeiras, mas também contribuem para apreender quais imagens os engenheiros e o próprio

[10] Os relatórios dos engenheiros sobre a construção e a manutenção da estrada Bahia-Feira podem ser encontrados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), na seção republicana. Quanto aos anais dos Congressos Brasileiros de Estradas de Rodagens, estes estão disponíveis no Departamento de Obras Raras da Biblioteca Central da Bahia. São eles: COSTA, José Américo da. *Estradas de rodagem no estado da Bahia. Memória apresentada ao Terceiro Congresso Nacional de Estradas de Rodagem*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1924, e VISCO, Edmundo. *Serviços rodoviários no estado da Bahia. Comunicação ao 5º Congresso de Estadas de Rodagens*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1933.

Departamento Estadual de Estradas de Rodagens gostariam de passar para o leitor destes documentos e nos fóruns de discussão do setor rodoviário e quais imagens gostariam de ver esquecidas.[11]

Sob outro prisma, na busca por uma melhor visualização do espaço e do funcionamento do cotidiano das relações sociais na região de Humildes, trouxeram grande esclarecimento algumas caminhadas feitas pelos povoados que a compõem e observações associadas a conversas informais com seus moradores. De igual modo, a palestra proferida por um representante da EMBRAPA Mandioca e Fruticultura, em Cruz das Almas, disponível na biblioteca do órgão, ajudou a perceber a relação das condições geográficas e ambientais da região de Humildes no trabalho rural local, especialmente no que diz respeito à produção de farinha de mandioca. Somadas a estas fontes, os livros de registros de trabalhadores de um dos postos de combustíveis locais, o CEDEP, propiciou a investigação do cotidiano do trabalho fora da produção agropecuária local, oferecido ou buscado pelos trabalhadores da farinha de mandioca e por seus descendentes, a partir do final da década de 1950. Tais livros também permitiram compreender quem são estes trabalhadores do posto de combustíveis, o volume desta mão-de-obra e as ocupações a ela oferecidas.

Boa parte desses trabalhadores tem sua origem nas famílias produtoras de farinha de mandioca da região de Humildes, focalizadas no capítulo 1. Neste, nos detivemos à análise da importância da terra e das relações de parentesco na constituição do grupo de camponeses. Além disso, buscamos compreender quem eram esses trabalhadores e a relação deles com a terra da qual retiravam seu sustento. O capítulo seguinte priorizou o cotidiano relacionado ao trabalho na casa de farinha, apontando as possibilidades e os limites a partir deste meio de sustento, bem

[11] Sobre a discussão do uso de imagens na compreensão histórica, ler: CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Mª. "História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema". In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 5ª. Edição.

como, as relações sociais constituídas neste ramo: troca, sociabilidades, conflitos, distinções sociais. Já o terceiro e último capítulo, enfoca as experiências destes trabalhadores no processo de remodelação da estrada Bahia-Feira e o olhar destes sobre as modificações decorridas desta obra. Quando analisamos a dinâmica de transformações propiciada em Feira de Santana, tendo como mecanismo principal os relatos dos camponeses da região de Humildes, neste texto, estudamos também um período de transição de uma economia agrícola e local, que exercia uma influência em boa parte do interior da Bahia, para uma economia urbana e industrial. Neste sentido, nossas reflexões estão em consonância com o que afirma Raymond Williams, ao considerar as experiências dos sujeitos históricos como norteadoras para análise de estudos contemporâneos ou de transição.[12]

[12] WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, capítulo 4 (Idades do ouro).

CAPÍTULO 1

Os camponeses da região de Humildes: propriedade da terra e relações de parentesco na atividade de produção de farinha de mandioca

A farinha é feita de uma planta da família das
euforbiáceas, euforbiáceas
De nome manihot utlíssima que um tio meu apelidou de macaxeira
e foi aí que todo mundo achou melhor!...
A farinha tá no sangue do nordestino
eu já sei desde menino o que ela pode dar
E tem da grossa, tem da fina se não tem da quebradinha
vou na vizinha pegar pra fazer pirão ou mingau
farinha com feijão é animal!
O cabra que não tem eira nem beira
lá no fundo do quintal tem um pé de macaxeira
A macaxeira é popular, é macaxeira pr'ali, macaxeira pra cá
e em tudo que é farinhada a macaxeira tá
Você não sabe o que é farinha boa
Farinha é a que a mãe me manda lá de Alagoas
Farinhada. Djavan.

O trabalho de preparação da farinha de mandioca contribuiu durante muito tempo com a manutenção de boa parte dos trabalhadores de Feira de Santana, tanto em sua alimentação, como na venda para adquirir outros produtos necessários à sua sobrevivência. Isto se torna mais perceptível ao analisar a região localizada nas proximidades do distrito de Humildes e da atual rodovia BR 324, a antiga estrada Bahia-Feira, onde foram realizadas entrevistas com membros de algumas famílias que têm vivido ou que se mantiveram por meio deste ofício há várias gerações.

Camponeses

Durante as entrevistas feitas numa fração da zona rural da cidade, aqui denominada como a região de Humildes, contatou-se 32 pessoas, 15 mulheres e 17 homens, com a faixa etária

compreendida entre 36 e 89 anos. De modo geral, elas têm como procedência a região de Humildes, com exceção de três: Pedro dos Santos, que nasceu em uma fazenda de Feira de Santana, chamada São Luís, Maria Nilza Reis da Silva e Francisco Marques de Cerqueira, os quais afirmaram ter como origem os municípios de Candeias e de São Gonçalo dos Campos, respectivamente. As vinte e nove restantes, consideradas entre os residentes na região, compreendem tanto os herdeiros de propriedades, quanto os não-proprietários. Entre estes últimos, é comum, em seus depoimentos, a referência ao estabelecimento dos pais ou avós na localidade, demonstrando que suas famílias ali se fixaram há um bom tempo.

A partir do conjunto de entrevistados, é possível perceber, grosso modo, alguns aspectos que caracterizam o grupo, além da evidente vinculação à terra. O primeiro se refere à busca de outras formas de sustento além da produção de farinha, principalmente, em meio aos jovens. O recurso ao complemento da renda familiar ocorria continuamente em paralelo à preparação da farinha, mesmo entre aqueles que possuíam a terra. Alguns trabalharam nas roças, nas olarias e no alambique da região e outros fora dali, nas usinas do Recôncavo. Contudo, foi a partir da reconstrução da estrada Bahia-Feira que esta busca se fez com mais intensidade, até o quase sobrepujamento do preparo do gênero alimentício em questão. Os depoimentos permitiram observar que grande parte dos mais velhos era de camponeses; já seus filhos passaram a atuar em outras funções, surgidas depois da reinauguração da estrada, como pode ser visualizado na tabela a seguir:

Nº Or	Nome/ Condição	Idade	Fazenda/ Propriedade	Origem	Relação de Parentesco	Residência Atual	Observações
01	***Algemiro Pereira de Amorim (meeiro)	79 anos	Fazenda Oiteiro	Região de Humildes	X	Povoado Caboronga	Trabalhou: alambique Icaraí; usina Maracangalha
02	**Aloísio Machado da Silva (meeiro/ oleiro)	56 anos	Fazenda Pinto	Região de Humildes	Marido de Maria Nilza Reis da Silva	Povoado Bom Viver	Trabalhou na olaria da Faz. Pinto
03	*Ambrosina Marques dos Anjos (herdeira)	70 anos	Fonte do Dendê	Região de Humildes	X	Povoado Fulô	"Raspadeira de mandioca" na localidade
04	**Antônio Anunciação de Jesus (herdeiro)	70 anos	Fazenda Mamão	Região de Humildes	Irmão: Catarina Souza; tio: Maura Bezerra	Vila Fluminense	Trabalhou como "chapa"
05	***Antônio Bispo de Santana (herdeiro)	65 anos	Propriedade de José Santana	Região de Humildes	Irmão de Hamilton Bispo de Santana	Povoado Caboronga	Trabalhou em uma indústria local
06	*Belmira dos Santos Bispo (herdeira)	87 anos	Fazenda Juerana	Região de Humildes	Prima: Maria Lúcia Oliveira	Povoado Rio da Prata	X
07	*Catarina A. de Jesus Souza (herdeira)	80 anos	Fazenda Mamão	Região de Humildes	Irmã: Antônio Souza, Mãe: Maura Bezerra	Vila Fluminense	X
08	*Dionísio Araújo (trabalhador assalariado)	64 anos	Fazenda Bom Viver	Região de Humildes	Sogro: Rosalina Jesus; Genro: Pedro Santos	Povoado Bom Viver	Trabalhou no alambique Icaraí
09	**Francisco L. Santana (trabalhador assalariado)	60 anos	Fazenda Gonçalo	Região de Humildes	X	Antiga Faz. Sossego	Trabalhou na usina Aliança
10	***Francisco Marques de Cerqueira (proprietário)	77 anos	Sítio São Francisco	Cidade de S.Gonçalo dos Campos	Herdeiro Fazenda Pau a Pique; parentesco fazendas Pinto e Sossego	Bairro Limoeiro	X
11	*Francisco P. de Lima (herdeiro)	70 anos	Sítio S. Pedro e Faz. Pagão	Região de Humildes	Esposo de Zenaide da Silva Lima	Povoado Tapera	Trabalhou corte de lenha em V. de Abrantes
12	**Godofredo Teixeira dos Santos Filho (herdeiro)	59 anos	Fazenda Gonçalo	Região de Humildes	Irmão: João, Israel/ tio: Raimundo Teixeira	Povoado Caboronga	X
13	Hamilton Bispo Santana (herdeiro)	47 anos	Propriedade de José Santana	Região de Humildes	Irmão de Antônio Bispo de Santana	Povoado Caboronga	Trabalhou posto de combustíveis CEDEP
14	*Ilda Oliveira (meeira)	72 anos	Propriedade de Mª. Freire de Lima no Limoeiro	Região de Humildes	X	Bairro Limoeiro	X
15	*Israel dos Santos Teixeira (herdeiro)	64 anos	Fazenda Gonçalo	Região de Humildes	Irmão: João/ tio: Raimundo/ casado Zulmira F. C. Teixeira	Povoado Caboronga	X
16	***João dos Santos Teixeira (herdeiro)	70 anos	Fazenda Gonçalo	Região de Humildes	Irmão: Godofredo, Israel/ tio: Raimundo Teixeira	Aracaju (SE)	Trabalhou como motorista Faz. Rio da Prata
17	*José de Lima (herdeiro)	78 anos	Propriedade Maria Lima no Bom Viver	Região de Humildes	X	Povoado Bom Viver	X

Nº Or	Nome/ Condição	Idade	Fazenda/ Propriedade	Origem	Relação de Parentesco	Residência Atual	Observações
18	**José dos Santos Silva (“rendeiro”)	50 anos	Fazenda Roçadinho	Região de Humildes	Filho de Maria de Jesus dos Santos Silva	Povoado Bom Viver	Trabalhou como vigia postos de gasolina locais
19	*José Gabriel de Oliveira (trabalhador assal./ vaqueiro)	86 anos	Fazenda Rio da Prata	Região de Humildes	Casado c/ Maria Lúcia Oliveira	Povoado Rio da Prata	X
20	**Louriana de Sena Santana Silva (meeira)	54 anos	Fazenda “Doutô”	Região de Humildes	Cunhada de Zenaide da Silva Lima	Povoado Caboronga	X
21	***Maria da Glória F.C. Formiga (herdeira)	64 anos	Fazenda Caboronga	Região de Humildes	Irmã de Zulmira Fernandes C. Teixeira	Centro Feira de Santana	X
22	*Maria de Jesus dos Santos (proprietária)	77 anos	Propriedade ao lado Faz. Roçadinho	Região de Humildes	X	Povoado Bom Viver	Não possuía casa de farinha
23	*Maria de Jesus dos S. Silva (rendeira)	74 anos	Fazenda Roçadinho	Região de Humildes	Mãe de José dos Santos Silva	Povoado Bom Viver	X
24	*Maria Lúcia dos Santos Oliveira (herdeira)	75 anos	Fazenda Juerana	Região de Humildes	Casada c/ José Gabriel Oliveira; prima de Belmira S. Bispo	Povoado Rio da Prata	X
25	**Maria Nilza Reis da Silva	48 anos	X	Cidade de Candeias	Casada c/ Aloísio Machado da Silva	Povoado Bom Viver	X
26	**Maura de Jesus Souza Bezerra (herdeira)	50 anos	Fazenda Mamão	Região de Humildes	Filha de Catarina A. Souza; sobrinha de Antônio Jesus	Vila Fluminense	X
27	*Pedro dos Santos (trabalhador assalariado)	89 anos	Fazenda Bom Viver	Fazenda São Luís (Feira de Santana)	Sogro de Dionísio Araújo	Povoado Bom Viver	Trabalhou no Alambique Icaraí na Faz. Bom Viver
28	**Raimundo Teixeira de Jesus (herdeiro)	36 anos	Fazenda Gonçalo	Região de Humildes	Sobrinho de Godofredo, de Israel e de João Teixeira	Povoado Caboronga	X
29	**Rosalina Lima de Jesus (trabalhadora assalariada)	44 anos	Tanquinho	Região de Humildes	Nora de Dionísio Araújo	Povoado Bom Viver	X
30	**Roselita Pires Jesus Santos (herdeira)	56 anos	Fazenda Pica Pau	Região de Humildes	X	Povoado Caboronga	X
31	*Zenaide da Silva Lima (herdeira)	63 anos	Propriedade ao lado Faz. Rio da Prata	Região de Humildes	Casada com Francisco Paulo de Lima	Povoado Tapera	Não possuía casa de farinha
32	*Zulmira Fernandes C. Teixeira (herdeira)	57 anos	Fazenda Caboronga	Região de Humildes	Casada c/ Israel dos Santos Teixeira	Povoado Caboronga	X

Tabela 1: Relação dos (as) trabalhadores (as) entrevistados (as), de parentesco e de propriedade

*** Camponês (a) aposentado (a).**
**** Camponês (a), ou seu descendente, não aposentado (a).**
***** Camponês (a), ou seu descendente, aposentado (a) em outra profissão.**

Uma segunda característica do grupo de depoentes apontada na tabela é o número de casamentos feitos entre os camponeses da região e as relações de parentesco vigentes. Durante as pesquisas, entrevistei de dois a três membros de cada família, inclusive casais, o que tornou possível identificar estas relações. As uniões realizadas, especialmente entre herdeiros de propriedades, estabeleciam uma relação de parentesco entre as fazendas e as roças locais, assim como, também, os descendentes de uma mesma família poderiam distribuir-se entre os vários fazendeiros ali residentes. Este é o caso das propriedades Pau a Pique, Pinto, Sossego e do sítio São Francisco, pertencentes a Francisco Marques de Cerqueira e sua família, e das fazendas Gonçalo e Roçadinho, concernentes aos membros da família Teixeira. Tais proximidades assentadas entre os mesmos favoreciam a ajuda mútua nos afazeres da roça na dinâmica vivenciada na região de Humildes. Contudo, uma quantidade significativa destes trabalhadores se mudou para outras localidades. Ainda assim, na tabela, pode ser observada uma expressiva permanência de depoentes nas áreas de origem. Isto, claro, se deve ao fato de que as entrevistas foram realizadas com os camponeses ali residentes.

Vistos mais de perto, seus relatos evidenciam que, mesmo sendo a atividade com a farinha uma tarefa comum ao grupo, a necessidade do sustento implicava continuamente a vivência de situações não experimentadas por todos e da mesma maneira. Freqüentemente, esses trabalhadores acumulavam várias funções, as quais representavam diferentes estratégias cotidianas de luta pela sobrevivência. Diante disto, é importante observar que a variedade de ocupações expressava, de fato, uma diferenciação no acesso à propriedade da terra e à casa de farinha, o que consistia em um elemento flagrante da realidade vivenciada na região. A depender da posse ou não da terra e da casa de farinha, ou ainda, a depender da combinação destes recursos, os camponeses poderiam ter uma vida mais ou menos sossegada. Contrariamente, a

existência daqueles que nada tinham para garantir a manutenção própria e da família além dos braços acarretava um acúmulo maior de atividades e de esforço físico, mas que não necessariamente resultavam numa melhor renda.

Mulheres batalhadoras

A história de vida de Maria de Jesus dos Santos Silva, moradora do povoado Bom Viver, é elucidativa do cotidiano de trabalho vivenciado na região de Humildes.[13] Este povoado, onde vive hoje Dona Maria e família, tem sua origem na fazenda Bom Viver do coronel José Pinto, o qual dera oportunidades de emprego a muitos trabalhadores da localidade. Maria de Jesus Silva morava na fazenda Roçadinho de propriedade de Vespasiano Tolentino Teixeira, "Viano", onde havia arrendado parte da terra juntamente com seu esposo Emanuel. A fazenda Roçadinho fora legada a Vespasiano como herança de sua mãe. Na partilha dos bens, o filho mais novo, Godofredo Rosendo Teixeira ou "Godô", herdou a fazenda Gonçalo de seu pai, localizada no atual povoado da Caboronga.[14] Não dispondo da propriedade da terra, o casal de rendeiros, Maria e Emanuel, pagava com alguns dias de trabalho o direito de morar na terra e nela plantar:

> [Eu morava] acima da Caboronga, chamava ali Roçadinho. Fazenda Roçadinho! No tempo de Viano, Maria Pequena, finado Godô; esse povo. Eu morava aí. (...) Hoje em dia, eu trabalho na roça, capino terra, viu? Planto assim, algumas covinhas, planto. Assim... labuto dentro de casa. (...)
> Cada um plantava uma porção de mandioca. Levava para vender, comprar carne... Aí, essas coisas! Roupa... Aí, a gente fazia a farinha. Tinha os filhos que tava pequeno. Aí, fazia farinha pra vender, pra ajudar. (...) A gente pagava a renda. Renda era assim, pagava assim: dia de terça-feira ele ia trabalhar. Se fosse pra arrancar mandioca, era pra arrancar. Se fosse pra relar, era pra relar. Se fosse pra cavar cova, era pra cavar. Tudo era pra pagar aquele dia de renda que morava, morava na casa. Depois disso, ele

[13] Maria de Jesus dos Santos Silva, de 77 anos. Entrevista realizada no povoado Bom Viver, em 04 de julho de 2004.
[14] Informação obtida em conversa informal realizada com Israel dos Santos Teixeira, conhecido na região como Bobô.

> [Vespasiano Teixeira] vendeu lá a seu Pinto. Aí, ele indenizou a gente. Deu tarefa de terra a meu marido e eu comprei mais meia tarefa. São três tarefas. Depois, que a gente mudou praqui. Já tá com... seis. Quanto Line? Tua idade? [Pergunta a filha e obtém a resposta: "Vinte e oito"]... Vinte e oito anos. É que moro aqui há vinte e oito anos.
> Ele [Emanuel] que pagava o dia de renda. (...) A gente pagava a renda e eles davam o lugar que a gente quisesse trabalhar. Fazia de conta que aquilo era da gente que pagava o dia de renda. Era assim. (...) Era muito difícil! E a gente ainda ajudava o marido a criar aqueles filhos, cinco filhos. A gente acordava de madrugada. Tinha vez que relava a mandioca, botava na prensa, tornava botar outra recarcada, vinha pra casa, tomava banho, comia e ia pra casa de farinha. (...) Quando dava de manhã, os fios tava em casa. A gente vinha pra casa. (...) Vinha cuidar nos filhos que tava em casa, botar feijão no fogo, dar café aos meninos pra tornar descer pra peneirar a massa. (...) Era assim minha fia, a gente já sofreu!

No trecho da narrativa de Maria de Jesus Silva, transparece o recurso ao arrendamento de terra como uma alternativa de sobrevivência familiar; na parcela arrendada da fazenda Roçadinho, ela plantava a mandioca para a produção da farinha, comercializada no mercado da cidade, e outras culturas como o feijão, o milho e o fumo. A produção de farinha era realizada pelo casal duas vezes por semana. Em troca da terra, o esposo de Dona Maria, Emanuel Silva, desempenhava atividades variadas na roça do fazendeiro Vespasiano Teixeira ou na casa de farinha deste, durante as décadas de 1960 e 1970. Além dessa atividade, Emanuel trabalhava com freqüência para outro empregador, o grande proprietário João Marinho Falcão, na fazenda São Bernardo. João Marinho foi prefeito de Feira de Santana entre 1954 e 1959, pelo partido da União Democrática Nacional (UDN), além de líder e pioneiro da expansão dos setores industrial e financeiro da cidade.[15] Falcão também possuía a usina de açúcar Itapetingui de administração familiar, em Amélia Rodrigues, e as fazendas Calundu, Meirelles e São Bernardo, localizadas na

[15] Conforme as informações obtidas em: SANTOS, Ana Maria Fontes dos. "Ginásio Municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963 – 1964)". In: *Revista Sitientibus*, Universidade Estadual de Feira de Santana. Nº 24, Jan/Jun – 2001, p. 34.

região de Humildes.[16] Nesta última propriedade, a fazenda São Bernardo, Emanuel Silva também lidava com a lavoura, garantindo, assim, uma segunda fonte de renda.

Enquanto era possível o sustento na fazenda Roçadinho, complementado pelo trabalho na propriedade São Bernardo, Dona Maria e seu esposo criaram seus cinco filhos com atividades da roça. Um tempo depois, por volta da década de 1980, o imóvel denominado Roçadinho foi vendido ao coronel José Pinto, que o incorporou aos limites de sua fazenda Bom Viver e indenizou a família de Maria de Jesus Silva com uma pequena parcela de terra na região de Humildes. Tal, indenização se deve, segundo a depoente, ao fato de que, quando adquirira a propriedade o coronel encontrou o casal e seus descendentes residindo há vários anos na terra. A mudança de moradia vivida pela família desta camponesa foi assim relatada por seu filho, José dos Santos Silva:

> Antigamente a gente plantava mandioca, fazia farinha e levava para a feira pra vender. Nós vivia disso antigamente. E hoje também nós não estamos vivendo mais disso como era antigamente, que não tem mais lugar para nós trabalhar. Naquele tempo, tinha uma fazenda de uma viúva, nós tomava conta, plantava mandioca, dividia a meia. E hoje também não estamos vivendo, que nós não temos mais o terreno para conduzir, fazer mais como era antigamente, mas ainda nós plantamos.
> Era a [fazenda] de Maria Pequena, a mãe de Chico de Viano. É. Nós vivia nessa fazenda. E hoje em dia, vivemos aqui em cima de três tarefa de terra. Dá pra quê? Seis pessoas, em cima de três tarefa de terra, é brincadeira. Ainda tem minha mãe. São seis família... Quem tomou mais a parte da terra foi eu, que hoje eu tenho um gadozinho. Tomei mais a parte da terra...Vê aí, a plantação que a gente planta. É pouquinha coisa.[17]

As narrativas de mãe e filho trazem uma importante questão diariamente confrontada na zona rural feirense: o acesso à terra. Em seu estudo realizado nas cidades de Feira de Santana e de Serrinha, Ildes Ferreira Oliveira faz uma reflexão sobre a vida destes trabalhadores e a

[16] Informações adquiridas no depoimento de José da Costa Falcão datado de 06 de abril de 2004 e a partir de conversa informal com João dos Santos Teixeira do povoado da Caboronga. A entrevista com o descendente da família Falcão foi realizada por Liane Alves Amorim e cedida gentilmente a este estudo.
[17] José dos Santos Silva, de 50 anos. Entrevista realizada no povoado Bom Viver, em 04 de julho de 2004.

concentração de terra. De acordo com Oliveira, quase sempre, a produção agropecuária realizada por eles conta com o auxílio do grupo familiar, num caráter de subsistência, e está inserida num "sistema de reprodução simples", o qual tem como "destino" "a recriação da própria família". Aliado a isso, os camponeses possuem o domínio sobre meios de produção como a terra e os instrumentos de trabalho, ou sobre uma parte deles, se utilizam da policultura e dividem as tarefas de modo simplificado, levando em consideração critérios como o sexo e a idade. Por fim, também deve ser mencionada a subordinação direta ou indireta ao capitalismo, geralmente comercial,[18] como nas ocasiões das vendas nas feiras livres ou no próprio domicílio, aos "atravessadores".

A análise de Ildes Oliveira em Feira de Santana e em Serrinha possibilita uma melhor compreensão da experiência de vida e de trabalho de Dona Maria e de outros camponeses da região de Humildes. Para Oliveira, a terra é um "elemento essencial" à sobrevivência destes, sendo que, em Feira de Santana, o tamanho reduzido das propriedades, se comparadas as do sertão baiano, tornava-se um empecilho enfrentado por muitos. A exemplo disso, José dos Santos Silva se refere às dificuldades em gerar o sustento de sua numerosa família, de sua mãe e das famílias de seus irmãos na roça que conseguiram do coronel José Pinto, como indenização. Em resposta a este problema, muitos "chefes de famílias" buscavam um complemento a renda familiar em pequenos negócios realizados na feira do município (como a venda de animais), no trabalho de ganho, ou ainda, algum tipo de colocação em cidades próximas.[19] Desse modo, a atividade extra realizada pelo esposo de Dona Maria na fazenda São Bernardo, de João Marinho Falcão, era uma prática comum na zona rural em questão, visando a garantia da sobrevivência familiar.

---

[18] OLIVEIRA, *A luta pela autonomia*, p. 33 – 35.
[19] Ibid., p. 33 e 90.

Em alguns trechos do depoimento de Dona Maria, é possível perceber sua luta ao lado do esposo para criar os filhos com dignidade, ensinando-lhes desde cedo a profissão aprendida com seus pais. Muitas vezes, ela realizava tarefas pesadas junto ao marido e ainda se ocupava dos afazeres domésticos e do cuidado com os filhos: “quando dava de manhã, (...) a gente vinha pra casa, ia pegar água no brejo ainda pra fazer a tapioca (...) vinha cuidar nos filhos que tava em casa, botar feijão no fogo, dar café aos meninos pra tornar a descer. (...) A gente já sofreu.” Neste caso, era preciso que Maria de Jesus Silva atuasse junto ao esposo nos afazeres da roça e da casa de farinha, pois seus descendentes ainda eram pequenos para ajudá-los e a família não dispunha de recursos para pagar a mão-de-obra extra necessária à execução deste serviço.

Sendo assim, é interessante observar rapidamente como se dava a distribuição de tarefas no cotidiano da região de Humildes. No trabalho da roça, as funções atribuídas às mulheres e aos homens eram estabelecidas segundo os costumes locais, mas também, podiam ser negociadas a partir das possibilidades reais de sustento de cada família, ou ainda, de acordo com a sagacidade de cada um. Os camponeses desempenhavam uma função primordial na lavoura, espaço definido como masculino por excelência. Fora da casa de farinha, os homens geralmente encarregavam-se da preparação da terra para o plantio, das capinas periódicas, do pastoreio do gado. Some-se a isto, o trabalho de ganho realizado por eles em outras fazendas da região. Já as mulheres participavam junto aos homens da semeadura, da colheita, da bata do feijão e responsabilizavam-se em cuidar da casa e dos filhos, realizando uma dupla jornada de trabalho.

Essas trabalhadoras cuidavam freqüentemente de pequenos animais como aves e porcos, os quais supriam as necessidades familiares e poderiam ser vendidos na vizinhança e na feira livre, garantindo uma pequena renda feminina ou mesmo dos filhos. Além disso, elas ocupavam o espaço doméstico continuamente, em oposição aos homens que proviam, ou eram os

responsáveis pelo sustento, pois era deles a responsabilidade sobre a roça e também sobre o conjunto familiar. Costumeiramente, a autoridade conferida ao camponês como provedor da casa estava associada à subordinação da esposa e de seus descendentes.[20]

Assim, Catarina Anunciação de Jesus Souza, herdeira da fazenda Mamão, fala em seu depoimento sobre o controle exercido continuamente sobre as mulheres, na década de 1940, o que as obrigava a viverem quase que exclusivamente no ambiente doméstico ou na roça: "Elas não saía, quando veio sair foi quase perto de casar. Elas tinha prisão, minha filha!"[21] Aqui, o "ter prisão" referido por Catarina Anunciação Souza, ou Dona Neném como é conhecida, implicava uma série de limitações na vida social de parte das moças da zona rural em apreço, como o sair para festas e rezas cotidianas. Uma situação diferente, em certa medida, da experimentada cerca de trinta anos depois por sua filha Maura de Jesus Souza Bezerra, a qual tinha acesso aos eventos da localidade sempre acompanhada da mãe, do pai ou dos irmãos. As histórias de vida das entrevistadas apontam para uma pequena modificação ao longo das gerações na forma como as famílias locais tratavam suas mulheres, demonstrando uma relativa abertura para o ingresso delas em ocasiões festivas e demais eventos sociais e, ao mesmo tempo, admitindo contatos destas com pessoas de fora do círculo familiar, inclusive com o sexo oposto. Saliente-se que, esta flexibilidade não prescindia da vigília contínua dos pais.

No entanto, mesmo estando subordinadas aos genitores, maridos e irmãos mais velhos, algumas mulheres da região de Humildes exerciam papéis que, muitas vezes, estavam longe do confinamento ao ambiente doméstico e da dependência completa, como é possível apreender nos

---

[20] Sobre o assunto, ver: GARCIA JR., Afrânio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 101 e HEREDIA. Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, nos capítulos intitulados "casa-roçado" e "roçado-roçadinho".

[21] Catarina Anunciação de Jesus Souza, de 80 anos. Entrevista realizada no dia 21 de janeiro de 2007, na vila Fluminense.

relatos de Zenaide da Silva Lima. Esta morava com seus pais e irmãos em uma pequena propriedade ao lado da fazenda Rio da Prata. Ainda jovem, Dona Zenaide mudou-se com sua mãe para uma chácara situada nas proximidades do local onde se reconstruiu a estrada Bahia-Feira no início da década de 1950, e lá permaneceu até se casar com o camponês e herdeiro da fazenda Pagão e do sítio São Pedro, Francisco Paulo de Lima. Em sua época de solteira, Zenaide Lima contava freqüentemente com o empréstimo das casas de farinha dos vizinhos, pois na chácara em que residia não havia este recurso. Um tempo depois, já de posse de uma casa de farinha na nova morada, ela percorria longas distâncias a pé, ao lado da mãe, a fim de arrancar a mandioca comprada de outros produtores da região de Humildes, voltando para casa de caminhão.

> **Zenaide** - Eu peguei a trabalhar com sete anos que eu dava comida a meus irmãos. Pergunte a Bobô que gente eu era quando fazia farinha lá. (...) Fazia farinha lá [na fazenda Gonçalo] mais minha mãe, morava ali no CEDEP. Ia fazer farinha lá em seu Godô. Depois, minha mãe colocou a casa de farinha. A gente saía pelo mundo todo rancando mandioca. César conhece o posto São Luís?
> **César** - Sim.
> **Zenaide** – (...) Eu ia arrancar mandioca, saía do CEDEP de pé para arrancar mandioca lá.
> **Francisco** - Nesse tempo era tão difícil.
> **Zenaide** - Eu ia de pé. Quando chegava a noite, Elcio de Pedro Pinto [da fazenda Pinto] ia buscar a gente de caminhão. Ali em Aloísio verdureiro. No posto que hoje é o Bessa, no posto Texaco.
> **Francisco** - Rio Seco. Rio Seco, quando tua mãe foi, finada Flora, Sinhá Dezinha, Chichico. (...)
> **Zenaide** - Viu? Isso tudo eu passei. Ali, na fábrica de pneus Pirelli. Sabe onde é? Ali tinha uma jaqueira. Eu ia rancar mandioca lá do CEDEP para ali de pé. Na Terra Dura, eu ia de pé. (...) No buraco, naquele Bom Viver fui buscar mandioca. Lá em Genário, no Tanquinho.
> **César** - Daqui para lá dava uns seis quilômetros.
> **Zenaide** - Isso tudo eu fiz desde moça. Quando eu me casei, deixei de ir rancar a mandioca na roça dos outros. A gente plantava, rancava aqui mesmo e ia vender. Beiju eu fiz até entortar, na época de mãe e quando eu casei, eu fiz bastante beiju.
> **Zenaide** – (...) Fazia dez quartas de farinha por semana.
> **Francisco** - Bobô fazia até mais ali.
> **Zenaide** - Todos ia daqui até a feira de pé. Chegava da feira oito, nove horas da noite. Dia de segunda-feira, montada em um jegue.

> **Francisco** – (...) Naquele tempo, não existia transporte. Se você dependesse de transporte para ir pra a feira, você passava o dia todo esperando e perdia a mercadoria.
> **Zenaide -** De setenta para trás não tinha ninguém aqui quase que tinha fogão a gás, era quase tudo a lenha. Era cada um feixe de lenha... Não tinha água encanada. A gente apanhava água ali no brejo de Juquinha. Onde cavou aquela fonte. Luz aqui chegou para a gente tem nove anos, que foi quando eu me aposentei. A gente via televisão de bateria. Levava a bateria pra Feira pra carregar a bateria.[22]

Como Maria de Jesus Silva, Dona Zenaide Lima relembra as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da região de Humildes, agravadas pela necessidade de ir buscar longe a água e de cortar a lenha, utilizadas nos afazeres domésticos. Neste período, os moradores da região não contavam com energia elétrica, água encanada, nem com cisternas. Existiam apenas algumas nascentes de água que eram utilizadas na vizinhança. De maneira geral, a maioria deles dispunha de uma nascente chamada Fonte do Dendê, na qual se tomava banho e adquiria-se água para beber, cozinhar e para lavrar roupas. Outro aspecto importante a ser considerado são os empecilhos colocados pela inexistência de um sistema de transportes, que conduzisse a população local ao centro da cidade de Feira de Santana. No período anterior a década de 1950 e até bem depois desta, quase sempre os camponeses da região de Humildes iam a pé, com exceção daqueles que possuíam animais para o transporte próprio e para o carregamento de mercadorias.

As longas caminhadas a pé e a compra de raízes de mandioca relatadas por Zenaide da Silva Lima e seu marido fizeram parte do cotidiano da maioria dos trabalhadores da região, pois a posse de animais de carga e de terra necessária ao cultivo eram recursos para poucos. Assim, a condição mais favorável, a princípio, para Dona Zenaide nas proximidades da fazenda Rio da Prata alterou-se na mudança para a chácara às margens da atual rodovia BR 324. Esta mudança de endereço obrigou-a a comprar raízes da mandioca de outros produtores.

---

[22] Zenaide da Silva Lima, de 63 anos, e Francisco Paulo de Lima de 70 anos. Entrevista realizada no povoado Tapera, em 26 de junho de 2006, com a participação de Paulo César Cardoso Ribeiro, morador da região, que intermediou os primeiros contatos com o casal.

Um tempo depois de casada, Zenaide Lima passou a plantar a mandioca na roça pertencente ao sogro. É curioso notar que, apesar de ser filha de proprietários, ela não permaneceu na terra de seus pais. Esta situação se repetiu com outra entrevistada, Zulmira Fernandes Cerqueira Teixeira descendente dos donos da fazenda Caboronga. Ambas mudaram-se para a terra herdada por seus esposos. Não era costume o genro se fixar na terra dos sogros após o casamento. Fazer isto significava "colocar-se abaixo dos pés de sua esposa".[23] Este temor masculino esconde, na verdade, uma clara intenção de manter um controle sobre a mulher. Ir morar na propriedade do sogro implicava no comprometimento da autoridade masculina, já que a propriedade era da esposa por direito.

Esse fato é indicativo do relacionamento estabelecido entre homens e mulheres no cotidiano rural. Ao contrário do caminho seguido pelas mulheres, os homens permaneciam geralmente na terra que pertencia a sua família. Do total de dez entrevistados, herdeiros de proprietários, apenas dois não continuaram na terra de seus pais, pois adquiriram novas formas de sustento. Desse modo, a análise dos depoimentos leva a crer, a princípio, que, para estas trabalhadoras, a possibilidade encontrada quase sempre foi o casamento. Enquanto isso, para os rapazes que não se inserissem no trabalho da roça, devido às barreiras impostas pela concentração da terra, era possível tentar a vida em outras ocupações distantes da região de Humildes ou do próprio município de Feira de Santana. Neste sentido, as famílias camponesas impunham continuamente sobre as moças o seu controle. Em se tratando de um grupo no qual o homem assumia o papel de provedor, era comum o pensamento de que as mulheres saíam da casa paterna "para se casar" e para "seguir seus esposos", como foi apreendido na narrativa de Catarina Anunciação Souza. No entanto, em conversas informais com algumas delas, notou-se que nem

[23] Expressões ouvidas em conversas informais com as camponesas da região de Humildes.

sempre se cumpria a vontade dos progenitores em relação ao destino de suas filhas. A história de Ubaldina dos Santos Teixeira Filha, da fazenda Gonçalo, constitui-se numa exceção ao destino costumeiro destas mulheres, ao utilizar a fuga para a cidade do Rio de Janeiro como uma forma de resistência à autoridade de seus pais.

Essa relação vigente entre o papel de subordinação destinado às mulheres e a função de provedores atribuída aos homens do campo também foi identificada na Zona da Mata pernambucana, analisada pela antropóloga Beatriz Heredia. No capítulo intitulado "Casa-roçado", Heredia argumenta que o homem é a imagem pública de autoridade no "grupo doméstico", apesar de depender da mão-de-obra do restante da família. Portanto, é aquele que responde pelo roçado e pela comercialização de seus produtos. A mulher deve obediência ao marido, mesmo trabalhando na roça e em casa e, quando o acompanha na feira livre, não opina sobre os negócios, a menos que seja consultada.[24]

Com base no depoimento de Zenaide Lima, constatou-se que algumas esposas também acompanhavam seus maridos nos dias de feira livre. Entretanto, ao contrário da realidade estudada por Heredia, algumas da região de Humildes possuíam uma relativa autonomia. Nos dias de segunda-feira, Dona Zenaide ia a pé para o centro da cidade a fim de vender a farinha produzida no dia anterior. Enquanto isso, seu esposo Francisco Paulo de Lima[25] ficava em casa cuidando da roça. Este depoimento do casal demonstra que as camponesas da região poderiam ter acesso a uma função desempenhada tradicionalmente pelos homens, a venda dos produtos de suas roças no Mercado Municipal, uma atividade pública em que a família era representada e uma oportunidade para se fazer contatos. O espaço da feira livre era ocupado pela esposa, que tinha autonomia para negociar a produção de farinha semanalmente na ausência do marido.

---

[24] HEREDIA, *A morada da vida*, p. 77 – 104.
[25] Francisco Paulo de Lima. Depoimento citado.

Isso se deve em grande parte, ao fato de que Francisco Paulo passava longos períodos trabalhando como cortador de lenha na região de Vila de Abrantes, próxima de Salvador. Enquanto o marido estava fora, "fazendo um trocado", a esposa cuidava da casa, dos filhos, cultivava e fazia farinha.[26] Outro aspecto que deve ser levado em conta é a disposição de Dona Zenaide para o trabalho, pois, desde moça, já saía a pé pelas roças da região comprando e arrancando raízes de mandioca para o preparo da farinha. Além disso, não podemos deixar de mencionar a necessidade de garantir o sustento da família, sendo ela também provedora enquanto o marido estava fora.

As atitudes de Dona Zenaide revelam aspectos de sua personalidade que transpõem a idéia de uma mulher bem disposta e batalhadora, como pode ser visto na narrativa de Maria de Jesus Silva. Em suas histórias de vida, ambas buscaram com bravura o sustento próprio e de suas famílias na dura lida do campo. Todavia, um exame mais detalhado do relacionamento vigente entre Dona Zenaide e seu esposo permitiu observar situações que ultrapassavam aquilo que, talvez, fosse o costumeiro das atribuições femininas no cotidiano rural da região de Humildes.

Durante as entrevistas, Zenaide Lima deixou transparecer que sua opinião podia, em alguns momentos, influenciar, ou até determinar, as decisões do marido. Certa vez, a esposa negou-se a ajudar o companheiro a adquirir os mantimentos necessários para seu retorno a Vila de Abrantes, e afirmou: "Não vai mais. A partir de hoje, deu. Quando não tiver comida, come coco com farinha, mas não vai mais." Francisco Paulo não havia recebido pelo trabalho realizado no corte de lenha e precisava da ajuda financeira da esposa. Dona Zenaide preferia que o marido ficasse, mesmo correndo risco de que a família passasse necessidade, a vê-lo "trabalhar longe" num lugar onde havia "sabido", pois tinham consciência de que ele estava sendo explorado.

[26] Zenaide de Lima. Depoimento citado.

Desde a ocasião, Francisco Paulo voltou a trabalhar regularmente em casa, mas Dona Zenaide continuou vendendo a farinha de mandioca na feira livre. A experiência desta trabalhadora muito se assemelha à de outra, Ubaldina dos Santos Teixeira, antiga proprietária da fazenda Gonçalo.

Dona Ubaldina costumava acompanhar o marido, Godofredo Rosendo Teixeira, nos dias de feira livre, pois possuía grande habilidade para o comércio, sabia ler e escrever e ainda tomava nota de todos os animais comprados, assim como também registrava os nascimentos do gado em sua propriedade.[27] As anotações eram feitas em uma pequena caderneta de pouco mais de sessenta páginas, na qual Dona Ubaldina escrevia ainda as datas dos nascimentos dos filhos e netos para o posterior registro civil, além dos casamentos e falecimentos de familiares. Em conversas informais no local da antiga fazenda Gonçalo, descobriu-se que o Godofredo Teixeira levava a esposa para que ninguém lhe "passasse a perna". Talvez fosse a habilidade com os cálculos o motivo pelo qual Dona Zenaide tenha permanecido na feira livre em vez do marido, mas um aspecto que não deve ser ignorado é que estas duas mulheres, Zenaide e Ubaldina, demonstraram certa astúcia ao lidar com situações cotidianas, o que culminou na influência exercida sobre seus companheiros. Astúcia na praça do mercado e astúcia no trato com os maridos.

Suas narrativas, mais especificamente as de Zenaide Lima, somadas às de Dona Maria de Jesus Silva, permitem visualizar não só a experiência de mulheres feirenses e trabalhadoras do campo no período aqui analisado, mas também o quanto era importante a posse da terra – e da casa de farinha – na constituição e percurso deste grupo de depoentes. Assim, enquanto Maria de Jesus Silva necessitava do arrendamento da terra de outras pessoas (proprietárias) para sobreviver, Zenaide Lima dependia, a princípio, do "empréstimo" da casa de farinha e da compra

[27] Ubaldina dos Santos Teixeira e seu esposo, Godofredo Rosendo Teixeira, faleceram há alguns anos atrás, mas foram aqui analisados em função de sua proximidade com a história de Zenaide de Lima e de Francisco Paulo e também porque foram mencionados durante algumas entrevistas realizadas na região de Humildes.

de raízes de mandioca. Desse modo, o confronto de suas experiências com as do proprietário de terras, Francisco Marques de Cerqueira, tornou-se bastante profícuo na compreensão do modo como se davam as relações dentro do próprio grupo de entrevistados.

O "maior produtor de mandioca da região"

Francisco Marques de Cerqueira nasceu na cidade de São Gonçalo dos Campos, em 1933, nas proximidades de Feira de Santana. Herdeiro dos proprietários da fazenda Pau a Pique, tinha parentesco com os donos das fazendas Pinto e Araçás. Ao se casar, Francisco Marques comprou quinze tarefas de terras no povoado Bom Viver, onde se fixou com sua família e continuou a atividade de produção de farinha exercida desde menino. Ele afirmou em sua narrativa ter sido "o maior produtor de mandioca da região", juntamente com Possidônio, Godofredo Teixeira e Artur Marques, proprietários das fazendas Pinto, Gonçalo e Sossego, respectivamente. Devido ao baixo preço da farinha de mandioca na feira livre da cidade de Feira de Santana, o depoente se dedicou ao plantio e ao comércio da raiz:

> Naquela época era difícil se tirar o dinheiro da farinha. (...) O preço da farinha não valia nada e a despesa era muita. Aí a gente deixou de vender. Aí foi acabando com as casas de farinha. Que a gente vendia as mandiocas pro povo fazer farinha nas casas de farinha deles lá. (...) Que esse pessoal mesmo eu vendia muita mandioca pra esse povo de lá do Tanquinho. (...) Eu vendia quatro, cinco, mais de seis mil quilos. Eu fui o maior produtor de mandioca da região! O maior produtor de mandioca naquela época fui eu! Agora deixei de fazer que o salário não compensava. Aí vendi lá e vim mimbora praqui, porque olha praqui (mostra o braço). Não ia ter condição de sobreviver, não.
> A gente levava uma carga de farinha pra feira. Chegava lá, não vendia toda. Muitas vezes ainda trazia o resto pra casa. Hoje é que as coisas tá evoluída, que pra todo canto exporta mercadoria, mas naquela época? Você nem ouvia falar em roça, nem ne rádio, nem ne televisão, nem nada? Hoje é que você ouve falar em agricultura, de roça essas coisas na televisão. Naquela época quem é que falava em roça? Ninguém! O povo da roça era esquecido. Era tão esquecido que a gente pra aposentar agora, como é que

> aposenta um trabalhador de roça com sessenta, sessenta e cinco anos? Trabalhador de roça era pra se aposentar com cinqüenta anos! Porque eu comecei a trabalhar com a idade de oito anos, panhando berdoega, maniçoba pra botar no chiqueiro de porco, sameando planta, sameando manaíba de mandioca e essas coisas todas. E, quando eu vim me aposentar eu tava com sessenta e cinco anos. Assim mesmo, ganhando salário. Era pouco. Já tava cansado. Isso é uma injustiça grande! (...) Eu plantava era dez, doze tarefas de mandioca. O maior vendedor de mandioca da região fui eu, Godô, Artuzinho e Posidônio. (...) Em 82 eu vim mimbora. Muito antes. Na base dos 70, 75. Eu, hoje, não quero nem me lembrar. Ôxe! Eu acabei minhas forças, minha resistência tudo foi na roça.
>
> Não dava condições! (...) Pra nego tirar o dinheiro da farinha, tinha que espremer a massa da mandioca, tirar a tapioca pra vender. E vender o bagaço da farinha. Se não fosse assim, aí ninguém tinha condições de... Apodrecia um bocado! (...) Hoje, você leva a semana toda pra feira e vende tudo, mas naquela época era difícil. (...) A coisa pior do mundo foi daquela época pra agora. (...)
>
> Não é um serviço de gente, não! É porque hoje tem todo o maquinário. É trator, é arado, é motor pra ralar a mandioca, é farinha mexida, rotativa. Mas, naquela época, que tudo era no punho, no braço da gente, não tinha quem agüentassem, não, minha filha! Aquilo foi uma época de escravidão, quase; pode-se dizer! E, hoje, existe facilidade: o maquinário todo. (...) Eu não tenho vergonha de dizer o que eu já fiz, não. Eu tenho prazer de contar o que eu fiz, que é pra todo mundo dizer: "Aquele cara foi um lá em baixo, hoje não está lá em cima, mas sobreviveu do trabalho que ele fez." Meus pais era pobre, minha mãe não deixou riqueza, meus avós não deixou riqueza. A riqueza que eles deixaram foi a gente no mundo, pedindo a Deus pra trabalhar até hoje a gente tava desde pequeno. (...) Eu nunca fui nem ladrão, nem maconheiro, nem descarado, mas trabalhador eu fui de nascença. De nascença que eu tô até hoje. Você vê que eu já tô com setenta e tantos anos e ainda tenho atividade pra fazer.[28]

A prática de venda das raízes de mandioca era bastante comum na região de Humildes, e ainda continua a sê-lo entre os camponeses que permaneceram no lugar. É interessante notar como, na fala em que Francisco de Cerqueira se denomina "o maior produtor de mandioca da região", é estabelecida uma diferença entre aqueles possuidores dos meios de produção e os que não detinham estes recursos e se utilizavam da compra das raízes para garantir a sobrevivência familiar, a exemplo de Zenaide de Lima e de Maria de Jesus Silva. Contudo, esta distinção não era tão rígida assim, podendo os trabalhadores considerados como produtores e comerciantes das raízes de mandioca se utilizarem, em algumas ocasiões, da compra destes tubérculos para a produção de farinha. Neste caso, a depender da situação financeira em que se encontravam ou dos

[28] Francisco Marques de Cerqueira, de 77 anos. Entrevista realizada no bairro Limoeiro em 18 de julho de 2004.

resultados das safras, os mesmos poderiam vender sua produção em épocas de aperto, ou não, e necessitar posteriormente da compra das raízes de algum vizinho para o consumo próprio ou comercialização de farinha. De modo geral, saía-se melhor quem conseguia produzir o bastante para seu sustento e aguardar a ocasião em que os preços estavam mais altos. Era a velha lei do preço, estocagem e comércio.

Em sua narrativa Francisco de Cerqueira ressalta com emoção as dificuldades enfrentadas pelos camponeses também proprietários. Ainda que o sítio São Francisco lhe propiciasse uma quantidade de terra razoável para o plantio de mandioca e a comercialização das raízes, tal patrimônio jamais significou (em suas palavras) uma vida de conforto e tranqüilidade. Para não dizer de luxo e de desfrute. Entretanto, a despeito da vivência de diferentes problemas, ter uma pequena propriedade era melhor que não possuí-la, quando se tratava do principal meio de sustento. Para equilibrar os parcos ganhos com o comércio, geralmente, estes trabalhadores extraíam a goma das raízes de mandioca e a vendiam separadamente da farinha; uma estratégia encontrada a fim de garantir um melhor aproveitamento e uma entrada financeira mais lucrativa.

A visão de Francisco de Cerqueira é bastante crítica sobre sua experiência de trabalho com a produção de farinha e as outras atividades desenvolvidas na roça, pois não sentia que sua profissão era valorizada. Isto é perceptível nos momentos em que o camponês afirma: “o povo da roça era esquecido”, como também ao mencionar o tempo de trabalho decorrido no meio rural até a aposentadoria, quando então quase nada se vem a ganhar. Neste momento, a fala de Francisco de Cerqueira assume um tom ainda mais crítico ao qualificar o tempo atual de espera pela aposentadoria como sendo uma “injustiça grande”. Neste aspecto, é possível perceber uma menção a sua própria experiência, pois começou na lida da roça desde criança e sofreu, ao longo dos anos, devido ao esforço físico necessário ao desempenho de sua profissão. Diante do

problema, a alternativa por ele encontrada foi estabelecer, no bairro do Limoeiro, um pequeno comércio de gêneros alimentícios (farinha de mandioca, frutas, verduras e bebidas alcoólicas) comprados no centro da cidade.

É importante ressaltar que, quando relata as dificuldades vivenciadas na roça, Francisco Marques de Cerqueira faz uma relação com as modificações ocorridas no decorrer do tempo. Tais mudanças se processaram com o aumento da demanda de produtos agrícolas na feira livre da cidade de Feira de Santana, desde a década de 1970, com o desenvolvimento do preparo da farinha de mandioca através da implantação de máquinas que diminuíram o tempo e o esforço físico dos trabalhadores, no final dos anos 90, e com a preocupação atual das reportagens televisivas em enfocar o cotidiano de trabalho e a produção agropecuária. Todas estas modificações são contrapostas na narrativa de Francisco de Cerqueira às expressões "época de escravidão", "a coisa pior do mundo" e "não é serviço de gente, não", utilizadas para enfatizar os obstáculos empreendidos pelo cotidiano do trabalho rural desde a sua juventude até o ano de 1982, quando mudou de profissão, colocando um estabelecimento comercial na região de Humildes.

Contudo, mesmo se referindo à sua profissão como um trabalho duro e estafante, há também uma valorização da atividade da roça como sendo aquela que confere dignidade e que permitiu o sustento próprio e familiar. Tal perspectiva soa, dessa forma, como uma reivindicação de uma identidade de trabalhador construída em oposição às condutas consideradas condenáveis ou indignas: "maconheiro", "ladrão" e "descarado" – personagens que ele não apontou dentro do grupo. Por isso, ao término desta fala, em que Francisco Marques afirma não haver nada de vergonhoso em relatar as dificuldades vivenciadas em sua profissão, aparece com mais ênfase a expressão que alude uma vida inteira de trabalho digno e honesto: "trabalhador de nascença", na

lida desde criança e junto com a família. Esta expressão se refere – extensivamente – com certa propriedade aos camponeses da região de Humildes que vivenciaram com bravura a complexidade da produção artesanal ou pouco mecanizada de farinha e do trabalho da roça, fossem rendeiros como Maria de Jesus Silva, pequenos proprietários como Zenaide Lima e Francisco de Cerqueira ou ainda assalariados nas grandes propriedades locais, como Pedro dos Santos.

Trabalhador do "coroné"

Pedro dos Santos nasceu em uma fazenda distante da região de Humildes, chamada São Luís, e que pertencia ao ex-prefeito de Feira de Santana, Eduardo Fróes da Mota (abril de 1944 a novembro de 1945). Em um período não identificado, seu pai se mudou para o povoado Bom Viver, nas proximidades de uma grande represa de água que abastecia o alambique onde se empregou. O nome do povoado deve-se à existência, na localidade, de uma fazenda com a mesma nomenclatura, onde se encontrava a destilaria de cachaça Alambique Icaraí. Ao contar sua história de vida, Pedro dos Santos relata que, ainda menino, na década de 1930, acompanhava o pai nos dias de feira livre em cima dos sacos de farinha e de beiju conduzidos pelo animal de carga.[29] O comércio destes gêneros alimentícios era uma atividade complementar ao trabalho de corte da lenha reservada às caldeiras do Alambique Icaraí. Era, através do ofício nele desenvolvido, que o genitor de Pedro dos Santos garantia a renda principal para o sustento de sua numerosa família composta por esposa e quatorze filhos. Sobre o ingresso do pai neste ofício,

[29] Pedro dos Santos, de 89 anos. Entrevista realizada no povoado do Bom Viver em junho de 2006.

Pedro dos Santos relata que, quando tinha cinco anos, o coronel José Pinto, proprietário do alambique, o contratara pessoalmente e, quase vinte anos depois, o próprio entrevistado.

O coronel José Pinto era originário de uma família influente na economia da região e pai do ex-prefeito de Feira de Santana, Francisco Pinto.[30] A escolha do local para a construção do Alambique Icaraí levou em conta a existência de um riacho, que foi represado como garantia de um melhor funcionamento de suas atividades. Este existe desde os primeiros anos do século XX e se localiza em uma baixada no final da estrada (como é possível ver através da figura a seguir), sendo rodeado de árvores usadas no abastecimento das caldeiras durante a fabricação da aguardente. O sítio do alambique consiste em uma pequena vila de trabalhadores, com quatro casas, e um estábulo, todos localizados à frente da destilaria. Nesta, encontra-se o galpão onde ficam as caldeiras e os tonéis de cobre que armazenavam a cachaça pronta. Nos fundos da vila fica a barragem de água.

Fotografia 1. Alambique Icaraí

[30] De acordo com o depoimento de Pedro dos Santos, Francisco José Pinto dos Santos era advogado, já foi vereador do município e deputado federal. Além disso, elegeu-se como prefeito de Feira de Santana em 1963, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1964, após o Golpe da Ditadura Militar foi retirado abruptamente do governo municipal. Conforme: SANTOS, "Ginásio Municipal no centro", p. 32. O ex-prefeito, Francisco Pinto faleceu em fevereiro do presente ano.

A via de acesso para a destilaria constitui-se em uma estrada de chão que tem início no povoado Tapera e que também se comunica com o atual povoado Caboronga. A propriedade era bastante movimentada, pois muitas pessoas vinham do centro da cidade e da região a fim de comprar a cachaça ali vendida. Além disso, alguns moradores informaram que pessoas iam para a represa da propriedade tomar banho, pescar e fazer piqueniques aos domingos – uma presença que era apenas tolerada como "favor" por seus proprietários.

Esse alambique empregou muitos trabalhadores da região de Humildes, especialmente os do povoado Bom Viver. Entretanto, suas atividades entraram em decadência quando as usinas de açúcar baianas iniciaram seu processo de falência por volta da década de 1950. Segundo o herdeiro do coronel José Pinto e ex-administrador da destilaria, José Pinto dos Santos Filho, o uso do melaço da cana-de-açúcar fornecido pelas usinas era necessário para a fabricação da cachaça.[31] Como o solo da fazenda Bom Viver e o clima da região não eram propícios ao plantio da cana, a família Pinto recorria ao melaço de usinas como a Itapetingui de João Marinho Falcão. Assim, com a crise da produção de cana, era inevitável que a preparação da cachaça parasse. Um segundo golpe para a destilaria foi quando a barragem que represava a água estourou no final do ano de 1989, fato este narrado por Pedro dos Santos com grande emoção.

> Tinha uma represa aqui que, quando estourou, eu chorei feito menino. (...) Na eleição de Collor. (...) Eu ia para o segundo turno, votar no Humirde. Dona Pombinha chegou. Dona Pombinha era Dona Inácia, a dona da fazenda, do terreno [...] Mas, quando chegou Chico Pinto deputado federal, seu Zé Pintinho não sabia, Dr. Antônio, a família deles tudo. E o encarregado, homem velho da fazenda era eu, viu? As pessoas não sabe conversar. Aí: "Ê, ê, ê, ê." Eu não, viu? Eu converso [...] Então, chorava eu e o deputado federal e Dr. Antônio. Tudo chorando. Era uma coisa que eu não sei como contar. Era um mar de água. (...) Olha tinha barco, fizeram um barco para navegar na represa. Então, ia a água para o alambique, água por gravidade. Tinha aquela válvula

[31] Em visita ao povoado Bom Viver em 26 de junho de 2006 para fotografar a destilaria de cachaça, seu administrador, na época, José Pinto Filho falou da relação de dependência para com as usinas em uma conversa informal. Este depoente faleceu no final do ano de 2006.

> de descida. Quer dizer, tinha aquela boca de tubo, com um ralo na boca do tubo. Aquilo era para não ir micróbio e tijuco, ficava ali no ralo. [...] Que a destilaria de cachaça é uma coisa fina. Se a Senhora visse, tudo as coluna de cobre. Tudo ali dentro. Se eu for lá eu choro, porque do que eu via para ver hoje o fracasso. Já venderam [...], o depósito, tudo já venderam.[32]

No trecho da narrativa de Pedro dos Santos, há uma descrição do funcionamento do alambique e da utilização da água represada. Neste aspecto, quando menciona o cuidado em retirar as impurezas da água, como micróbios e argila, e a matéria-prima a partir da qual eram feitos parte dos equipamentos utilizados no galpão da destilaria, a importância das atividades ali desenvolvidas ganha certo destaque, pois se tratava de uma "coisa fina". Todo este aparato era gerenciado por pessoas de confiança do coronel, grupo dentro do qual, Pedro dos Santos se identifica como "o encarregado", ou o "homem velho da fazenda", o qual exercia suas atividades com dedicação e toda cautela no trato com os patrões. Em meio a este quadro, a notícia sobre o rompimento da barragem de água que abastecia o alambique deveria ser dada à família Pinto com certo cuidado, e, portanto, o depoente apresenta-se como aquele que sabia a melhor maneira de dar a notícia, se comparado com os demais empregados. Sendo assim, a frase "chorei feito menino", resume não só o cuidado no falar, e a deferência a confiança depositada no trabalho da Pedro dos Santos como também o sentimento de lealdade e afetividade do funcionário para com seus empregadores. Em decorrência desta relação, ao perceber a decadência da destilaria com o término da produção de aguardente e a venda de equipamentos utilizados no Alambique Icaraí, o depoente afirma ter se emocionado e não conseguir retornar ao antigo ambiente de trabalho, pois as lembranças do ocorrido lhe trazem um sentimento de tristeza.

Hoje em dia, a destilaria produz uma bebida à base de catuaba e está virtualmente acabada. Foi nesta atividade que Pedro dos Santos empregou-se depois que o pai dele morreu em

[32] Pedro dos Santos. Depoimento citado.

1933. Até este momento, ele trabalhava para Anacleto Brandão Souza, pastoreando o gado no distrito de Humildes.[33] Na destilaria, Pedro dos Santos cortava lenha como o pai e era ajudante do caldeireiro. Com o tempo, tornou-se um empregado de confiança e passou a buscar o dinheiro da patroa, Inácia Pinto, já idosa, no centro da cidade.

> **Pedro dos Santos -** Quando Zé Pinto faleceu, D. Pombinha ficou, alugou. Ela é uma Senhora de idade, não ia se meter com isso, me dava a licença e eu recebia aquele dinheiro todo mês. E levava tudo de moeda. Não tinha esse dinheiro...
> **Lúcia Venas** - De papel, não.
> **Pedro dos Santos -** Naquela época só era moeda. Juntava três, quatro home, pegava aquilo cheio de nica [...]. Tinha um cofre de dinheiro. Quando chegava no dia seguinte: "Seu Fulano chegou o dinheiro da moça". Eu era dos mais velhos trabalhadores daqui. Ela tinha confiança em mim. Tinha não, tem. (...) Eu vendia a farinha e trabalhava para Sr. Zé Pinto velho, que era o pai de Chico Pinto. Um dia, ele disse a Dona Pombinha, que ela chamava Inácia Pinto dos Santos. [...] Então, antes dela falecer, o Zé Pinto pai faleceu, mas dizendo a ela em vida: "Pombinha, esse filho dessa viúva", que meu pai faleceu em trinta e três, "se você ouvir minha fala, nunca sai daqui." Morreram tudo e só tem eu, só tem eu para contar os casos da família.[34]

Mais uma vez Pedro dos Santos relata a confiança nele depositada pelos patrões: "era dos mais velhos daqui. Ela tinha confiança em mim". Neste aspecto, a reprodução da fala do coronel José Pinto aconselhando a esposa a manter o depoente no trabalho da fazenda e do alambique dá ênfase à satisfação deste em ser reconhecido como um funcionário em que se podia confiar. É bem possível que, para o coronel, Pedro dos Santos representasse mais que um empregado de confiança, sendo alguém que, movido por sentimentos de lealdade, não questionasse as condições de trabalho a que era submetido. Dito de outra maneira, a fala do entrevistado pode passar a falsa impressão de que ele era muito bem recompensado por se tratar de um funcionário que assumia tamanha responsabilidade em transportar os rendimentos mensais de sua patroa e pela dedicação

[33] Anacleto Brandão Filho era uma figura influente na política feirense e detinha vários armazéns e casas de aluguel no centro de Feira de Santana, assim como possuía uma olaria e uma fazenda no distrito de Humildes.
[34] Pedro dos Santos. Depoimento citado. Entrevista realizada por intermédio de Lúcia Venas Teixeira, moradora do povoado Caboronga.

à família Pinto. Entretanto, em sua nota-se a vivência de episódios difíceis, inclusive, durante o período em que trabalhou na fazenda Bom Viver. De igual modo, Pedro dos Santos aborda os enfrentamentos do ofício de camponês na região. Contudo, ainda que tenha passado por uma realidade de privações, ele não transparece qualquer tipo de descontentamento em relação aos ganhos conseguidos com o trabalho, ou descontentamento em relação aos patrões. A dedicação e lealdade permanecem e tornam-se evidentes ao se auto-afirmar como aquele que "ficou para contar os casos da família Pinto".

Em seu depoimento, ele comenta que já passou muitas privações: "eu já comi escaldado com pimenta para matar a fome e não nego. E confiando em Deus". O escaldado era um prato feito à base de farinha cozida com caldo de carne, bastante utilizado na região de Humildes para acompanhar outros alimentos; um indício da forte presença da farinha de mandioca na culinária local, como também nos momentos de extrema dificuldade.

Dessa maneira, é possível traçar um paralelo entre o emprego da farinha na alimentação básica da população baiana, especialmente dos trabalhadores de Feira de Santana como Pedro dos Santos, com a música de Djavan, Farinhada que se refere ao consumo deste alimento no Nordeste do Brasil. Em ambas as situações a farinha de mandioca é a forma de sustento continuamente disponível para as famílias de parcos recursos: "o cabra que não tem eira nem beira, lá no fundo do quintal tem um pé de macaxeira. A macaxeira é popular, é macaxeira pra li, é macaxeira perda cá e em tudo que é farinhada, a macaxeira tá." Este trecho da música pode passar a idéia equivocada de que é da raiz da macaxeira (mandioca "mansa" ou aipim) que é feita a farinha. Contrariamente, este gênero alimentício é extraído da mandioca "brava" que precisa passar por todo um processo de preparação para extrair uma substância tóxica que impede o seu consumo imediato. Assim, ao ser utilizada a produção de farinha como uma forma de sustento das

populações de Feira de Santana e do Nordeste brasileiro, de maneira mais geral, este alimento assume um sentido de provisão, de reserva e de recurso com o qual as populações pobres podiam contar para saciar sua fome.[35]

Desse modo, a atividade de produção de farinha está presente no cotidiano de Feira de Santana quase desde a origem da cidade, como também, se fez notar em boa parte do território nacional. Historicamente, seu consumo esteve associado na Bahia às populações de parcos recursos, como complemento à economia relacionada aos produtos destinados à exportação para os países europeus.

Economia subsidiária

É difícil determinar o período em que se iniciou a produção de farinha de mandioca em Feira de Santana. Ao que parece, ou pelo menos a hipótese mais provável, é que a mandioca e seus derivados tenham sido importantes alimentos dos povos indígenas que ali viviam, como em boa parte do Brasil, tendo seu uso difundido posteriormente entre os colonizadores europeus.[36] Durante o período colonial, este alimento era preparado nas fazendas e nas roças da paróquia de São José das Itapororocas e destinado à venda na feira livre, além de servir ao consumo de seus produtores. Segundo Zélia Lima, foi em uma porção da paróquia de São José das Itapororocas, que se originou o núcleo populacional de Feira de Santana. A paróquia de São José, que já se

[35] Para uma discussão mais aprofundada sobre este aspecto da mandioca e da produção de farinha, ver o estudo: NOGUEIRA, Maria Dina e WALDECK, Guacira. *Mandioca: saberes e sabores da terra*. Rio de janeiro: IPHAN, CNFP, 2006, p. 24 -35.

[36] Há uma discussão sobre a origem da mandioca no artigo de Iara Crepaldi. Ao revisar as obras que tratam do assunto, a autora defende que a mandioca é um produto originário do sertão brasileiro levado pelos portugueses à África no século XVI e à Índia e ao sudeste da Ásia no século XIX, o que contribuiu para a difusão do seu uso por outras regiões do globo terrestre. CREPALDI, Iara C. "Origem, evolução e geografia da mandioca" In: *Revista Sitientibus*, Feira de Santana, nº. 10, p. 89–94, Jul./Dez. 1992.

encontrava sob a jurisdição de um pároco local, também estava submetida à autoridade político-administrativa da comarca de Cachoeira, como uma de suas freguesias. [37]

A cidade de Feira de Santana teve sua origem em torno de uma feira semanal, que funcionava como ponto de parada de tropeiros e comerciantes de gado em direção ao Recôncavo baiano desde o início do século XVIII.[38] Esta feira tornou-se, com o passar do tempo, o principal centro de comércio dos rebanhos destinados ao abastecimento do litoral baiano, superando a importante feira de Capuame, região da atual cidade de Dias d'Ávila, no começo do século seguinte, em razão de suas pastagens terem sido incorporadas a produção canavieira do Recôncavo. O rápido crescimento de Feira de Santana deveu-se em muito, mas não exclusivamente, à localização de seu povoado de origem no caminho mais direto entre as pastagens de Mundo Novo, Jacobina, o médio São Francisco e o litoral. Além disso, tal povoado estava cheio de bons pastos usados para o descanso das levas sucessivas de gado, como também se situava às margens da bacia do rio Paraguaçu. Para lá eram conduzidas, ainda, as boiadas que vinham de Minas Gerais e do Piauí.[39] Diante disto, Feira de Santana desempenhava a função de ponto de venda e pouso para as boiadas e de local de passagem para vaqueiros, tropeiros e

---

[37] Conforme: LIMA, Zélia Jesus de. *Lucas Evangelista: o Lucas da Feira. Estudo sobre rebeldia escrava em Feira de Santana, 1807-1849*. Salvador, 1990. Dissertação, Dept° de História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFBA), p. 35-36.

[38] Sobre a origem de Feira de Santana consultar: ARAUJO, Wodis Kléber Oliveira. *A (re)produção da pequena propriedade rural no município de Feira de Santana – Ba*, Salvador, 2002, p. 35 -39; GALVÃO, Monsenhor Renato de Andrade. "Os povoadores da região de Feira de Santana". In: *Revista Sitientibus*, Feira de Santana, vol. 1, p. 25-31, jul./dez. 1932. LIMA, Zélia. *Lucas Evangelista*, p. 32-36, 48-49; POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador: Editora Itapuã, 1968, p. 55; SANTA BÁRBARA, Reginilde Rodrigues. *O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana – Bahia (1929- 1964)*. Salvador, 2007, p. 09 – 21; e SILVA, Aldo José Morais. *Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana. Elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833 – 1937)*. Salvador, 2000, p 16 – 17. Existe uma controvérsia em relação à idéia de que a cidade surgiu de um povoado em torno da capela erguida na fazenda Santana dos Olhos d'Água de Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa. Esta discussão é sustentada por Zélia Lima. Todavia, estes autores reconhecem a importância do comércio de gado para o surgimento e o desenvolvimento de Feira de Santana.

[39] ARAUJO, *A (re)produção da pequena*, p. 35; POPPINO, *Feira de Santana*, p. 55-56.

comerciantes, beneficiando-se das estradas reais que davam acesso a comarca de Cachoeira.[40] No ano de 1833, o termo que deu origem a Feira de Santana foi elevado à condição de vila, tornando-se, em 1873, uma cidade.[41] Em meados do século XX, esta se constituía na maior cidade do interior do estado.[42]

Na paróquia que originou Feira de Santana, a farinha assumia uma função primordial na alimentação da maioria de seus habitantes, em grande parte negros e pardos, e, possivelmente, desempenhava um papel salutar entre as pessoas que por ali passavam envolvidas no comércio do gado bovino. Sendo assim, a importância deste alimento é enfatizada na obra do brasilianista Rollie Poppino ao considerar o período compreendido entre 1860 e 1950:

> A agricultura também representou papel importante na economia de Feira de Santana. Originàlmente, somente as culturas de subsistência se plantavam nas fazendas de São José das Itapororocas, ao passo que toda a renda dos fazendeiros provinha da venda do gado. A distância da principal zona agrícola fazia com que o povo da paróquia tivesse que providenciar a obtenção de quase todos os alimentos necessários para o consumo local. Em cada fazenda havia uma roça ou área cultivada, onde cresciam a mandioca, o feijão, o milho, as bananas e os legumes e, ocasionalmente, a cana de açúcar. A mandioca, a tuberácea que produzia a tapioca e uma farinha grosseira, conhecida como farinha de mandioca, era o gênero de mais consumo do povo do interior. A farinha de mandioca e a do milho obtinham-se de moinhos, nas fazendas.[43]

Observe-se que a farinha de mandioca e os plantios locais, como o milho, o feijão e os legumes, eram reservados a subsistência dos moradores da paróquia de São José das Itapororocas, enquanto a pecuária era a principal fonte de renda dos fazendeiros. Desse modo, mesmo sendo a mandioca, "a cultura mais importante e mais espalhada" e a produção de farinha "a principal indústria doméstica" do município,[44] o comércio do gado bovino era a atividade econômica de maior expressão. É interessante notar que o caráter secundário na economia local ocupado pela

[40] LIMA, *Lucas Evangelista*, p. 29, 48-49.
[41] POPPINO, *Feira de Santana*, p. 306.
[42] SANTA BÁRBARA, *O caminho da autonomia*, p. 19.
[43] POPPINO, *Feira de Santana*, p. 60.
[44] Ibid., p. 176 e 227, respectivamente.

comercialização deste alimento se devia, em certa medida, às condições em que era preparado. Seguindo esta perspectiva, as observações feitas por Zélia de Lima são aqui de grande relevância. Ao avaliar as correspondências oficiais do Termo de Feira de Santana de 1834 a 1844 endereçadas ao Presidente da Província, Lima notou que a agricultura feirense sofria secas periódicas e possuía técnicas rudimentares, uma circunstância que prejudicava sua produção.[45] Mesmo assim, ainda que não fosse o principal produto da economia feirense, boa parte da farinha de mandioca e dos gêneros alimentícios vendidos na feira semanal "tinha como origem as fazendas" e "núcleos pastoris" do mesmo Termo.[46] Isto porque, o acesso às regiões produtoras de alimentos era dificultado pela quase inexistência de vias de comunicação eficazes no interior da província baiana.

Um outro aspecto a ser considerado é a área destinada ao plantio. Em sua obra sobre o abastecimento de farinha de mandioca do mercado de Salvador, capital da província da Bahia, Ellen de Mello Ribeiro argumenta que, antes do século XIX, a produção deste alimento em Feira de Santana era realizada nas pequenas propriedades e nas fazendas, no sistema de meação.[47] A "meia" ou meação consistia num acordo verbal feito entre um proprietário e um camponês não proprietário, no qual o primeiro cedia uma parte de sua terra e os recursos para cultivá-la, como esterco e sementes, a este último para que nela trabalhasse. O contrato poderia ser feito, ainda, para a realização de outras tarefas, como por exemplo, a criação de animais. Na época da colheita, o lucro era repartido igualmente entre os dois. Entretanto, este tipo de acordo realizado na grande propriedade veio decaindo. Com o passar do tempo, as fazendas de Feira de Santana sofreram um processo de fragmentação ocasionado, de certa forma, pelo aumento populacional e,

---

[45] LIMA, *Lucas Evangelista*, p. 42. O escravo Lucas da Feira viveu na fazenda Saco do Limão, área correspondente ao atual bairro do Limoeiro, parte integrante da região de Humildes aqui analisada.
[46] Ibid., p. 61; POPPINO, *Feira de Santana*, p. 74.
[47] RIBEIRO, Ellen. *Abastecimento de farinha da cidade do Salvador: aspectos históricos.* Salvador, 1982, p. 03-04. A informação é mencionada primeiramente em: POPPINO, *Feira de Santana*, p. 61.

especialmente, pelo crescimento do número de camponeses. Em decorrência disso, houve também um acréscimo na produção de farinha local, já que se multiplicou o número de propriedades.[48]

Esse aumento de produção no século XIX contribuiu de forma significativa com a economia do município, permitindo-lhe alcançar um lugar relativamente importante na exportação para o mercado de Salvador. Segundo Ellen Ribeiro, Feira de Santana, Ilhéus, Santo Amaro e Alagoinhas passaram a exportar sua produção de farinha de mandioca a partir de 1860, ocasião em que a principal fornecedora do alimento, Nazaré das Farinhas, entrou em crise momentânea. Nesta época, os quatro municípios integraram-se às demais regiões que se ocupavam do fornecimento do gênero alimentício ao mercado da capital, tais como, Caravelas, Porto Seguro, Camamu, Barra do Rio de Contas, Cachoeira e a própria Nazaré.[49]

Ressalte-se que a participação de localidades como Alagoinhas e Feira de Santana no abastecimento da capital tornou-se possível em virtude da melhoria empreendida no sistema de transportes. Nessa década, foram inseridos alguns trechos de rede ferroviária para aprimorar o escoamento do açúcar de cana e do fumo, o que acabou por beneficiar a circulação dos gêneros alimentícios. O primeiro trecho construído foi inaugurado em 1860 e favorecia o acesso do Recôncavo às localidades de Plataforma, Periperi e Aratu.[50] Já o segmento que beneficiava Feira de Santana, ligando-a a comarca de Cachoeira, entrou em construção em 1867, e foi concluído em 1876. Assim, a viagem que era feita em três dias, foi reduzida a vinte e seis horas.[51] O advento da rede ferroviária baiana também se fez acompanhar de uma modificação nos transportes marítimos e fluviais com a introdução dos navios a vapor, o que acabou

[48] Ibid., p. 107, 176-177; RIBEIRO, *Abastecimento de farinha*, p. 03-04, 19.
[49] RIBEIRO, *Abastecimento de farinha*, p. 3-5, 16.
[50] Ibid., p. 69.
[51] POPPINO, *Feira de Santana*, p. 196-197.

aperfeiçoando o serviço. O tradicional sistema de tropas de animais que percorria os diversos caminhos pelo interior da Bahia, levando gêneros alimentícios como a farinha e produtos exportáveis como o açúcar, a despeito das modificações, ainda permaneceu exercendo essa função vital.[52] Cerca de um século depois, as rodovias acabaram por superar o transporte de cargas realizado pelas tropas, ferrovias baianas e sua vinculação com os saveiros.[53]

Sendo a farinha de mandioca um alimento essencial na dieta dos baianos, o pão de farinha de trigo ocupava reduzido espaço, não apenas por falta de condições, mas também devido ao hábito. Por isso mesmo, o cultivo de mandioca em Feira de Santana sobressaiu-se, naquele momento, em relação às outras culturas locais. No entanto, mesmo sendo um produto importante na província baiana, como também na mesa do restante da população de parcos recursos no Brasil imperial, a produção de farinha funcionava como uma economia auxiliar ligada à pecuária e às lavouras de exportação. Ellen Ribeiro destaca que tal atividade, na Bahia, estava associada à lavoura canavieira, fornecendo víveres para os habitantes pobres e para a mão-de-obra escrava utilizada na economia de exportação.

A produção de farinha, ao longo do intervalo de tempo de 1850 a 1870, analisado por Ellen Ribeiro, funcionava de maneira deficiente. Esta condição de precariedade, bem como o caráter de cultura de subsistência, era cotidianamente imposta pela falta de incentivo financeiro e de políticas que planejassem o abastecimento dos gêneros alimentícios de forma satisfatória a atender a demanda social. Pelo contrário, Ribeiro demonstra como as autoridades municipais, com exceção da Câmara de Vereadores, estiveram a favor daqueles que "atravessavam" e monopolizavam a farinha, retirando dos camponeses os ganhos do seu próprio trabalho. A

---

[52] RIBEIRO, op. cit., p. 70-71.

[53] Sobre o declínio do sistema de transportes ferroviário, ler o artigo ZORZO, Francisco Antônio. "Retornando à história da rede viária baiana: o estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850 – 1950)". In: *Revista Sitientibus*, Feira de Santana, nº. 22, p. 103, jan./jun. 2000.

situação ainda era agravada pelo número reduzido das vias de comunicação e pelas más condições das estradas existentes entre as comarcas e as freguesias do interior da província, além da limitação do acesso à propriedade a partir da vigência da Lei de Terras. Esta legislação foi criada em 1850 e estabelecia a compra como meio de aquisição da terra. Todos estes fatores reunidos impunham uma instabilidade à produção de farinha de mandioca, ocasionando períodos de escassez e de superprodução e contribuindo para torná-la mais vulnerável as secas e as epidemias, como as provocadas pela dengue e pelo cólera durante o século XIX.[54]

Em uma perspectiva semelhante à de Ellen Ribeiro, Bert Jude Barickman analisa o mercado regional de farinha do Recôncavo e afirma que este alimento subsidiava não só os cultivos de cana-de-açúcar brasileiros, como também os plantios de fumo e de café.[55] Juntamente com a carne-seca, ou ainda, com a carne do sertão, "a mandioca, para o cultivo da farinha, era de longe a lavoura de subsistência mais amplamente cultivada no Recôncavo e a farinha era um componente indispensável do regime alimentar baiano".[56] Além disso, a produção de farinha de mandioca contribuía para a constituição de um mercado interno, ainda que frágil e pequeno.

Devido à importância adquirida por esse mantimento, sua falta poderia implicar na fome de muitas famílias. Na cidade de Salvador, por exemplo, as populações mais pobres formaram motins durante o século XIX, cobrando providências das autoridades municipais contra a ação dos "atravessadores" que elevavam os preços da farinha em épocas de escassez deste alimento ou de epidemias. Assim ocorreu na ocasião do movimento conhecido como "Carne sem Osso,

---

[54] RIBEIRO, *Abastecimento de farinha*, p. 20-21, 36-94.

[55] Esta relação estabelecida entre os cultivos de mandioca e de fumo também é discutida na dissertação de mestrado de Jacques Jules Sonneville intitulada *Os lavradores de fumo: Sapeaçu, 1850 -1940*. Salvador, 1982, p. 17, ao retomar a reflexão realizada pelo geógrafo José Graziano da Silva na obra *Estrutura agrária e produção de subsistência*. São Paulo: HUCITEC, 1978, p. 11-12.

[56] "A farinha de mandioca – 'o pão da terra' – e seu mercado". In: BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 89.

farinha sem caroço" realizado em 1858 em boa parte das principais ruas da capital da província baiana.[57] As câmaras municipais baianas procuraram regularizar, através de decretos, o fornecimento de farinha, o que, de certo modo, não teve muito sucesso em Salvador, pois os "atravessadores" exerciam forte influência sobre os presidentes da província, culminando nos protestos dos populares. O movimento tomou grandes proporções ao assumir também um caráter anti-lusitano, contestando as medidas tomadas pela câmara de vereadores que acabaram por limitar o acesso da população aos alimentos e deixar que os especuladores dos preços agissem livremente. Tendo como base a noção de "economia moral" de Edward Thompson, João Reis e Márcia Aguiar afirmar que os protestos não se deram em função exclusivamente da falta do alimento, com uma resposta mecânica, mas porque a população da capital trazia consigo uma noção de preço justo e aceitável para os alimentos que consumia.

No interior da Bahia, destacam-se, dentre as medidas adotadas contra a carestia, a proibição do comércio nas estradas e a determinação de que a venda fosse feita primeiro a retalho e somente depois em atacado, no caso de Feira de Santana. As medidas correspondem às Posturas Municipais de 1872 e de 1893. Esta legislação ainda estava vigente em 1937 muito embora já não fosse prevista por lei.[58] Além da resolução de que os produtores de cana-de-açúcar do Recôncavo também plantassem mandioca.[59] Na prática, as posturas municipais tiveram um efeito pequeno, pois os poderes públicos não conseguiram coibir os atravessadores em virtude da insuficiência da

---

[57] Sobre os motins contra a fome e a carestia ver: "Crise do comércio" In: DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível – epidemia do cólera na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA/ Sarah Letras, 1996, p. 107; REIS, João José e AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. "'Carne sem osso, farinha sem caroço': o motim de 1858 contra a carestia na Bahia" In: *Revista de História*, São Paulo, nº. 135, 2º. semestre/ 1996; RIBEIRO, *Abastecimento de farinha*, p. 48, 100-106.

[58] LIMA, *Lucas Evangelista*, p. 52 - 53.

[59] BARICKMAN, *Um contraponto baiano*, p. 105 - 107. Ellen Ribeiro também trata destas posturas municipais contra os atravessadores no interior da Bahia, nos sub-capítulos: "A mandioca como lavoura de subsistência" e "Centros produtores". RIBEIRO, *Abastecimento de farinha*, p. 09, 19 e 20.

ação policial, em Feira de Santana,[60] enquanto que grande parte dos proprietários da cana-de-açúcar se negou a dispor de sua mão-de-obra e de suas terras, cultivando um tubérculo pouco lucrativo. Entretanto, tal fato não exclui a possibilidade de sua existência em porções de terras relativamente maiores. Este é o caso das fazendas do sul do Recôncavo analisadas por Bert Barickman, cujos donos possuíam, em média, cinco escravos para a lavoura de mandioca,[61] ou ainda, da fazenda Acarahy, especializada em produção de farinha na atual cidade de Camamu, mencionada por Ellen Ribeiro. Esta última propriedade pertencia a um português que também utilizava mão-de-obra escrava no plantio, na preparação e no transporte do alimento, possuía tulhas para armazenamento, lanchas para o transporte até a capital e financiava a lavoura de mandioca dos trabalhadores locais.[62]

As realidades apontadas por Bert Barickman e Ellen Ribeiro, no sul do Recôncavo e no litoral sul da Bahia, apresentam interessantes aspectos da dinâmica vivenciada por aqueles que se mantinham através da produção de farinha de mandioca. Estes dois exemplos demonstram que não apenas camponeses, de poucas posses, podiam sobreviver da atividade em questão. Evidentemente, que se tratava de uma minoria em condições de trabalho e de produção melhores que a do restante dos produtores baianos. Para a maior parte deles, as imposições de uma cultura de subsistência subordinada à agricultura voltada para a exportação, como no Recôncavo e no litoral baiano, ou submissa à pecuária, a exemplo de Feira de Santana, se fizeram sentir com mais firmeza. Contudo, é interessante notar que este fato representativo da história baiana colonial e do Império deixou influências no cotidiano do trabalho dos camponeses da região de Humildes, do mesmo modo que sofreu alterações importantes ao longo do tempo. Em especial, a inserção das estradas de rodagens baianas significou isso e aquilo de novidades. A estrada Bahia-Feira, trecho

[60] POPPINO, *Feira de Santana*, p. 61.
[61] BARICKMAN, *Um contraponto baiano*, p. 248 – 252.
[62] RIBEIRO, *Abastecimento de farinha*, p. 33-34.

de grande importância da antiga rodovia BR 28, que criou uma comunicação permanente entre as cidades de Feira de Santana e de Salvador, é objeto desta dissertação, na medida em que permite compreender as modificações que se processaram na vida dos trabalhadores responsáveis pela produção de farinha na região de Humildes durante a década de 1950, bem como, ajuda no entendimento das permanências de valores e práticas ligadas ao cotidiano rural.

Uma região socialmente construída

A região de Humildes consiste num fragmento da zona rural feirense, localizado ao longo da antiga estrada Bahia-Feira, hoje um fragmento significativo da rodovia BR 324, no sentido Feira de Santana - Salvador. Dentro deste espaço, foram identificados do lado direito da estrada, o bairro Limoeiro, os povoados "Fulô", Onça, "Doutô", Pica-Pau e o distrito de Humildes e do lado esquerdo, os povoados Tanquinho, Tapera, Bom Viver, Caboronga, Rio da Prata e a vila Fluminense. Estas nomenclaturas devem-se, na maioria dos casos, às antigas fazendas hoje extintas.[63]

O distrito de Humildes é maior e mais conhecido em relação aos demais espaços aqui considerados. Por conta disto, adotou-se arbitrariamente o termo região de Humildes como categoria analítica para fazer referência a todos eles. Acredita-se que os espaços constroem as sociedades e são construídos por elas. Assim, tal região não é definida neste estudo a partir de limites administrativos, mas sim, levando em consideração a influência mútua entre espaço e as relações sociais nele desenvolvidas ao longo do processo histórico. A região de Humildes é, nesta

[63] Esta informação está presente no depoimento de Algemiro Pereira de Amorim, de 79 anos de idade, em entrevista realizada no povoado da Caboronga em 22 de maio de 2006. De acordo com Algemiro Pereira, Caboronga era uma antiga fazenda localizada no final da estrada que hoje recebe o mesmo nome. Esta estrada foi assim designada na década de 1980, quando se instalou a rede de energia elétrica nas propriedades da região, homogeneizando o espaço sob a nomenclatura de Caboronga. Antes disso, prevaleciam os nomes das fazendas estabelecidas em cada localidade.

perspectiva, o espaço dos camponeses que vem sobrevivendo, por longo tempo, da produção de farinha de mandioca e de outras atividades ligadas à exploração da terra, na zona rural de Feira de Santana.[64] O depoimento de João dos Santos Teixeira traz uma noção do modo como aquele ofício estava tão largamente difundido, dando uma feição especificamente rural a região de Humildes até os anos de 1950, aproximadamente.

> Aqui todas as fazendas tinham casa de farinha. Além disso, todo o pessoal morador tinha sua casa de farinha. Aqui tinha a fazenda Gonçalo e sua casa de farinha, que essa hoje ainda tem... continua. Tinha a fazenda Pinto, tinha mandioca, continua; mas hoje só tem capim... A fazenda Sossego... Depois, tinha a fazenda Rio da Prata. Hoje não tem mais! A fazenda Pau a Pique... Hoje não existe mais! A fazenda Araçás... Hoje não existe mais! Tudo hoje é capim. A fazenda Roçadinho tinha casa de farinha, hoje é só capim. Caboronga, hoje só tem capim. Fazenda Pinto, hoje não tem mais nada. É só capim também. A que era de Mané Baio... A fazenda Pica Pau, hoje só tem capim. Então, essas casas de farinha se acabaram. O pessoal foi embora. Só existe mesmo a fazenda Gonçalo, onde faz farinha. O pessoal não tem de que viver. Todos foram para a cidade e abandonaram... Hoje não tem mais nada por aqui! (...) A farinha aqui começou com meus avós. A farinha aqui já existe quase há duzentos anos, fazendo farinha aqui! Quer dizer, já tem uns duzentos anos essa casa de farinha aqui, passando de geração. Desde antes, o pessoal já vivia de farinha. Ninguém sabia o que era cuscuz nem nada, porque para fazer cuscuz era no pilão. Então, era a farinha e o beiju. O pão era coisa difícil também. Hoje, tudo é fácil, mas, naquele tempo, tudo era difícil! (...) Para todo lado que se ia tinha casa de farinha. Tinha o pessoal plantando. Era duas plantações certas: a da mandioca e a do fumo. Que o pessoal plantava fumo e ia vender em São Gonçalo dos Campos, em Cachoeira e em São Félix, na praça do fumo. Que tinha a fábrica de Suerdieck. Tinha em Nazaré das Farinhas, tinha em Cruz das Almas. Eram as fábricas de fumo que Suerdieck charutava. E o outro fumo era para exportar para fora do Brasil, a navio. [65]

A narrativa de João Teixeira retrata a importância da produção de farinha na região de Humildes, como atividade econômica e como produto de subsistência local: "Aqui todas as fazendas tinham casa-de-farinha. Além disso, todo o pessoal morador tinha sua casa de farinha." Por se tratar de um elemento básico da mesa dos moradores da região, era possível encontrar uma

---

[64] Para uma discussão mais detalhada sobre o significado de região, ver: MATTOS, *O tempo saquarema*, p. 25; NEVES, *História regional e local*, p. 46 e 61; SILVA, *República em migalhas* e DE CERTEAU, *A invenção do cotidiano*, capítulos "Caminhadas pela cidade" e "Relatos de espaço".

[65] João dos Santos Teixeira, de 66 anos de idade. Entrevista realizada no dia 21 de abril de 2003, no povoado Caboronga.

grande quantidade de casas de farinha, não só apenas nas fazendas, mas também em propriedades menores. Outros alimentos como o beiju e o cuscuz eram preparados como complemento da alimentação familiar camponesa cotidiana e podiam ser geralmente adquiridos em suas roças. Ainda que fornecidos pela lavoura, isto é, apesar de estarem ao acesso de todos, o processamento do milho e da mandioca era bastante trabalhoso, sendo, por isso, lembrado por João Teixeira como um episódio difícil do cotidiano rural em contraste com a praticidade da compra dos pães hoje adquiridos sem maiores esforços em mercados ou padarias.

A preparação de farinha na região de Humildes estava relacionada, numa escala de pequena produção, ao cultivo de fumo. Como assinalou Bert Barickman, a associação existente entre estas culturas incide também em outro tempo e em outro lugar da história da Bahia: o Recôncavo do século XIX. A colheita do tabaco, em Feira de Santana, era destinada aos armazéns do Recôncavo, o que propiciava uma relação indireta da lavoura feirense com o mercado internacional deste produto, ao passo que garantia uma complementação de renda. O fumo, juntamente com o feijão, o milho e a mandioca eram culturas que compunham a paisagem costumeira às propriedades da região.

Nessa medida, o depoimento de João Teixeira pode ser também relacionado com os resultados dos estudos de Rollie Poppino e de Ellen Ribeiro, nos quais afirmaram que o município de Feira de Santana possuía uma considerável atividade de produção de farinha de mandioca. A preparação do alimento se dava em pequenas quantidades. Os “roceiros” ou “pequenos sitiantes” (adotando os termos utilizados pelos dois pesquisadores, respectivamente) se encarregavam de realizar a tarefa em suas propriedades ou em parcelas das fazendas locais no sistema de meação. Ainda que em pequena quantidade, cada um destes trabalhadores produzia o

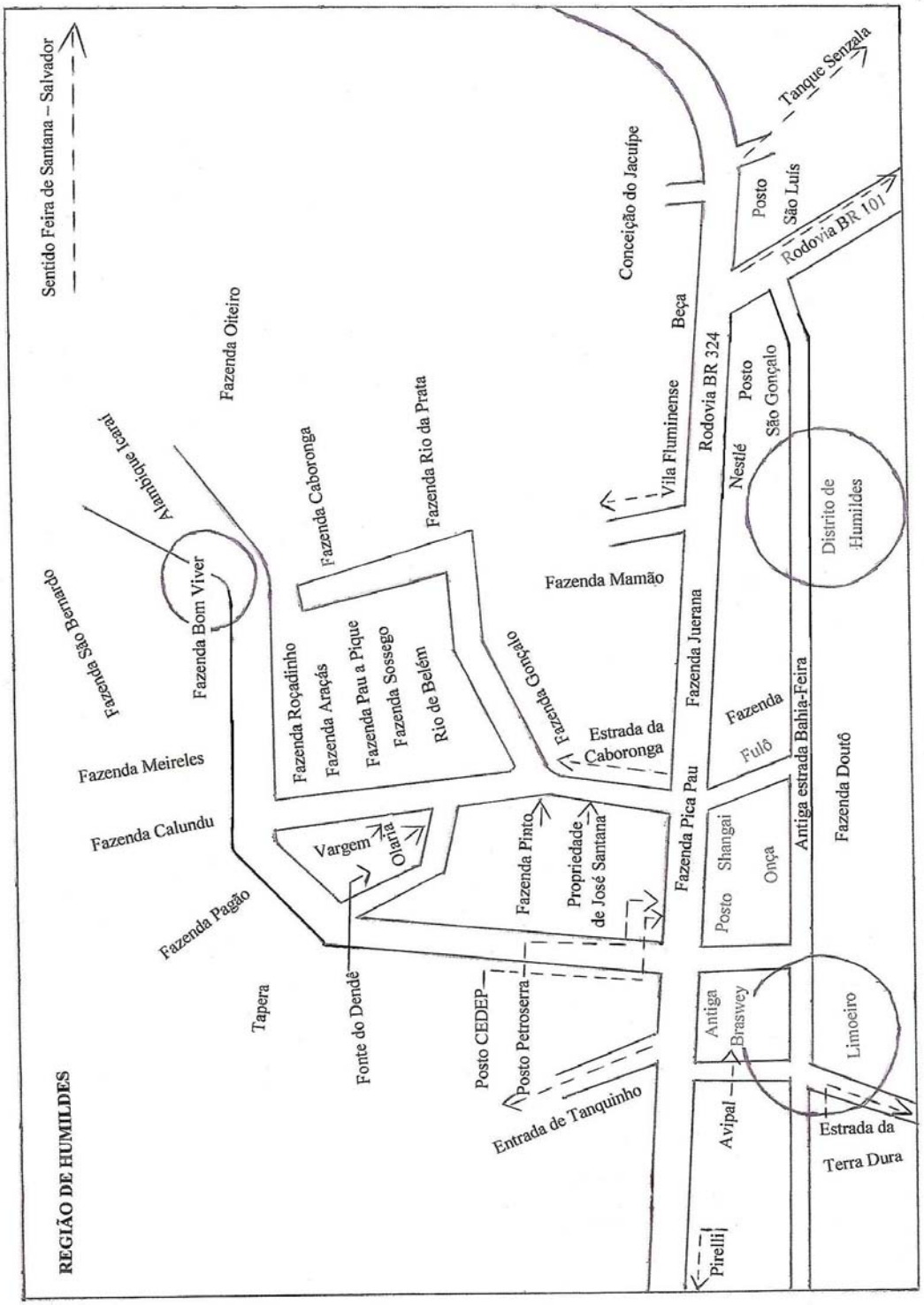
suficiente para abastecer a feira livre do município e contribuir com o fornecimento para o mercado da cidade de Salvador.

A partir dos estudos feitos pelos autores citados e das indicações do depoimento de João Teixeira, foi possível formular a questão sobre a permanência do sustento através da preparação da farinha de mandioca na história de Feira de Santana, mais especificamente entre os camponeses da região de Humildes. Sendo assim, as narrativas de João Teixeira (e algumas caminhadas feitas pela região durante as entrevistas) motivaram a reconstituição da maneira como se distribuíam espacialmente as propriedades. O delineamento das fazendas permitiu compreender a influência das relações de parentesco no cotidiano de trabalho e na caracterização deste espaço, ao mesmo tempo em que possibilitou entender de que maneira a redefinição do traçado da via Bahia-Feira modificou esta área de produção agrícola tradicional.

A reconstrução da Bahia-Feira iniciou-se no final de 1948, sendo concluída doze anos depois. Antes dela, a ligação entre Salvador e Feira de Santana era feita pela estrada de ferro que passava pela cidade de Cachoeira, inaugurada na segunda metade do século XIX.[66] No início do século subseqüente, já era possível a comunicação por uma estrada carroçável, a Bahia – Feira, inaugurada em 25 de abril de 1929 com 143 quilômetros de extensão. A construção da estrada ocorreu em duas frentes de trabalho: uma iniciada na capital em direção a Feira de Santana em 02 de fevereiro de 1918 e a outra, começou em 27 de abril do mesmo ano, no sentido Feira de Santana-Salvador. [67] Na imagem a seguir, a antiga via e as fazendas mencionadas no depoimento de João Teixeira misturam-se às novas construções originadas a partir da reestruturação da estrada Bahia-Feira, a saber, os postos de gasolina e as indústrias.

---

[66] O trecho da rede ferroviária foi inaugurado em 1876, de acordo com a monografia intitulada "Vias de comunicação" de Mário TARQUÍNIO. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, vol. 60. Ano 1934.
[67] TEIXEIRA, Cid. *Caminhos, estradas, rodovias da Bahia: notas para a história*. Salvador: SINDUSCON – Ba, 1998, p. 85-86.



Mapa 1. A região de Humildes[68]

[68] Ver imagem mais atualizada de parte da localidade aqui considerada como região de Humildes em Anexo II, p. 179.

A intenção aqui é discutir como um espaço – no qual a população viveu de atividades relacionadas à terra por muitos anos (a roça, a produção de farinha e de fumo, a olaria, o alambique, a pecuária e o corte de lenha) – vai gradualmente sofrendo alterações e apresentando uma configuração nova. A região de Humildes tinha um formato bastante diferente no período anterior a 1950. Observe-se que duas fazendas locais, a Pica-Pau e a Juerana, foram cortadas ao meio pela Bahia-Feira. A rigor, estas fazendas deixaram de existir, como foi narrado por João Teixeira: "Hoje não existe mais. Tudo hoje é capim. (...) O pessoal não tem de que viver. Todos foram para a cidade e abandonaram... Hoje não tem mais nada por aqui!" Apenas, na fazenda Mamão e nos imóveis mais afastados do perímetro definido para a estrada, é possível encontrar atualmente algumas famílias vivendo da atividade agropecuária, como nas extintas propriedades Bom Viver, Gonçalo e Fulô.

Resultantes de heranças, as fazendas mostradas na figura estabeleceram um ambiente de tradição, no qual seus trabalhadores aprendiam desde pequenos a retirar da terra o sustento: "porque, quando nascia, a profissão que o pai colocava era essa. Era na enxada". [69] O depoimento de Francisco Paulo de Lima revela o horizonte de sobrevivência comum às gerações mais jovens das famílias camponesas da região de Humildes até o final da década 1950, o trabalho na roça; uma ocupação aprendida com os mais velhos e repassada para a geração seguinte. Sob esta ótica, a narrativa de Francisco de Lima muito se aproxima da resposta dada por João Teixeira à pergunta feita sobre quando se iniciou a produção de farinha na propriedade da família: "A farinha aqui começou com meus avós. A farinha aqui já existe quase há 200 anos, fazendo farinha aqui! Quer dizer, já tem uns 200 anos essa casa de farinha aqui, passando de geração." Desse modo, ao transmitirem aos seus filhos as técnicas do ofício e os saberes relacionados ao

[69] Francisco Paulo de Lima. Depoimento citado.

cotidiano rural, os camponeses da região de Humildes também reafirmavam costumes, expectativas e estratégias de sobrevivência, partilhados ao longo das gerações existentes nas fazendas locais.

Assim também, os trabalhadores pertencentes às famílias não-proprietárias sobreviviam, há algumas gerações, da meação, do arrendamento da terra em propriedades de outras famílias e do trabalho de ganho. O arrendamento consistia em ceder uma parcela de terra a alguém mediante uma contribuição previamente fixada em dinheiro, após a comercialização da colheita, ou em produto. Já o trabalho de ganho assemelhava-se à atividade assalariada, na qual se recebia em dinheiro ou em produtos cultivados por alguns dias de serviço. Estas três formas de trabalho, geralmente, garantiam a manutenção própria e o acesso à terra a aqueles que não detinham propriedade, podendo ser utilizadas por uma mesma família em diferentes fazendas. Aliadas a tais possibilidades, as relações de vizinhança, baseadas na troca e na ajuda mútua, compunham uma complexa rede de relacionamentos, nem sempre amistosos, do dia-a-dia campesino. Esta rede de relacionamentos que compõe e confere sentido à região de Humildes, ajudava, em parte, a contornar as dificuldades e a reforçar as aproximações entre pessoas, fossem parentes, compadres ou apenas vizinhos.

CAPÍTULO 2

O cotidiano da roça e seus enfrentamentos: relações de vizinhança, tensões e limites do ofício

Quando eu lembro da massa da mandioca mãe, da massa (...)
Nunca mais me fizeram aquela presença, mãe, da massa
Da massa que planta a mandioca, mãe, da massa
A massa que eu falo é a que passa fome, mãe, da massa
A massa que planta a mandioca, mãe, da massa

A Massa. Raimundo Sodré.

A análise da importância da farinha de mandioca na região de Humildes até 1960, como alimento ou como forma de trabalho deve levar em consideração uma variedade de fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais, tais como, a tradição de seu consumo passada através das gerações, a capacidade de adaptação da planta às condições climáticas de Feira de Santana e a realidade financeira dos trabalhadores locais no que se refere à possibilidade de investimento na agricultura.[70] De outro modo, tendo-se o devido incentivo financeiro e amparo técnico, culturas diferenciadas poderiam ser incentivadas na região, além de opções de emprego em outros setores produtivos, como se verificou, mais tarde, na implantação das indústrias do Centro Industrial do Subaé (CIS) entre as décadas de 1960 e 1980.[71] Todavia, era da produção de farinha de mandioca e do trabalho realizado na roça que se podia retirar, a princípio, o alimento rotineiro.

---

[70] Sobre a importância da produção de farinha de mandioca na história da cidade de Feira de Santana, consultar: LIMA, *Lucas Evangelista*, p. 61; POPPINO, *Feira de Santana*, p. 60, 176 – 177, e 227; RIBEIRO, *Abastecimento de farinha*, p. 3-5, 82.

[71] Sobre a construção do Centro Industrial do Subaé, ver a dissertação de mestrado: SANTOS, Alane Carvalho. *Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização*. Salvador, 2002. Há outro estudo sobre o tema, na área de economia, a tese de doutorado: CRUZ, Rossine Cerqueira da. *A inserção de Feira de Santana (Ba) nos processos de integração econômica nacional*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

Trabalhando na roça e na casa de farinha

A cidade de Feira de Santana possui uma área de 1.344 quilômetros quadrados e localiza-se no Agreste baiano, uma faixa de transição entre a Zona da Mata e o Sertão.[72] Em decorrência disso, a geógrafa Nascelice de Freitas explica que cerca de 96% de seu território insere-se no polígono das secas, com exceção apenas do distrito de Humildes.[73] Saliente-se que o referido distrito constitui-se em, apenas, um fragmento da região considerada neste estudo e que os demais povoados encontram-se nas mesmas condições que o restante do território feirense. Assim, sendo a mandioca uma planta que se desenvolve bem nas regiões tropicais do globo terrestre – se adaptando, inclusive, às altas temperaturas – os camponeses da região de Humildes tinham a mão uma importante cultura, capaz de fazer frente aos períodos de estiagem prolongada e aos parcos recursos por eles investidos na lavoura.[74] Para se ter uma noção da realidade feirense, o período de chuvas no município corresponde apenas aos meses de abril a junho, sendo que os riscos de seca vão do médio ao alto grau de probabilidade.[75]

Em uma palestra no Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura Tropical, o engenheiro agrônomo, Jairo Ribeiro da Silva afirmou: "a cultura da mandioca encontra condições para se desenvolver em todo o país". E explicando o porquê deste alimento ser tão difundido entre os "pequenos produtores de baixa renda", Silva aponta alguns aspectos, como o fato da planta se adaptar a solos de baixa fertilidade, não necessitando de adubos; ser resistente à seca

---

[72] Conforme: GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, SEPLANTEC/ CEI. *Informações básicas dos municípios baianos: Região Paraguaçu*. Salvador, 1994. Nº. 14, p. 239.
[73] FREITAS, Nascelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana: influências da industrialização, 1970 – 1996*. Salvador, 1998, p. 53. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo): Faculdade de Arquitetura, UFBA.
[74] A análise sobre a disposição do cultivo da mandioca às áreas tropicais do globo terrestre pode ser vista em: SILVA, Jairo Ribeiro da. "A importância da mandioca no Brasil e no mundo." Palestra proferida no VI Curso Intensivo de Mandioca realizado entre 14 e 24 de outubro de 1986 no Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura Tropical da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Texto datilografado.
[75] GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, *Informações básicas*, p 239.

após o período de fixação ao solo; adaptar-se ao consórcio com outros cultivos, como o feijão e o milho; ser um alimento "energético por excelência"; e oferecer a possibilidade de adiamento da colheita, propiciando, ao produtor, preços de venda mais rentáveis.[76] Entretanto, nem sempre, o adiamento da colheita da mandioca era uma realidade presente para todas as famílias, pois, a depender da situação financeira em que se encontrassem, a comercialização do plantio deveria ser imediata a fim de saldar os compromissos feitos anteriormente. Neste caso, a habilidade dos camponeses em calcular o tamanho da área a ser colhida era de fundamental importância para a manutenção familiar, pois com este conhecimento garantia-se a sobrevivência até a colheita do plantio seguinte.[77]

As características da mandioca ajudam a compreender a inserção deste alimento na região de Humildes e sua permanência como uma importante fonte de renda no dia-a-dia de seus camponeses. Estes construíram e reelaboraram, ao longo do tempo, todo um modo de vida e conhecimento coletivo em torno da produção de farinha, a qual se constituiu como elemento aglutinador de suas experiências cotidianas, de sua cultura e de suas histórias de vida, como é possível observar no depoimento de Dona Maria de Jesus dos Santos Silva ao relatar seu trabalho na roça e na casa de farinha:

> A vida na roça, minha filha... Como é que diz? Capinava, plantava, fazia farinha, mexia, vendia, fazia beiju. Depois do beiju, quebradinha. (...) É trabalho, minha fia, que a farinha dá! Você, na casa de farinha, na hora que a pessoa está mexendo, fica assim espiando abismada. E a gente com o rodo: vai pra lá vai pra lá, vem pra cá vem pra cá. É um trabalho até aquela farinha torrar, ficar sequinha que a pessoa bota na boca, bota no dente chega estalar o caroço (...).
> A gente acordava de madrugada. Tinha vez que relava a mandioca, botava na prensa, tornava botar outra recarcada, vinha pra casa, tomava banho, comia e ia pra casa de farinha. A gente levava um bule de café. Não tinha naquele tempo o quente e frio. Era

[76] SILVA, "A importância da mandioca".
[77] O cálculo da colheita, uma atividade eminentemente masculina, é tratado em GARCIA JR., *Terra de trabalho*, p. 113 e 114 e em HEREDIA, *A morada da vida*, p. 57.

> o bule de café pra esquentar. A gente levava um bocado pra tomar. Era assim! Levava as panelas. As panelas eram de barro. Tinha aqueles caboré de fazer café de casa. A gente levava, puxava as brasas, botava em cima, quando tava fervendo, a gente fazia. Botava o pó dentro e fazia pra tomar a noite toda na casa de farinha. Quando dava de manhã, os fios tava em casa. A gente vinha pra casa, ia pegar água no brejo ainda pra fazer a tapioca, pra desmanchar a tapioca. Coava no pano, vinha pra casa, vinha cuidar nos fios que tava em casa, botar feijão no fogo, dar café aos meninos pra tornar descer pra peneirar a massa. A gente deixava duas, três fornadas de farinha já peneirada de massa, de massa já peneirada para poder pegar meus fios. Quando ele secasse uma, já tinha a outra peneirada. Quando ele tirasse a outra, agora vinha pra peneirar as duas derradeiras. Era assim minha fia, a gente já sofreu.[78]

Este trecho do depoimento de Dona Maria de Jesus Silva se refere a um cotidiano intenso de trabalho na roça, especialmente nos momentos em que atuava na produção de farinha. Sua memória aponta para um passado de dificuldades ao utilizar a expressão "a gente já sofreu" e ao relatar o uso de utensílios domésticos de cerâmica e do fogão à lenha e a necessidade de buscar água em nascentes distantes de sua casa. Estas práticas costumeiras são confrontadas com outros hábitos existentes atualmente, como o uso de garrafas térmicas para a conservação do café e as facilidades geradas pela água encanada e pelo fogão a gás, possibilidades essas subentendidas em seu depoimento. Visando a preparação da farinha de mandioca, Dona Maria acordava muito cedo com seu esposo e se dirigia a casa de farinha. Ao amanhecer, ela retornava a sua casa para providenciar a primeira refeição do dia e cuidar dos filhos; em outras ocasiões, passava a noite inteira trabalhando nas vésperas dos dias de feira livre, a depender, evidentemente, do volume da colheita.[79]

O processo de fabricação de farinha e os afazeres da roça exigiam longas horas de serviço e uma boa quantidade de pessoas, mas isso, geralmente, podia ser tarefa para o lavrador, sua esposa e seus filhos. De maneira geral, o trabalho dos camponeses começava com a organização da terra para o cultivo, o que correspondia à capina, ao preparo das covas e à adubação. Logo

[78] Maria de Jesus dos Santos Silva. Depoimento citado.

[79] A realização desta atividade durante as noites das vésperas de feira livre é mencionada no depoimento de Raimundo Teixeira de Jesus, de 36 anos. Entrevista realizada no povoado Caboronga, em 24 de junho de 2004.

depois, pedaços do caule da mandioca utilizados como "sementes", as chamadas manivas, eram enterrados nas covas para uma nova lavoura. Isto ocorria no mês de março, quando, na maioria das vezes, se iniciavam as chuvas. A roça era capinada periodicamente e, doze a dezoito meses depois, chegava a época da colheita e da preparação da farinha.[80]

A produção desse alimento pode ser assim resumida: após o corte da lenha necessária e a coleta na roça, procedia-se a raspagem da casca das raízes da mandioca. Em seguida, moía-se as raízes com o uso da "roda" ou "rodête", um aparelho em forma cilíndrica com duas manivelas, uma em cada lado, movimentadas por duas pessoas. Havia outro dispositivo, que não demandava tanto esforço físico, conhecido como "bolandeira". Esta era movida por um animal de carga, como explicou João Teixeira: "Na casa de farinha, a mandioca era ralada a cavalo. Chamava bolandeira, que hoje muita gente não sabe o que é isso. A máquina era toda de madeira. (...) Aí, tinha o cavalo, a cevadeira ralando a mandioca".[81] Depois de triturada a raiz, obtinha-se a massa que deveria passar por uma prensa de madeira no intuito de remover o caldo venenoso da mandioca. Já prensada e seca, a massa era peneirada e depois torrada no forno de lenha. Após a torrefação, a farinha pronta deveria ser ensacada para a venda na feira livre e na vizinhança.

Por volta da década de 1980, alguns camponeses locais já contavam com uma modificação significativa em sua produção de farinha, pois os tradicionais métodos de trituração do tubérculo foram gradualmente substituídos pela "bola". Esta se constituía em uma espécie de cilindro envolto por pequenas serras e atrelado a um motor que facilitava e agilizava o trabalho dos camponeses. A "bola" permaneceu no processo de preparação da farinha dos dias de hoje e é movida por energia elétrica. Foi durante a expansão das indústrias do Centro Industrial Subaé (CIS), na década de 80, que parte das moradias locais teve acesso ao fornecimento deste serviço.

---

[80] Para uma discussão mais detalhada sobre o cultivo da mandioca, ver: HEREDIA, *A morada da vida*, p. 60 – 65.
[81] João dos Santos Teixeira. Depoimento citado.

Antes disso, já se utilizava a “bola”, usando a energia de baterias de caminhões. Entretanto, não foi possível indicar com precisão quando isto ocorreu, mas acredita-se que tenha sido pouco antes da reestruturação da estrada Bahia-Feira, com um fluxo regular de caminhões trazido para a região na “antiga” via, o que, possivelmente, estimulou o comércio das baterias. As baterias eram levadas para o centro da cidade a fim de serem recarregadas e também poderiam ser conectadas, anos mais tarde, aos aparelhos de televisão, ainda no período que antecedeu a expansão da rede de energia elétrica na região.

Na figura a seguir, observa-se um forno à lenha onde a massa da mandioca era torrada para dar origem à farinha, ao beiju e à quebradinha.

Fotografia 2. Forno à lenha com rodo

Ainda que um novo elemento tenha sido incorporado à produção local de farinha de mandioca, pouca coisa mudou nas demais etapas do processo de preparação deste alimento.[82] Hoje, parte dos camponeses da região de Humildes pode contar com uma casa de farinha

[82] Conforme: Raimundo Teixeira de Jesus. Depoimento citado.

mecanizada existente no povoado Fulô e composta por um moinho, em vez da “bola” movida pelo motor, e por um forno elétrico. Mas, para a maioria deles, a opção encontrada foi quase sempre o uso do rodo associado ao da bolandeira, da roda ou rodête, e mais tarde, conjugada ao uso da “bola”.

A pessoa que manejava o rodo deveria ser bastante experimentada, rápida e persistente para não deixar a farinha queimar. De igual modo, o trabalho realizado inicialmente na roda exigia dispêndio de esforço físico, sendo, por isso, geralmente uma atribuição masculina, ao lado da torrefação da farinha, como se pode observar em conversas informais com os camponeses da região. Sobre a realização das atividades da casa de farinha, Dona Maria de Jesus Silva relatou: “Você, na casa de farinha, (...) fica assim espiando abismada. E a gente com o rodo: vai pra lá vai pra lá, vem pra cá vem pra cá. É um trabalho até aquela farinha torrar, ficar sequinha que a pessoa bota na boca (...) chega estalar o caroço.” Observe-se que, em sua narrativa sobre o cotidiano da casa de farinha, há toda uma descrição sobre as técnicas e os procedimentos utilizados na produção do alimento e uma referência às relações estabelecidas em torno deste local. Assim, “o ponto” da farinha ou o estado em que este produto era considerado como pronto para o consumo era, quando levado a boca, pudessem estalar os grãos. Este ato lembra a forma como, geralmente, os compradores de farinha avaliam a qualidade do produto. Neste caso, aos olhos de Dona Maria, era considerada de boa categoria a farinha fina e bem torrada, “crocante”.

Em outro trecho de sua entrevista, Dona Maria de Jesus Silva menciona algumas estratégias utilizadas durante as atividades da casa de farinha, a fim de cumprir com suas atribuições domésticas e de cuidar dos filhos. Antes de retornar para casa, ela e o esposo “deixava[m] duas, três fornadas (...) de massa já peneirada para poder pegar [os] fios. Quando ele secasse uma, já tinha a outra peneirada. Quando ele tirasse a outra, agora vinha pra peneirar as

duas derradeiras." A tática era adiantar ao máximo o trabalho para que o tempo utilizado na casa de farinha pudesse ser conciliado com os preparativos do café e do almoço e com a assistência aos filhos pequenos. Na ida para casa, marido e mulher passavam pelo brejo e pegavam água para retirar a goma ou tapioca da massa de mandioca já triturada. Este processo consistia em adicionar água na massa e espremê-la até que fosse retirado um caldo grosso e branco com o qual se fazia a tapioca. Saliente-se que, a prática de retirar a goma destinava-se a preparação do beiju e da quebradinha, os quais tinham maior valor comercial. A farinha, cuja massa foi retirada a goma era grosseira e menos saborosa, sendo conhecida na região como "farinha lavada" e destinada, na maioria dos casos, à alimentação dos animais.

Durante as visitas feitas nas casas de farinha, notou-se que os homens recolhiam a lenha para o forno e colocavam a massa na prensa. Já as mulheres removiam a casca das raízes e peneiravam a massa. O beiju e a quebradinha eram feitos tanto pelos homens, quanto pelas mulheres. A quebradinha é uma espécie de beiju produzido na região com textura mais fina e bastante apreciado por ser leve e facilitar a mastigação. Sendo assim, pareceu existir uma forte demarcação entre as atividades masculinas e as femininas no cotidiano da produção da farinha. No entanto, o depoimento de Zulmira Fernandes Cerqueira Teixeira, herdeira da fazenda Caboronga, demonstrou ser o cotidiano da região de Humildes bem mais dinâmico que a realidade vislumbrada na primeira impressão.

> Na casa de farinha, a gente fazia de tudo. Mexia farinha, espremia a massa, raspava a mandioca e, aí, a gente fazia de tudo. (...) Eu não capino. Nunca capinei, não. (...) É mais um trabalho de homem, mas a gente fazia de tudo.[83]

[83] Zulmira Fernandes Cerqueira Teixeira. Entrevista realizada no povoado Caboronga no dia 22 de maio de 2006.

Ressalte-se, a partir deste trecho, que a divisão do trabalho entre homens e mulheres no espaço da casa de farinha poderia apresentar modificações a depender da situação de cada família camponesa. Possivelmente, nas realidades em que as famílias eram grandes e nas quais podiam contar com o trabalho de um número considerável de seus membros tanto homens, quanto mulheres, a divisão de tarefas identificada nas visitas às casas de farinha era comum. No entanto, para o caso de Zulmira Teixeira, a esposa realizava as mesmas atividades que o marido em sua casa de farinha, pois se tratava de uma família pequena com filhos ainda crianças. Em complemento a mão-de-obra familiar, o esposo de Dona Zulmira, Israel dos Santos Teixeira, pagava geralmente alguém que lhes ajudasse na produção de farinha, como a "raspadeira" Ambrosina Marques dos Anjos. Além deste auxílio, freqüentemente o casal solicitava ajuda na capina da roça, a única atividade na qual ela não o auxiliava, pois era "mais um trabalho de homem", isto é, exigia a força física de um homem.

Entretanto, na ausência de mão-de-obra masculina, do pai ou dos filhos em idade boa para trabalhar, algumas mulheres desempenhavam o papel destinado aos homens, como foi o caso de Zenaide da Silva Lima e de Belmira Bispo dos Santos, herdeira da antiga fazenda Juerana, onde hoje se localiza parte da rodovia BR 324.[84] Enquanto seus maridos trabalhavam fora, a fim de aumentar a renda da família, ambas às entrevistadas cuidavam dos filhos, da casa, da roça e da preparação da farinha de mandioca. No decorrer do tempo, a situação primeiramente desfavorável, na qual os filhos não podiam colaborar, logo se alterava, na medida em que eles alcançavam à faixa etária compreendida entre os sete e os doze anos.

Os descendentes dos camponeses assumiam, desde cedo, uma participação no trabalho da roça, realizando pequenas atividades ao passo em que aprendiam o ofício desempenhado pelos

[84] Zenaide da Silva Lima (Depoimento citado) e Belmira Bispo dos Santos, de 84 anos. Entrevista realizada na residência de Dona Belmira, às margens da rodovia BR 324, em janeiro de 2006.

pais. É importante ressaltar que seu auxílio ia além da necessidade de acrescentar ajuda à capacidade de produção da família, pois, era simultaneamente uma resposta à solicitação paterna em sinal de respeito e obediência. Sobre este aspecto, o herdeiro do sítio São Pedro, Francisco Paulo de Lima, relatou o seguinte:

> Os pais da gente, antigamente, deixavam a tarefa. A gente só descansava quando terminava aquela tarefa. (...) Marcava o trabalho, se terminasse você saia para qualquer lugar. (...) Se não terminasse, no dia seguinte cedo, você tinha que fazer outro serviço e só fazia quando terminasse [o anterior]. Continuava a mesma tarefa. Meu irmão mais velho, Martinho, terminava logo a tarefa dele e ia para o tanque tomar banho. A gente, quando ia terminar, já era de noite para ir tomar banho. Que a gente saía daí, do sítio São Pedro, onde papai casou e morou e a gente ia tomar banho neste tanque de Felipe que ninguém tinha fonte por aqui. (...) No tanque de Felipe que tem ali. (...) Lá em Godô tinha tanque, lá em baixo. Aqui tinha um, onde é a granja hoje. Ali tinha um.
> Todo mundo lavava roupa na seca, no verão, e todo mundo tomava banho e ainda apanhava para beber. (...) A primeira cisterna que foi construída aqui foi na fazenda Pagão onde foi de meu avô. Aí, o coronel Dário, quando comprou, cavou uma fonte, uma cisterna. Mas, de princípio, ele carregava água do brejo. (...)
> Menina assim, moça assim que nem você carregava com um pote na cabeça, tinha vezes que dentro da lama. Às vezes, escorregava, caía, quebrava o pote, chegava em casa e ainda apanhava. (risos). Depois apareceram latas de gás, esse... Querosene. (...) Caía. Pronto! Aí, quando amassava a lata, que a gente queria ficar brincando, [apanhava também]. Tinha menino que ia buscar até no litro. Era uma situação...[85]

O tanque de Felipe localizava-se nos arredores da propriedade de Manuel dos Anjos, conhecida como a fonte do Dendê. Esta fonte ficou assim conhecida pela grande quantidade de pés de dendê plantados ao seu redor, recebendo boa parte dos moradores dos atuais povoados Tapera e Caboronga, que para lá se dirigiam a fim pegar água para o consumo doméstico. Em geral, era no tanque de Felipe que se tomava banho, lavava-se roupas e onde os animais saciavam sua sede. Além da fonte do Dendê e do tanque de Felipe, havia também o tanque de Artur Marques, na fazenda Sossego, o rio de Belém, a vargem utilizada na olaria da fazenda Pinto, os brejos de Godofredo Teixeira, na fazenda Gonçalo, e de Juquinha, no povoado Tapera, e a represa da destilaria de cachaça Alambique Icaraí, no povoado Bom Viver. A abundância destes

[85] Francisco Paulo de Lima. Depoimento citado.

mananciais na região pode ser explicada pelo fato de a cidade de Feira de Santana estar localizada numa zona do agreste ou de transição, onde são características as nascentes de água, vulgarmente conhecidas como brejos ou “olhos d’água”. Era, através das nascentes, que os camponeses contavam com um fornecimento contínuo de água durante o verão, especialmente nos períodos de seca.

Para além dessa importante função atribuída às nascentes, o hábito de tomar banho nesses locais parecia ser uma espécie de compensação pelo dia de trabalho, ou ainda, o momento esperado depois de horas estafantes de atividade na lavoura. Sob esta ótica, era preciso terminar a tarefa atribuída pelo chefe da família em tempo hábil para aproveitar o restante do dia, pois só havia descanso, no momento em que se “terminava aquela tarefa. (...) Se não terminasse, no dia seguinte cedo, você tinha que fazer outro serviço e só fazia quando terminasse [o anterior]”. O banho nas nascentes era quase sempre um motivo para o lazer e a diversão, assim como, o buscar água para os afazeres domésticos, fosse em potes de barro, fosse em latas de querosene. De certo modo, na referência ao transporte e ao armazenamento de água, há uma indicação de mudança na realização de uma tarefa cotidiana específica. Aqui, a alusão ao uso de latas de querosene era um indício da penetração dos produtos industrializados na localidade, os quais poderiam ser de um dos postos de gasolina ali instalados, como o CEDEP Comércio e Indústrias Ltda., ou ainda, poderiam ser adquiridos no centro da cidade nos dias de feira. O CEDEP foi criado em 1962 e contava com uma fábrica, na região, de latas usadas para armazenar o querosene por ele distribuído.

Por outro lado, o acúmulo de tarefas e, até mesmo, o apanhar dos pais nas ocasiões em que os filhos quebravam os potes de água ou amassavam as latas de querosene eram situações que reafirmavam a autoridade dos genitores, sobretudo a do homem. Este, como responsável pelo

roçado e, conseqüentemente, pelo sustento familiar, exercia sua autoridade de chefe de família, intervindo em conflitos em sua casa, organizando as tarefas dos filhos e esposa no plantio e representando a família no trato com pessoas estranhas, tanto em sua casa, como na comercialização dos produtos da roça.[86]

Além da ajuda dos descendentes, ou nos casos em que ela estava ausente, vez por outra, se podia contar também com a mão-de-obra extra das "raspadeiras", mulheres da vizinhança que ganhavam um "trocado" raspando raízes de mandioca nas casas de farinha locais. Esta era uma função exercida por Dona Ambrosina Marques dos Anjos, herdeira da propriedade que se localizava nas proximidades da fonte do Dendê e da fazenda Pinto. A camponesa trabalhava com freqüência na fazenda Gonçalo, local onde também mantinha relações de compadrio e de amizade. Antes de mudar-se para o povoado Fulô, onde reside atualmente, o trabalho como "raspadeira" complementava a renda de Dona Ambrosina, adquirida através dos cultivos de mandioca, feijão e milho em sua terra, na fonte do Dendê.

> E lá era pior porque a gente mexia, olha, era no rodo. A gente mexia, fazia farinha, fazia beiju para levar para a feira para vender. (...) Aí depois, eu vim mimbora pra aqui. Eu não sei se melhorou a minha vida... Eu não sei se piorou. Eu tenho, para mim, que melhorei, minha vida. Tanto eu, quanto meus filhos. Melhorei bastante, não é? Sei lá. Porque lá era um lugar cheio d'água e aqui, graças a Deus, não é cheio de água. A chuva, quando vem, a enxurrada leva. E, na mesma hora, está seco. Graças a Deus, está tudo bem. (...)
> Saí de lá porque não dava mesmo. Lá, minha filha, a gente estava assim dentro de casa, era minadouro para tudo quanto é canto. (...) Porque tinha assim, quando a chuva ia diminuindo mais, quando o inverno ia acabando, a gente plantava. E o que a gente plantava saia. Sempre eu tive sorte pro lado de roça. Trabalhava muito na roça dos outros para comer. Trabalhei muito lá na casa de seu Godô. Muito, muito, muito! Raspando mandioca, mexendo farinha. Muitos anos, na roça, muitos anos. (...) Ave Maria, lá que era o foco da gente raspar mandioca. Era toda semana, minha filha. (...) A gente recebia era o dia. Agora, eu nem me lembro, nem sei mais quanto era esse dia (...) Olhe, a gente raspava mandioca... Vado, Deus te dê o céu! Não estou falando dele que ele é meu compadre e eu gostava muito dele. Espremia a tapioca, eu e Nani.

[86] Esta discussão sobre as atribuições dos chefes de famílias camponesas está presente em: HEREDIA, *A morada da vida*, nos capítulos "casa-roçado" e "roçado-roçadinho"; GARCIA Jr., *Terra de trabalho*, p. 101.

> Espremia a tapioca desde meio-dia até esta hora assim [final da tarde]. Raspava a mandioca e espremia assim, agora, ralar, era o motor que ralava. (...)
> [Na casa de farinha, conversávamos] sobre os trabalhos mesmo da roça. (...) É a mesma coisa quando a gente vai se confessar, aí o padre manda a gente contar os pecados da gente a ele. Aí, o pecado da gente não é o trabalho do dia-a-dia da casa da gente, não é? Aí, é isso mesmo.[87]

O depoimento de Dona Ambrosina Marques dos Anjos se assemelha ao de Maria de Jesus dos Santos no momento em que ela fala do dia-a-dia vivenciado na casa de farinha e quando cita a prática de comércio na feira livre da cidade. A lembrança desta fase de sua vida, ocasião na qual Dona Ambrosina mexia farinha com o rodo, é qualificada de "pior" que a situação vivida atualmente no povoado Fulô, onde ela se utiliza de uma casa de farinha comunitária com forno elétrico, implantada há menos de dez anos na localidade. Tal memória de um tempo difícil é reforçada pela menção aos problemas gerados pelo encharcamento do solo em sua propriedade: a infiltração em casa e o atraso do período de plantio. Assim, para contornar estas dificuldades, pelo menos em parte, Ambrosina dos Anjos se utilizava do trabalho temporário em outra propriedade, raspando mandioca e mexendo farinha, e adiava o plantio para o final do inverno. Note-se que, com o trabalho fora de sua lavoura, Dona Ambrosina não conseguia retirar mais que o sustento: "Trabalhava muito na roça dos outros para comer", o que, de certa forma, caracterizava a condição de boa parte dos camponeses locais, devido às limitações impostas pela ausência ou ineficiência da terra e pelas poucas condições para trabalhá-la.

A presença de outras pessoas na casa de farinha além da família proprietária, como a das "raspadeiras", foi observada por Beatriz Heredia na Zona da Mata pernambucana. Segundo Heredia, as casas de farinha funcionam como "locais em que se reforçam as relações sociais", pois nestes espaços não se reúnem apenas "os membros da família proprietária do produto como também outros parentes e vizinhos, que conversam enquanto se realiza o processo de fabricação

[87] Ambrosina Marques dos Anjos, de 70 anos. Entrevista realizada no povoado Fulô, em 19 de janeiro de 2007.

da farinha".[88] Desse modo, a participação das "raspadeiras" não pode ser vista apenas como um reforço da mão-de-obra, mas também, como um indício da interação desenvolvida entre os membros da vizinhança em torno da produção de farinha, ou entre compadres, Dona Ambrosina dos Anjos e Durvalino Teixeira, "Vado".

Durante a preparação desse alimento, a casa de farinha era palco para a socialização dos camponeses, acompanhada de muitos "causos", histórias de antigamente, além de algumas pilhérias sobre fatos corriqueiros da localidade, onde se poderia ficar atualizado sobre acontecimentos recentes ou divulgá-los.[89] Mais que isto, a depender da proximidade existente entre as pessoas que partilhavam este espaço, era possível trocar experiências de vida e de trabalho, relatando problemas familiares e situações cotidianas que causavam preocupações: "É a mesma coisa quando a gente vai se confessar, aí o padre manda contar os pecados da gente a ele. Aí, o pecado não é o trabalho do dia-a-dia da casa da gente?"[90] Através destas trocas de experiências e dos relatos de acontecimentos costumeiros da localidade, conseguia-se amenizar a dureza de um dia inteiro de trabalho e, ao mesmo tempo, socializar-se.

No entanto, nem sempre era possível contar com a ajuda das "raspadeiras" e dos vizinhos, pois este auxílio normalmente dependia de algo em troca: uma remuneração, favores devidos, ou uma parcela da farinha produzida. Para uma família de poucos recursos, contar com a mão-de-obra das "raspadeiras" poderia não ser uma saída, sendo necessária a busca de outras estratégias a fim de amenizar o esforço desprendido na realização das variadas tarefas da roça, o que não dependia necessariamente do pagamento em dinheiro ou em parte da produção.

Formas de ajuda mútua

[88] HEREDIA, *A morada da vida*, p. 47.
[89] Conforme: NOGUEIRA, *Mandioca: saberes e sabores*, p. 15 e 18.
[90] Ambrosina Marques dos Anjos. Depoimento citado.

Era comum entre os camponeses a ajuda mútua a fim de poupar esforço e de reduzir o tempo usado no trabalho da casa de farinha. Durante as entrevistas, foram citadas algumas das formas de ajuda por eles utilizadas, como o "dia trocado". Segundo Dona Maria de Jesus Silva, o "dia trocado" era uma prática utilizada constantemente na região de Humildes, estabelecida a partir de um trato verbal. Este acordo tinha como finalidade colaborar com determinada família na realização de uma tarefa específica, neste caso, a produção de farinha, visando o mesmo auxílio em momento oportuno: "dia de terça-feira era minha, na quarta-feira já era de outro. Ele [Emanuel] ia ralar para a pessoa ralar a dele. Era assim! Fazia assim uma troca de obra de um para o outro". Sobre esta modalidade de trabalho rural, o sociólogo Antônio Candido de Mello e Souza faz a seguinte ressalva: "a troca de trabalho se dá quando um vizinho é requisitado para auxiliar outro, e fica seu devedor de uma parcela de tempo igual a que recebeu, podendo-a requerer quando julgar conveniente".[91] Este tipo de relação parecia ser uma alternativa frente ao uso da mão-de-obra das "raspadeiras", as quais consistiam em um recurso não-disponível para todos.

A troca era, desse modo, fundamental para os camponeses e as camponesas da região de Humildes. Era através dela que se conseguia ajuda diante da impossibilidade de remunerar a mão-de-obra extra-familiar necessária à lida da roça.[92] Nesta perspectiva, Beatriz Heredia faz a seguinte reflexão sobre as relações de troca no meio rural: "é preferível solicitar algo emprestado ao vizinho que retribuiu pedindo alguma coisa em troca. Esta reciprocidade é que permite a manutenção deste tipo de relação".[93] Conclui-se, desse modo, que, em muitos momentos, as chamadas relações de solidariedade entre os camponeses consistiam, também, em uma relação de

[91] SOUZA, Antônio Candido de Mello e. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Editora 34, 1964, p.127.
[92] Conforme: Zulmira Fernandes Cerqueira Teixeira. Depoimento citado.
[93] HEREDIA, *A morada da vida*, p. 46.

ajuda mútua, ou de troca, cuja manutenção dependia continuamente da retribuição do favor realizado, com cooperação e reciprocidade.

Acompanhando esse raciocínio, ocasiões como a bata do feijão, o "sobaco", o "corte", o "boi roubado", a separação das folhas de fumo em "manocas" e o "empréstimo" da casa de farinha fizeram parte de uma rede de prevenções tecida no cotidiano rural de luta pela sobrevivência. O recurso a estas formas de ajuda se fazia presente no dia-a-dia da maior parte das famílias locais, ainda que fossem compostas por um bom número de pessoas habilitadas para o desempenho das tarefas. Do mesmo modo, a forte presença destas práticas no cotidiano da roça foi verificada nas grandes e nas pequenas famílias do interior de São Paulo, entre as décadas de 1940 e de 1950, por Antônio Candido Mello e Souza: "Na verdade, o sitiante e o parceiro não podem prescindir da cooperação vicinal, mesmo no caso mais favorável de prole numerosa, válida, de idades próximas, vivendo na casa paterna".[94] Além disso, tais formas de ajuda mútua também demarcaram espaços de sociabilidade e de lazer, pois, muitas vezes, eram acompanhadas de samba de roda, versos e bebida; de acordo com as posses de cada um.

> Bata de feijão é um pau, ou um facão. Aí faz uma ruma de feijão dessa altura (faz o gesto). Se você sabe jogar terra, você sabe. Aí você pega um facão, rodeando de homem. Se a mulher souber também ela faz. Batendo e chutando, batendo e chutando. E ali, cantando. Tirando um verso. Ali você inventa um verso. (...) Muitas vezes, você não gostava de mim, cantava um verso me insultando e eu cantava outro para você. E aquilo ali passava o dia, uma tarde. Quando era de noite, terminava. Aí, todo mundo ia dançar do jeito que tivesse. Sujo, com o cabelo com bagaço de feijão, a roupa como estivesse. (risos). Ali, brincava. Se tivesse comida, comia. Se não tivesse, todo mundo ia para casa. (...)
> Era um tipo de diversão! Hoje era em sua casa, juntava todo mundo e ia para sua casa. No outro dia, já ia para a casa de outra e aí fazia. Se fosse fumo, era a mesma coisa. Juntava aquele pessoal de menino e aquelas senhoras para amarrar o fumo, juntava todo mundo. Uma despencando, outra "manocando", chamava manocando. Fazia aquela "manocazinha". Ia fazendo a ruma. Quem tinha comida para dar, dava. Oito, nove, dez horas quando acabava. Quem não tinha dava um café, uma bolacha. Quem tinha comida, dava um feijão, o que tivesse comia! Uma cachaça. Quem não tinha, mandava buscar longe. Levava quase meia hora. Só tínhamos nós aqui, mandava

[94] SOUZA, *Os parceiros do Rio*, p. 126.

> buscar no Limoeiro. Para alegrar o pessoal para fazer mais o trabalho. E hoje não tem mais isso aqui.[95]

A bata do feijão era uma prática em que se retiravam os grãos das vargens já secas ao sol com golpes de facão ou com pauladas, sempre chutando aquelas que se dispersavam, redirecionando-as ao monte.[96] Esta tarefa contava com a ajuda de muitas pessoas já que se destinava ao processamento de um grande volume de produção: "Aí faz uma ruma de feijão dessa altura (faz o gesto)." Em recompensa ao auxílio recebido, os camponeses costumavam ofertar comida e bebida, ao contrário da prática do "dia trocado", na qual havia a obrigação em retribuir o favor recebido com o mesmo trabalho. A oferta de comida e de bebida na bata do feijão e no auxílio à separação das folhas do fumo também tinha por finalidade a distração, ao lado do recitar versos, garantindo a realização do trabalho sem reclamações e com entusiasmo: "Para alegrar o pessoal para fazer mais o trabalho".

Um aspecto que deve ser levado em conta é a importância dos versos recitados durante a bata do feijão. Muitas vezes de improviso, os versos prestavam-se também ao insulto, além do entretenimento. A partir do depoimento de Francisco Paulo, observa-se que as práticas festivas ligadas ao trabalho da roça equivaliam às ocasiões em que velhas "desamizades" poderiam vir à tona e a oportunidade para se "dar o troco". Neste caso, a menção ao insulto indica a existência de tensões cotidianas nas relações estabelecidas entre os camponeses da região, mostrando que, apesar das formas de ajuda mútua e de solidariedade, o passado destes trabalhadores não era isento de conflitos. De outro modo, a reafirmação das divergências, propiciada pela bata do feijão, não prescindia do "tom" de "brincadeira" empregado pelas pessoas que participavam desta

[95] Francisco Paulo de Lima. Depoimento citado.
[96] Há uma referência sobre o cultivo e a bata do feijão em HEREDIA, *A morada da vida*, p. 66.

forma de ajuda mútua: “Quando era de noite, terminava. Aí, todo mundo ia dançar do jeito que tivesse. Sujo, com o cabelo com bagaço de feijão, a roupa como estivesse (risos). Ali, brincava.”

Brincadeira é o termo utilizado pelos brasileiros para se referirem aos seus folguedos, folias, autos e festas que foi adotado pelo antropólogo Hermano Vianna em seu estudo sobre a musicalidade brasileira. Vianna argumenta que, através da “brincadeira”, as camadas populares do Brasil conseguem reunir forças para enfrentar as dificuldades por elas vividas: “brincar é a melhor maneira de juntar forças para enfrentar a vida”.[97] Desse modo, a análise feita por Vianna pode ser associada à afirmação de Francisco Marques de Cerqueira ao se referir aos cantos durante a execução das tarefas: “Era a alegria que o trabalhador tinha na roça.” Assim, no cotidiano da região de Humildes, os momentos de trabalho se confundiam com aqueles destinados ao lazer, à “brincadeira”. Observa-se, desta forma, que, em muitas ocasiões, a lógica vigente entre os camponeses poderia não ser a da produtividade, mesclando-se situações de lazer com o dia-a-dia da produção. Nesta perspectiva, pesquisadores que se debruçaram sobre a história dos trabalhadores, como Edward Palmer Thompson, podem contribuir na elucidação de aspectos deste estudo. Em comunidades de pequenos agricultores, a exemplo das que existiram na Inglaterra do século XVIII estudada por Thompson, ocorria certo descaso com o tempo cronológico, pois, geralmente, as pessoas se orientavam pelos afazeres desenvolvidos ao longo do dia. Ocorria também que, nestas comunidades, o tempo destinado às tarefas não era bem separado daquele utilizado para o divertimento.[98] Eram exemplos desta associação entre trabalho e festividade, as formas de ajuda mútua vigentes na região de Humildes nos anos de 1950, visto que se concretizavam em meio a um clima de descontração, sendo mais satisfatoriamente realizadas em combinação com a bebida, a música, e a comida.

---

[97] VIANNA, Hermano e BALDAN, Ernesto. *Música do Brasil*. São Paulo: Abril Entretenimento, 2000.
[98] THOMPSON, E. P. “Tempo, trabalho e disciplina”. IN: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 2ª. edição, p. 271.

A separação das folhas de fumo em "manocas", ou em feixes, era executada de forma semelhante à bata do feijão, isto é, com a cooperação de vizinhos e parentes, o oferecimento de comida e, na maioria das ocasiões, também de bebida. As folhas eram separadas em montes de dez levando-se em consideração o tamanho e a qualidade. Após a "manocagem", o fumo deveria secar e passar por um período de fermentação até que estivesse pronto para ser consumido. Este cultivo é originário do continente americano e passou a ser comercializado na Bahia a partir de meados do século XVII.[99] Tendo como base a análise feita por Jacques Jules Sonnenville na cidade de Sapeaçu, a produção baiana de fumo destinava-se a exportação para os mercados europeus, sobretudo, para os da Alemanha em acordo firmado desde 1822. A Bahia era a província brasileira principal no fornecimento de fumo para os mercados estrangeiros da época. As cidades alemãs de Bremen e de Hamburgo importavam a maior parte da produção baiana, sendo que a primeira delas era referência entre os compradores internacionais do artigo.[100]

Essa ligação estreita com o capitalismo internacional, especialmente com os compradores alemães, ocasionou uma forte pressão sobre os valores do fumo brasileiro até a primeira metade do século XX. Isto ocorria por meio de uma complexa rede de intermediários estabelecidos entre os camponeses produtores de fumo e as firmas européias, passando pelos donos de armazéns, as firmas exportadoras e outros "atravessadores" que compravam as safras dos pequenos produtores a preços mais baixos e aguardavam a melhor ocasião para comercializá-las.[101]

O fumo produzido na região de Humildes era vendido nos armazéns de São Félix e de Cachoeira ou, ainda, nos do atual distrito de Humildes, garantindo a compra de roupas e de

---

[99] Conforme: BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e exportação do fumo na Bahia. 1870/1930*. Salvador, 1975, p. 02. Dissertação de Mestrado: UFBA. Citada por SONNEVILLE, Jacques Julles. *Os lavradores de fumo: Sapeaçu-Ba, 1850 – 1940*. Salvador, 1982, p. 51. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais): Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA.
[100] SONNEVILLE, *Os lavradores de fumo*, p. 53.
[101] Ibid., p. 81.

calçados das famílias camponesas no final de cada ano. Diante disto a produção fumageira funcionava como uma reserva de dinheiro ou de crédito nos armazéns utilizada para garantir a aquisição daqueles produtos não fornecidos pela roça e pela produção de farinha de mandioca. A colheita era vendida geralmente a partir de dezembro, podendo ser entregue nos armazéns de Anacleto Brandão Souza ou de Cazuza, dono da fazenda Tapera. Ambos os comerciantes eram do distrito de Humildes. Em situações de dificuldade, nas quais faltava o alimento, comprava-se fiado as mercadorias nos empórios e depois se pagava o débito durante as safras de fumo. O acordo quase sempre era verbal, pois "naquele tempo, o povo tinha palavra", como afirma João dos Santos Teixeira em seu depoimento.[102]

Sendo assim, era através dos armazéns que, as firmas exportadoras de fumo conseguiam realizar, em grande medida, a especulação dos preços. A estratégia consistia em fornecer quantias significativas em dinheiro aos donos dos armazéns a fim de promover adiantamentos aos camponeses que, em troca, ficavam obrigados a entregarem sua produção pelos preços determinados pelos compradores europeus.[103] Na verdade, o "ter palavra" referido por João Teixeira, quando analisado mais detidamente, revela um contínuo mecanismo de submissão dos produtores de fumo da região de Humildes, retirando-lhes o lucro das safras por eles produzidas. Dentro deste grupo de trabalhadores, havia os "rendeiros" explorados pelos proprietários de terras por serem obrigados a entregarem sua produção sem poder negociar os preços, os "pequenos proprietários" vinculados aos donos de armazéns por dívidas anteriores a colheita, e "os mais

[102] Informação obtida em conversa informal com João dos Santos Teixeira. A existência destes armazéns é também mencionada por Pedro dos Santos, o qual trabalhou para Anacleto Brandão Souza antes de se empregar no alambique Icaraí. Depoimento citado.
[103] SONNEVILLE, *Os lavradores de fumo*, p. 73.

fortes, com uma produção maior, própria ou dos rendeiros, [que] podiam resistir e esperar o melhor momento para vender o fumo”.[104]

Diante do contexto de comercialização do fumo, realizada na região de Humildes, o entendimento de quem eram os dois negociantes apontados por João Teixeira é aqui de grande relevância. O comerciante de nome Cazuza, ou Cazuzinha como era conhecido entre os entrevistados, era delegado do distrito de Humildes.[105] Segundo João Teixeira, o comerciante Cazuzinha possuía, além de uma loja de tecidos na sede do distrito, a propriedade de três fazendas: a Santa Rosa, no bairro Limoeiro, a Marafunda, onde hoje se localiza parte do Parque de Exposições João Matias na rodovia BR 324, e a Tapera, local onde se fixou a menos de cinco anos a fábrica de produtos alimentícios Nestlé, na mesma rodovia. Assim também, Anacleto Brandão Souza era um homem de muitas posses em Humildes, e ainda hoje, seus descendentes desfrutam de grande prestígio na região; o que pode ser apreendido no relato de Pedro dos Santos, ao rememorar o tempo em que trabalhou pastoreando gado na fazenda deste comerciante:

> Seu Anacleto Brandão era um homem cheio de dinheiro. Cheio de dinheiro! Olhe um homem que tinha três armazém quase que nem o Paes Mendonça. Tinha duas padaria, de colher pão. Tinha duas sapataria. Quer dizer, ele, o Anacleto Brandão era um homem que tinha quase uma rua de casa como daqui lá na igreja. (...) Quando eu cheguei aqui, o Sr. Anacleto, o avô desse rapaz que vem aqui vender bolacha aqui. (...) O avô dele era o homem mais rico de Humildes, Anacleto Brandão Souza. Eu arcancei. Aí meu pai tinha dezesseis filhos, mas a gente fazia plantio de fumo. Eu não, o pessoal mais velho. Aí comprava no armazém deste homem fiado para pagar com um ano, meu pai. Um ano! Trezentos e sessenta e cinco dias. (...) Comprava, contratava aquele negócio. Agora, meu pai vendia aquela safra de fumo, esse povo mais velho, que eu arcancei muito: compadre Godô, outros e outros da marca dele.

Na verdade, pouco se sabe sobre este comerciante a não ser pelo que seu antigo empregado mencionou. A enumeração de seus bens mostra que era um homem de posses e com relativo

[104] Ibid., p. 97.
[105] Conforme Pedro dos Santos. Depoimento citado.

prestígio na região. Se comparado aos demais fazendeiros locais do período anterior a 1950, de pequenas posses, excetuando-se os grandes proprietários como João Marinho Falcão e o coronel José Pinto, a menção a tantos bens poderia facilmente contribuir para classificá-lo como um homem muito rico. Por isso, a expressão "homem cheio de dinheiro". Todavia, o que pode ser analisado, de fato, a partir dos depoimentos de Pedro dos Santos e de João dos Santos Teixeira, é a existência de pessoas que tinham uma renda diversificada em atividades como a agricultura, a pecuária e o comércio varejista (comida, utensílios domésticos, ferramentas, roupas e calçados), as quais estavam envolvidas diretamente na compra e revenda da produção fumageira local. As narrativas destes dois camponeses não possibilitam compreender em que medida se davam as ligações entre estes comerciantes e as firmas exportadoras, se vendiam a produção do fumo diretamente ou lidavam com outros intermediários. Pelo menos um deles, Cazuzinha, negociava com as safras de seus clientes do armazém e, possivelmente, com as dos rendeiros que existiam em suas fazendas.[106]

Além das relações comerciais, o mercador e proprietário Cazuzinha mantinha relações de compadrio e de amizade com os camponeses da região, a exemplo de Ubaldina Teixeira, antiga proprietária da fazenda Gonçalo. Observe-se que, ainda vivendo da comercialização do fumo, e supostamente também da especulação dos preços, vigente na época, o negociante Cazuzinha se inseria nesta rede de relações de compadrio e de vizinhança da região de Humildes. Relações muitas vezes contraditórias, pois, ao mesmo tempo em que se estabelecia uma troca comercial, esta poderia ser feita dentro das relações de compadrio. Firmando-se o acordo de compra antecipada de mercadorias com pagamento previsto para a ocasião das safras do fumo, a venda favorecia o comerciante ou a camponesa, ou ainda, em que medida estas relações de compadrio

[106] Em seu depoimento, Francisco Paulo de Lima afirmou que Cazuzinha mantinha em suas fazendas uma boa quantidade de plantios de fumo de seus rendeiros na época das desapropriações para a redefinição do trajeto da estrada Bahia-Feira, ou seja, a partir do final dos anos 40.

estabeleciam uma preferência de venda do produto para este mercador e não outro. Infelizmente, são inquietações que, devido aos limites impostos pelas informações, não podem aqui ser compreendidas.

Analisada sob outro prisma, a separação das folhas do fumo em “manocas” era mais uma ocasião de sociabilidade em que se reforçavam os laços de parentesco, vizinhança e de compadrio. A tarefa, bastante demorada, exigia a colaboração de muitas pessoas e se prolongava até tarde da noite, sendo ocasião para muitas conversas que entretinham os camponeses e também para a distribuição de alimentos: “Oito, nove, dez horas quando acabava. Quem não tinha dava um café, uma bolacha. Quem tinha comida, dava um feijão; o que tivesse comia! Uma cachaça. Quem não tinha, mandava buscar longe. Levava quase meia hora”. De acordo com Francisco Paulo de Lima, outras modalidades de ajuda mútua ou de adjutório como o “corte”, o “sobaco” e o “boi roubado” eram práticas comuns na região de Humildes: “Godofredo fez muito, papai aqui, Posidônio. (...) Todo mundo antigamente fazia”.

De modo geral, a ajuda na lida da roça buscava mesmo o auxílio entre vizinhos, compadres e parentes. Uma situação que foi se alterando ao longo do tempo a julgar pela fala de Francisco Paulo: “E hoje não tem mais isso aqui”. A mudança de costumes também foi observada nos relatos colhidos por Antônio Cândido de Mello e Souza no interior de São Paulo. Segundo Souza, as práticas de colaboração entre os vizinhos ou mutirões foram desaparecendo na localidade, ao mesmo tempo em que permaneciam os laços de solidariedade entre familiares e compadres. Sobre a cooperação baseada no parentesco e no compadrio, Antônio Cândido faz a seguinte afirmação:

> Os parentes próximos (filhos, irmãos, genros) obedecem, via de regra, ao sistema usual de compensações por trabalho prestado; mas, representam não apenas auxílio certo

> nestas situações, como naquelas em que a boa vontade e o desinteresse (imediato) desempenham papel mais acentuado, como é o caso do mutirão. Devemos salientar que o compadrio funciona no mesmo sentido, assimilando-se à consangüinidade e à afinidade.[107]

Mesmo no período em que estas formas de ajuda mútua entre vizinhos ainda vigoravam na região de Humildes, era possível formar um adjutório visando, em vez do auxílio, a diversão: "na casa de fulano tem samba. Vamos fazer um boi roubado que lá nós fazemos samba".[108] A bebida, a comida e o samba de roda, elementos nem sempre presentes em todos os trabalhos cooperativos, funcionavam como um incentivo a mais a aqueles que se dispunham a ajudar, segundo Francisco Paulo de Lima.

> O pessoal fazendo a roça juntava aquele feixe de homem cantando. E chegava dentro de casa todo mundo com o facão na cintura, sambavam e cantavam e tomavam cachaça. Chamava corte. E chamava sobaco. O sobaco era de graça, só tinha uma cachacinha. E no corte era muita gente, tinha comida e bebida. Godô fez muito, papai aqui, Posidônio, Eugênio Vieira, Edésio. Todo mundo antigamente fazia. Aqui, por Humildes. (...)
> Fui dar um sobaco, não tinha nada. E quando tinha comida, chamava corte. No corte, matava-se porco, galinha e ali fazia aquelas porções de comida, de feijão. E o pessoal ia trabalhar, tomando cachaça e cantando.

Aqui, duas novas modalidades de adjutório são mencionadas na entrevista de Francisco Paulo: o "corte" e o "subaco", por meio dos quais os camponeses recebiam ajuda para construir casas de taipa, realizar parte de sua colheita, capinar o plantio, ou recolher lenha. Era a condição financeira do lavrador que definia, muitas vezes, o tipo de trabalho a ser realizado. No "sobaco", poucas pessoas trabalhavam. Não havia garantia de comida, mas a bebida era certa. Já o "corte" apresentava uma possibilidade de melhor gratificação a aqueles que cooperavam e, por isso mesmo, contava com mais pessoas. Assim, poder-se-ia matar uma galinha, um porco, oferecendo

[107] SOUZA, *Os parceiros do Rio*, p. 129.
[108] Francisco Paulo de Lima. Depoimento citado.

porções de comida e muita bebida.[109] Ressalve-se, contudo, que a referência "todo mundo antigamente fazia" na fala de Francisco Paulo de Lima significa, na verdade, que apenas uma parcela dos camponeses, aqueles que possuíam a terra, própria ou arrendada, se utilizava destes mecanismos. Godofredo, Posidônio e os outros citados eram proprietários de fazendas locais. Nestes dois casos, eram respectivamente os donos das fazendas Gonçalo e Pinto, identificadas no mapa da região de Humildes. É interessante notar que a posse da terra sem ter condições de cultivá-la poderia deixar os camponeses em uma situação difícil. De qualquer forma, deter a terra e a casa de farinha era uma possibilidade de garantir a manutenção da família, além de também conferir prestígio na localidade.[110] Ademais, podia-se recorrer a tais estratégias para preparar e cultivar a roça, como no caso de famílias em que os homens eram pouco numerosos. Sobre este aspecto, Francisco Paulo relatou a prática do "boi roubado".

> A gente era rapaz, chegava na roça. Chamava boi roubado. Ia todo mundo calado. Quer dizer, a lua bonita. Era meia-noite, a lua estava no céu iluminando. Todo mundo pegava a enxada e ia para a roça. Se fosse a dona daquela casa que tinha aquela roça, a gente via e ficava calado. Dizia: ô Fulana, Seu Não Sei Quem está ai? 'Não. Eu estou esperando papai, para papai arrumar uma pessoa para plantar essa roça aí, que a gente sozinha não dá.' Aí, de outra vez, a gente ia para a festa, chegava lá ficava brincando, aí, pegava as enxadas e escondia (...) Quando elas iam dormir, a gente voltava mudava de roupa, vestia aquelas roupas velhas e ali pegava na enxada. Quando dava sete, oito horas aquele meio mundo de roça já estava cavado. Ali, chamava a dona da casa para fazer o café e o pirão.

O "boi roubado" era uma alternativa comum às realidades em que as figuras do pai ou dos filhos estavam ausentes, isto é, nas relações familiares que extrapolavam a divisão habitual do trabalho homem/ mulher estabelecida na região de Humildes. Considerando a situação narrada por Francisco Paulo, o "boi roubado" poderia ser uma alternativa para a capina e a preparação das covas para o plantio, já que tais atividades eram atribuições dos homens, como foi afirmado por

[109] Francisco Paulo de Lima. Depoimento citado.
[110] Conforme Francisco Marques de Cerqueira. Depoimento citado.

Zulmira Fernandes Teixeira. Não havendo mão-de-obra masculina disponível na família e no caso de inexistirem condições de remuneração de outros trabalhadores que pudessem auxiliar na lida com a roça, era possível contar com esta estratégia de ajuda mútua.

Era a condição de surpresa e de sigilo que determinava o caráter do trabalho e que dava a alegria e o entusiasmo para a realização da tarefa, que seria recompensada ao amanhecer do dia com a comida e a bebida disponível na ocasião: "Se fosse a dona daquela casa que tinha aquela roça, a gente via e ficava calado (...) aí, pegava as enxadas e escondia". Para realizar a tarefa sem serem notados, os camponeses trabalhavam na roça do vizinho à noite, de preferência, durante a lua cheia que facilitava a visualização. Esta era uma prática semelhante ao "terno" estudado por Antônio Cândido Souza na cidade de Bonito, interior de São Paulo. No sudoeste de Minas Gerais, havia uma forma de ajuda mútua bem parecida com o nome de traição, por causa do caráter de surpresa, e no Recôncavo baiano, analisado por Charles Santana, a expressão utilizada era "roubar malhada".[111]

Uma última modalidade de estratégia de ajuda mútua observada nos depoimentos aqui analisados era ceder a casa de farinha em "empréstimo" ou aluguel para um determinado camponês ou camponesa que não possuísse este recurso. Pelo que se pode notar, o aluguel da casa de farinha era uma prática bastante comum, já que sua posse se restringia a aqueles que possuíam melhores condições financeiras, geralmente os donos de fazendas locais. Uma mesma casa de farinha era utilizada, muitas vezes, por várias famílias próximas (parentes, compadres ou vizinhos) em troca de uma retribuição em dinheiro ou em parcelas da produção do alimento, como explicou Maria de Jesus dos Santos, ou Dona Maria de Vitoriano, como era conhecida no povoado Bom Viver: "É assim: num saco da farinha, eu cobro uma medida, cinco litros. E pouca

[111] SOUZA, *Os parceiros do Rio*, p. 67 – 69; SANTANA, *Fartura e ventura*, p. 53.

demais, eu não cobro nada. Mexe a farinha de graça, tem um bocadinho de farinha".[112] A cobrança do pagamento, ainda hoje, ajuda nas despesas de manutenção da casa de farinha ou no complemento da renda familiar da proprietária. Antes mesmo de construir sua casa de farinha, na pequena propriedade que possui no povoado Bom Viver, Dona Maria se utilizava desta estratégia de "empréstimo" na vizinhança, para onde se dirigia com as raízes de mandioca compradas de outro camponês da região.

Vistas em conjunto, as práticas de ajuda mútua possibilitavam aos camponeses o cumprimento das atividades necessárias ao sustento na roça, promoviam a interação entre eles, reforçando os laços de compadrio, de parentesco e de amizade, ainda que duas delas, o "empréstimo" da casa de farinha e o "dia trocado", não estivessem associadas à comemoração. Além das práticas de adjutório ou de ajuda mútua na região de Humildes, a esfera mais restrita da festa, dissociada da realização do trabalho na roça, e a prática religiosa constituíam-se em um motivo a mais para a socialização na zona rural feirense.

Festas e religiosidade

Ao questionar os camponeses, durante as entrevistas, se havia muitas festas na região, eles responderam que eram várias as ocasiões em que comemoravam: casamentos, batizados, rezas para santos variados, além do Natal, da Folia de Reis ou Reis de Astúcia e da Queima de Lapinha. Sobre este aspecto, Algemiro Pereira de Amorim, um antigo encarregado da destilaria

[112] Maria de Jesus dos Santos, de 77 anos. Entrevista realizada no povoado Bom Viver, no dia 04 de julho de 2004. O apelido Maria de Vitoriano significa esposa de Vitoriano dos Santos. É um costume, na região, utilizar a referência a qualquer pessoa associada ao nome de algum parente mais conhecido na vizinhança, ou ainda, com o intuito de fazer uma distinção entre a pessoa mencionada e outra que tenha o mesmo nome. Nestes casos, a relação com o parentesco é utilizada em lugar do sobrenome.

de cachaça Alambique Icaraí no povoado Bom Viver, mencionou as diferentes festividades da região de Humildes:

> As festas eram... Tinha um batizado, tinha festa. Tinha um casamento, tinha festa. Tinha uma noite de Natal, tinha festa. Uma noite de São João, tinha festa. Uma noite de São Pedro, tinha festa. Uma noite de reza, tinha festa. Então, tinha festa todo sábado. E toda quarta-feira tinha festa. (...) Tinha reza quarta-feira. Então, tinha a reza de São Cosme.[113]

Algemiro de Amorim trabalhou desde cedo na roça, ajudando seus pais na fazenda Oiteiro e, ainda jovem, arrumou ocupação fora da atividade agropecuária. Por volta do ano de 1946, este camponês conseguiu emprego na destilaria de cachaça Alambique Icaraí. Sua narrativa chama a atenção para a forte presença da religião católica vivenciada costumeiramente na localidade, uma situação também apontada no depoimento conjunto do casal Maria Lúcia dos Santos Oliveira e José Gabriel de Oliveira moradores do povoado Rio da Prata.

> **Maria Lúcia -** Festa tinha. Era de sambador. Era muita gente. Era todo dia. Santo não sei o quê, santa não sei o quê. E lá vai festa.
> **José Gabriel -** Era São Cosme.
> **Maria Lúcia -** Não era São Cosme só, não. Era São João, São Pedro, São Paulo, São Filipe, Santa Maria, São José, São Roque.[114]

Ainda menino, José Gabriel foi morar na fazenda Rio da Prata, no início da década de 1930, ali permanecendo após seu casamento com Maria Lúcia, herdeira da fazenda Juerana. O casal utilizava o pedaço de terra que lhe foi destinado por seu patrão, “Zeca Sergipano”, para cultivar alguns alimentos: milho, mandioca, verduras, frutas e criar algumas cabeças de gado, recursos esses que lhes permitiram manter os onze filhos que possuíam. “Zeca Sergipano” foi o nome pelo qual o proprietário da fazenda Rio da Prata se tornou conhecido na região após tê-la adquirido. A data da compra da propriedade é desconhecida, sabe-se apenas que, na ocasião, a

[113] Algemiro Pereira de Amorim. Depoimento citado.
[114] Maria Lúcia dos Santos Oliveira, de 75 anos, e José Gabriel de Oliveira, de 86 anos. Entrevista realizada no povoado Caboronga, na antiga fazenda Rio da Prata, em junho de 2006.

mãe de José Gabriel de Oliveira já morava no local. “Zeca Sergipano”, como o próprio nome diz, era originário do estado de Sergipe, mas se fixara na Sete Portas (bairro do homônimo e tradicional mercado), em Salvador, local onde vendia a produção de verduras de sua fazenda em Feira de Santana.

Além do comércio de verduras, “Zeca Sergipano” contava também com a venda de gado bovino, conduzido do interior do estado para Salvador; atividade esta que movimentava grande parte da economia de Feira de Santana e em torno da qual o município se originou. Na realização desta tarefa, o proprietário era auxiliado por José Gabriel que trabalhava para ele como boiadeiro, conduzindo o gado até a capital. Nos dias de festa e de reza, José Gabriel preferia ficar em casa ao contrário da esposa que “gostava de ver o povo sambar”.

Juntas, as festividades da região constituíam o calendário emocional de seus camponeses, mesclando motivações ligadas à religiosidade católica e aos afazeres do dia-a-dia do campo.[115] É possível perceber que a homenagem a santos variados fazia parte do cotidiano rural, geralmente acompanhada de bebida, comida e samba de roda. Um catolicismo muito próximo do profano e afeito à vivência diária da fé sem grande interferência da instituição, pois as duas igrejas que existiam na região no período aqui analisado não eram acompanhadas de perto pelas autoridades religiosas. Atualmente, as igrejas do distrito de Humildes e do bairro Limoeiro compartilham o mesmo sacerdote que se divide na assistência às duas paróquias. No decorrer da entrevista, o casal relata situações indicativas das relações de sociabilidade entre os camponeses em apreço, ao mencionar uma distinção estabelecida a partir dos dias da semana em que as orações eram realizadas.

[115] É uma alusão a abordagem feita por Edward Thompson sobre o cotidiano festivo das comunidades rurais inglesas do século XVIII. In: THOMPSON, Edward P. “Patrícios e plebeus” In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 2ª edição, p. 52.

> Amanhã a reza é aqui, depois de amanhã é em tal casa. Agora, no sábado, é que tinha a reza mais forte, daquele mais forte. Dia de semana era daqueles mais fraquinhos. Agora, no sábado era uma cachaçada, um samba.[116]

As rezas se distribuíam pelas casas da região em dias diferentes estabelecidos de acordo com as condições da família proprietária. Os "mais fraquinhos", segundo o casal eram os trabalhadores de menor condição financeira em contraposição aos "mais fortes", aqueles que podiam oferecer bebida e, talvez, comida até de manhã para que o samba viesse a completar o clima de festa assumido pela religiosidade local. Diante disto, acredita-se serem os momentos da festa e da reza ocasiões em que eles construíam continuamente elementos de diferenciação dentro do próprio grupo, demarcando espaços entre os que tinham uma melhor condição econômica e aqueles que quase nada possuíam. Estas distinções eram referendadas pelo conjunto de camponeses a partir de elementos sutis de seu cotidiano. Era costume entre os mesmos, ao término de cada reza, tocar um determinado samba, visando à arrecadação de dinheiro para a compra das velas do santo utilizadas no decorrer do ano.

> Moços bonitos que estás no terreiro
> Venham beijar São Cosme
> Venham dar dinheiro

A verba não poderia ser gasta com outra coisa além do fim para o qual foi adquirida. Este verso fazia referência ao costume católico de beijar o pé de determinado santo e de lhes oferecer um donativo para obras de caridade da igreja. Entretanto, nem todas as pessoas que faziam rezas em suas casas gostavam que este samba fosse tocado, temendo aparentar, aos olhos dos convidados, a condição de pobreza. O interessante era oferecer bebida e comida com fartura e um espaço amplo para o samba de roda, de acordo com uma conversa informal na localidade.

[116] Maria Lúcia dos Santos Oliveira. Depoimento citado.

Nesse aspecto relatado sobre a preocupação de alguns camponeses (pequenos proprietários) de não aparentar uma condição financeira de pobreza, é possível relacionar a realidade feirense com aquela analisada por Charles de Almeida Santana nas cidades de Santo Antônio de Jesus e de Conceição do Almeida. Ao tratar das festas do cotidiano rural, Santana chama atenção para o poder revestido sobre a pessoa que sedia o espaço ou prepara as comemorações, tendo como base a qualidade e a duração desta, o número de convidados e a quantidade de comida e de bebida.[117] Além disso, outros elementos, como o tamanho da casa em que o evento era realizado e o dia da semana, agregavam à festa e ao seu responsável todo um caráter de pompa e de demonstração de poder.

Sob essa perspectiva, a distinção feita por Dona Maria Lúcia da antiga fazenda Rio da Prata entre ser "forte" e ser "fraco" estava diretamente relacionada à capacidade do proprietário da casa de sustentar toda uma pompa correspondente às expectativas da vizinhança de participar de uma comemoração farta e que se prolongasse até a manhã do dia seguinte. A demonstração da pompa revestia-se, neste caso, de um exercício de poder e de carisma entre os moradores da vizinhança. Assim, em sua narrativa, Zulmira Fernandes Cerqueira Teixeira, filha dos antigos donos da fazenda Caboronga relatou com alegria a época em que se realizavam rezas e a folia de Reis, reunindo grande número de pessoas.

> Era uma diversão! Você trabalhava a semana toda, no sábado já tinha para onde ir. Sempre tinha uma reza, aí vamos rezar. Sempre tinha um Reis, época de Reis. Aí, vamos cantar o Reis e sambar, dançar até de manhã. Era muito bom! (...) [Quem puxava o Reis éramos] eu, Ana e Catarina. Catarina que Deus já levou. O povo chamava, a gente cantava. Tinha reza de São Cosme. Nós íamos, cantávamos, sambávamos, comíamos caruru. Tinha de tudo. Era muito divertido, era muito bom! Hoje é que não está valendo a pena, mas era bom.

[117] SANTANA, *Fartura e ventura*, p. 64.

As “rezadeiras” freqüentemente apontadas nas entrevistas feitas na região – Maria de Vitoriano, Maria Pequena, Zulmira e Ubaldina Teixeira, Catarina de Amorim – adquiriram, em sua juventude, a habilidade em pronunciar orações em um latim aprendido através da audição, na tradição oral passada de mãe para filha. Hoje em dia, as descendentes de algumas das “rezadeiras” já falecidas, como Ana filha de Catarina de Amorim, continuam a realizar a mesma atividade e são continuamente requisitadas e reconhecidas entre os moradores de seus povoados. Além disso, uma boa parte destas mulheres era também solicitada a “rezar pessoas”, especialmente as crianças, de mau-olhado e quebranto, como também puxava os Reis de Astúcia e a Queima de Lapinha pelas casas da maioria dos povoados próximos de suas casas.

Quando se mudou da vila operária do Alambique Icaraí para o povoado Caboronga juntamente com o esposo Algemiro de Amorim, Dona Catarina que auxiliava financeiramente a família com a profissão de costureira, assumiu um significativo papel, rezando e “puxando reis” em toda a vizinhança. Alguns “puxadores de reis” exerciam um forte carisma entre os moradores e possuíam vozes bonitas, importantes atributos na prática deste costume. Já as rezadeiras necessitavam, além da voz afinada, ter um bom conhecimento sobre orações. Ao lado da comadre Zulmira Teixeira e da filha Ana, Dona Catarina formava um grupo, juntamente com outras mulheres, que organizava festas e rezas, garantindo a ligação com o sagrado e a diversão após uma semana de trabalho duro na roça. Logo depois das rezas, se distribuía comida e bebida e as danças começavam conduzidas ao som do samba de roda da tradição local ou mesmo das músicas de rádio. Ao investigar o papel da música no cotidiano dos brasileiros em diferentes regiões do território nacional, Hermano Vianna afirma que “quase todas as brincadeiras têm motivações religiosas”.[118] Assim também, Antônio Cândido Souza chega a uma consideração parecida com a

[118] VIANNA, *Música do Brasil*, 2000.

de Vianna ao analisar a religiosidade na zona rural paulista. Segundo o autor, a prática religiosa promove a sociabilidade entre as pessoas da localidade e está associada à realização de festejos.[119]

Em se tratando de diversão, a Queima de Lapinha e o Reis de Astúcia parecem ter sido ocasiões de grande adesão entre os trabalhadores analisados, a julgar pela empolgação observada em seus relatos. A Queima de Lapinha consistia em incinerar as palhas usadas para enfeitar os presépios de Natal. As palhas eram retiradas a partir do dia seis de janeiro, quando os presépios, ou lapinhas, eram desmanchados, seguindo a tradição católica. Fazia-se uma imensa fogueira no quintal, à frente da casa, em torno da qual, as pessoas dançavam em roda e jogavam as palhas na medida em que recitavam um verso: "Queima Lapinha, recolhe o cisco. Queima a Lapinha de Seu Francisco. (...) Queima Lapinha de Nazaré. Até para o ano se Deus quiser". Igualmente às outras festividades locais, também eram servidos alimentos e bebidas, enquanto se tocava samba e os convidados dançavam.

Já o Reis de Astúcia era realizado dentro de casa. Escolhia-se, geralmente, uma residência grande, contudo sem que o proprietário soubesse, pois era o caráter de surpresa que dava a graça da folia, como se percebeu no depoimento de Zulmira Teixeira.

> Tinha festa de Reis. Nós saíamos pelas casas cantando, acordando o pessoal. Pegava de surpresa, sem os donos da casa saberem. Aí, nós íamos e fazíamos, cantávamos o Reis. E aí, dançávamos até de manhã.

Realizava-se as festas de reis entre o dia seis de janeiro e o último sábado anterior ao início da Quaresma, de acordo com informações dos depoentes. Neste período, as famílias, cujas casas eram amplas, cuidavam em deixar seus terreiros bem limpos nos dias de sábado,

[119] SOUZA, *Os parceiros do Rio*, p. 71 e 74.

prevenindo-se de uma possível surpresa feita pelos “puxadores de reis”. Antes disso, as notícias sobre a pretensão de formar a festa já corriam nos povoados, deixando as famílias de sobreaviso. Quando realmente pegos de surpresa, contudo, os moradores da casa corriam rapidamente para arrumar sua moradia, enquanto os versos iniciais recitados pelos puxadores de reis não anunciavam o momento de abrir a porta e deixar os vizinhos entrarem. Tão logo começava a “folia”, os donos da casa tinham que providenciar comida e bebida para os festejos que, geralmente, duravam até a manhã do dia seguinte.

Estas festividades ajudavam a reforçar os laços de sociabilidade entre vizinhos, que muitas vezes, já tinham um vínculo de compadrio, como se observa no relato da camponesa Maria de Vitoriano.

> A gente vinha. Maria de Viano vinha, a mulher de compadre Viano velho. Chegava aqui de noite. Você tava em casa, sem saber de nada. Aí a pouco, ela chegava de vez cantando. Era assim, Valdimira. Ôchem!

Dona Maria de Jesus dos Santos, ou Maria de Vitoriano, “nasceu e se criou” no povoado Bom Viver e casou com Vitoriano dos Santos que trabalhava como cortador de lenha para a destilaria de cachaça Alambique Icaraí do grande proprietário e coronel José Pinto. Enquanto o marido trabalhava na destilaria, Dona Maria comprava raízes de mandioca pelas propriedades da região e as levava para a casa de farinha da fazenda Roçadinho, pertencente a sua comadre, Maria Pequena. Todo este esforço para produzir a farinha se deve ao fato de que o casal não possuía terra suficiente para um plantio de mandioca que satisfizesse suas necessidades de sustento.

Em seu relato sobre a Folia de Reis, Maria de Vitoriano se refere à Dona Maria Pequena sua companheira na realização das rezas e festejos no povoado Bom Viver. Maria Pequena era a esposa de Vespasiano Tolentino Teixeira, ou Viano velho como era conhecido o herdeiro da fazenda Roçadinho localizada no mesmo povoado. Nos dias de festa, ela se deixava acompanhar

da comadre Maria de Vitoriano e da filha Valdemira Teixeira. Estas mulheres, somadas às do povoado Caboronga, assumiram um papel expressivo na organização e na realização dos festejos locais. Mesmo havendo a participação dos homens na condução das folias, as mulheres se inseriam amplamente nestes eventos, sendo por isso, muitas delas estimadas e respeitadas pela importante função desempenhada dentro de seu cotidiano festivo e religioso. Observe-se ainda, que, ao levar suas filhas consigo, as "rezadeiras" garantiam a manutenção de uma tradição local e reafirmavam o poder exercido relativamente por elas no espaço da festa e da religiosidade católica.

Dessa forma, é possível afirmar que o espaço da festa e da religiosidade na região freqüentemente propiciava o estabelecimento de relações sociais diversas entre o grupo de camponeses analisado. Aqui, é necessário atentar para a função racional do costume, isto é, a função assumida pelo costume dentro das relações sociais estabelecidas no grupo de trabalhadores.[120] As festas e as rezas não eram apenas o espaço onde se praticava a religiosidade, o lazer e, tampouco, era o momento propício unicamente para a socialização. A idéia de confraternização e de criar uma oportunidade de lazer em meio às dificuldades enfrentadas no trabalho duro da roça poderia levar a falsa consideração de que, no espaço da festa, não havia contendas.

Ao perguntar a Algemiro Pereira, o encarregado da destilaria de cachaça, como eram as relações entre os povoados da região de Humildes, ele respondeu: "naquele tempo todo mundo se dava bem. Todo mundo era amigo. E na casa de uma pessoa numa festa, se dava bem. Fazia sua farra a noite toda. Não tinha aborrecimento". A visão que é passada por ele é quase de um passado idílico, no qual "todos eram amigos", não havendo desentendimentos e rivalidades.

[120] THOMPSON, *Costumes em comum*, p. 14 e 15.

Contrariamente, em outro depoimento, é possível notar que nem sempre a “folia” agrupava pessoas que conviviam pacificamente. Em alguns momentos, os versos recitados durante a bata do feijão poderiam reafirmar aversões passadas, como se verificou no relato de Francisco Paulo de Lima.[121]

De outro modo, provavelmente, ao enfatizar antigos laços de amizade, o encarregado Algemiro de Amorim se recordava dos momentos de conflitos ali ocorridos. É bem possível, que a omissão deste aspecto da realidade passada tivesse sido intencionalmente empregada para ressaltar a mudança de hábitos com o decorrer do tempo. Num depoimento semelhante, a camponesa Ambrosina Marques dos Anjos fala sobre a intolerância e atos criminosos ocorridos constantemente nas festas do povoado Fulô, onde mora atualmente, em contraposição ao clima tranqüilo das comemorações de outrora nas proximidades da extinta fazenda Pinto. O temor da violência atual, não só na região, mas também na cidade de Feira de Santana como um todo foi também retratado em dois outros depoimentos, o de Zenaide da Silva Lima e o de Maria Lúcia dos Santos Oliveira. Neste sentido, a entrevista de Algemiro de Amorim revela a ocorrência de mudanças nas relações em torno da religiosidade e das festas a partir da incorporação de um novo elemento: a prática da violência. Paralelamente, no seu depoimento observa-se um tom saudoso ao lembrar a época de juventude, quando participava com mais tranqüilidade das festas e das rezas que atraíam os moradores da região de Humildes.

Estas práticas religiosas e festivas citadas durante as entrevistas permitem entender o funcionamento da rede de relações sociais tecida continuamente no cotidiano desses trabalhadores até a reconstrução da estrada Bahia-Feira. As festas e as rezas contribuíam para amenizar as dificuldades enfrentadas na roça, reafirmavam a autoridade e o poder de alguns e

[121] Francisco Paulo de Lima. Depoimento citado.

garantiam a manutenção da sociabilidade entre parentes, vizinhos e compadres, a exemplo da relação mantida entre as comadres Catarina de Amorim e Zulmira Teixeira no povoado Caboronga e entre Maria de Vitoriano e Maria Pequena no povoado Bom Viver. Analisando-se de outro ângulo a vida campesina, notou-se a existência de distintas formas de diferenciação materializadas não só no espaço da festa e na posse da propriedade, mas também no âmbito alimentar, ao mesmo tempo em que transpareciam estratégias de luta e de manutenção familiar, que aproximavam as experiências destes trabalhadores.

O sustento familiar e a comercialização dos produtos da roça

Para levar a produção de farinha à feira livre, Dona Zenaide acordava cedo e, muitas vezes, saía em baixo de chuva, juntamente com outros vizinhos, tangendo o jegue que carregava a mercadoria no lombo. Os animais de carga eram guardados em uma espécie de curral, próximo da atual Câmara de Vereadores, por uma pequena quantia enquanto a produção de farinha era posta à venda no Mercado Municipal.[122] O Mercado foi inaugurado em 1915 e fazia parte da feira livre. No interior deste, eram vendidos outros alimentos, como a carne verde e a carne seca, e objetos do artesanato feirense.

A centenária feira livre que deu origem ao município distribuía-se pelas ruas centrais de Feira de Santana. De início, as peças eram vendidas no Mercado Municipal, mas este ficou pequeno com o passar do tempo. A feira foi tomando grandes proporções e se subdividindo em setores, tornando-se uma das mais importantes do Nordeste, ao lado da feira de Caruaru no estado de Pernambuco. Na feira livre de Feira de Santana, encontravam-se os mais variados artigos,

[122] Conforme depoimento conjunto do casal Aloísio Machado da Silva, de 58 anos, e Maria Nilza Reis da Silva, de 48 anos. Entrevista realizada no povoado Bom Viver, no dia 04 de julho de 2004.

desde alimentos, peças para eletrodomésticos, móveis, objetos de couro e de cerâmica, ervas e até artistas de rua, repentistas e vendedores de literatura de cordel. Todavia, seu crescimento desordenado acarretou problemas como a falta de higiene e os congestionamentos de automóveis, atraindo críticas das classes mais abastadas, das autoridades políticas e dos comerciantes locais e gerando uma grande polêmica que repercutiu na imprensa baiana e também nacional. Então, em 1977, durante a administração do prefeito José Falcão da Silva, a feira livre foi extinta e parte de seus comerciantes deslocados para o recém construído Centro de Abastecimento.[123]

Dentro do Mercado Municipal, cada pessoa tinha seu espaço para vender a farinha e a mais cara era aquela transportada nas malas de couro, uma espécie de caixote de madeira revestido com couro de boi e com alças para a fixação no lombo do animal de carga. Esta era uma tática utilizada por muitos fazendeiros de Humildes, porque as malas de couro conservavam a textura e o sabor da farinha, não permitindo que a umidade a estragasse.[124] De acordo com os estudos de Rollie Poppino, cerca de um século antes, os produtores de farinha de mandioca possuíam um prática análoga, ao utilizar sacos de couro de boi para o transporte do alimento.[125] Possivelmente, a prática verificada na primeira metade do século XX e aludida pelo camponês e membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, Eduardo dos Santos, teve sua origem no uso de sacos de couro de boi. Além de auxiliar no transporte, a utilização das malas de couro prestava-se a outra função: era um elemento freqüente de diferenciação entre

[123] Sobre este fato da história feirense, o antropólogo Vicente Moreira faz uma interessante análise, ressaltando a importância da feira para a identidade do município e a mudança de valores e interesses que causou a sua extinção. MOREIRA, Vicente Deocleciano. "Outras palavras". Texto nº 4, 2ª fase do Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana. In: *Revista Sitientibus*, Universidade Estadual de Feira de Santana. Nº 18. Jan – Jun. 1998, p. 175.
[124] Informações obtidas no depoimento de Eduardo Pereira dos Santos, de 64 anos de idade, camponês e primeiro membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana. Entrevista realizada na sede do sindicato, em 16 de dezembro de 2003. Outro depoente, Francisco Marques de Cerqueira também mencionou o uso das malas de couro.
[125] POPPINO, *Feira de Santana*, p 74.

aqueles que produziam o alimento, pois os que detinham a propriedade como os fazendeiros é que possuíam este recurso.

Desse modo, era dos fazendeiros a farinha considerada de melhor qualidade, em oposição à farinha daqueles que utilizavam sacos de aniagem. Estes últimos, produtores menos favorecidos, iam a pé "carregando meio saco de farinha na cabeça e descansando o caminho todo", acompanhados do animal que carregava o restante da produção.[126] Aqui, a dimensão da palavra "fazendeiro" pode ser melhor compreendida ao considerar o trecho da entrevista de Francisco Marques de Cerqueira que se refere aos camponeses da região de Humildes, donos de propriedades fundiárias:

> O povo via os fazendeiros, dizia que eram ricos, porque via a roça cheia de abacate, de mandioca, de manga. Dizia que os fazendeiros eram ricos. Caíam doentes, não iam ter nem para se tratarem. Coitados! (...) A gente da roça, quando caía doente não tinha condição de ir a um médico. Se valia era de um chá do mato para não morrer.[127]

A dimensão da palavra fazenda precisa ser tratada com mais cautela. Ao longo da história da cidade de Feira de Santana, ocorreu um contínuo processo de desmembramento das propriedades existentes em seu território. Assim, na região de Humildes, foram identificados indícios mais recentes deste processo, ocorridos aproximadamente na década de 1950. Em ocasião da morte de "Dona Maroca", ou Maria de Lima camponesa e pequena proprietária do povoado Bom Viver e mãe do entrevistado José de Lima, sua terra foi repartida entre seus descendentes. A maioria deles vendeu a porção que lhes coube de herança e mudou-se para o bairro Limoeiro, excetuando-se o camponês José de Lima e outro irmão, os quais continuam na lida da roça. Outro exemplo a ser considerado é o de Pedro Pinto, o filho de Possidônio da

[126] Francisco Paulo de Lima. Depoimento citado.
[127] Francisco Marques de Cerqueira. Depoimento citado.

fazenda Pinto. Após vender a propriedade deixada pelo pai, Pedro Pinto passou a morar no centro de Feira de Santana, vivendo de outra ocupação.[128]

A fragmentação das fazendas iniciou-se, ainda, durante o século XIX, intensificando-se a partir da abolição da escravatura e do desenvolvimento das atividades comerciais do município, de acordo com os estudos de Rollie Poppino. Decorrentemente, na década de 1950, o número de propriedades em Feira de Santana sobrepunha-se ao de qualquer outra cidade baiana. Ainda que tivesse ocorrido um contínuo processo de diminuição do tamanho das propriedades feirenses, Poppino salienta que elas conservaram a nomenclatura de fazendas. Assim, é compreensível que nas entrevistas realizadas na região de Humildes, as propriedades fossem mencionadas na condição de fazendas, mesmo que se tratasse de pequenas propriedades campesinas.[129]

Aliada a essa ressalva feita por Rollie Poppino, os termos fazenda e fazendeiro, na situação específica da narrativa de Francisco de Cerqueira, trazem consigo uma realidade de privações enfrentada no cotidiano da produção de farinha de mandioca local, apesar do significado que possa ser sugerido à primeira impressão. Mesmo se tratando de propriedades com plantios expressivos, o que supostamente garantiria uma vida mais confortável aos olhos do povoado, os "fazendeiros" não tinham condições de se tratar adequadamente em períodos de enfermidade, valendo-se da sabedoria popular local em relação ao uso de ervas e plantas medicinais. Neste sentido particular relatado por Francisco de Cerqueira, não há grande diferença entre a realidade vivenciada por aqueles que tinham a posse de uma fazenda e aqueles não proprietários.

---

[128] Infelizmente, não se conseguiu entrevistar o pequeno proprietário Pedro Pinto, hoje bastante idoso. Obteve-se apenas informações vagas entre os moradores da região de Humildes sobre seu destino depois da venda da fazenda Pinto. A referência à outra proprietária, Maria de Lima, "Dona Maroca", foi encontrada no depoimento de José de Lima, ou "Zezinho do Bom Viver", de 78 anos, em entrevista realizada no povoado Bom Viver, no dia 04 de abril de 2004.

[129] POPPINO, *Feira de Santana*, p. 190 – 192.

Diante disso, percebe-se, através das entrevistas, certo descontentamento entre os camponeses no que diz respeito aos rendimentos da farinha de mandioca. Expressões como “dava nada! Só para ir quebrando o galho”; “quando era só ela mesma, tinha que dar” e “dava para se alimentar” foram utilizadas pelos proprietários e não-proprietários como resposta à pergunta se a farinha conseguia manter o sustento da família. Tais expressões evidenciam a visão contemporânea destes trabalhadores sobre o vivido anteriormente e agregam suas insatisfações ao mencionar que a atividades de preparação de farinha não lhes permitia satisfazer outras necessidades além da alimentação.[130] Assim, o comentário de Francisco de Cerqueira sobre esta particularidade do alimento abrevia as expectativas em relação ao ofício da zona rural: ”porque, minha filha, a única garantia que tinha a roça era a barrigazinha cheia, porque plantava de tudo: plantava aipim, abóbora, batata. Para comer, mas para vender? Ninguém dava valor, não”.

É a partir deste trecho que a diversidade entre os camponeses proprietários e os não proprietários é novamente reafirmada. Talvez fosse o alimento o componente que, junto a terra, mais enfatizasse a diferenciação entre eles. Esta distinção foi se construindo, em grande medida, através de “sutilezas” do cotidiano. Quando Francisco de Cerqueira relatou que a “garantia que se tinha na roça era a barrigazinha cheia porque plantava de tudo”, ele se referiu a uma realidade que não era vivenciada por todos. Desta forma, a existência de árvores frutíferas e da lavoura era uma garantia de que, pelo menos, a alimentação estaria assegurada, mesmo não se conseguindo vender toda a produção na feira livre. Esta era, certamente, a segurança daqueles que detinham a propriedade em contraposição aos que não possuíam a terra.

No entanto, a possibilidade de manutenção da terra relativamente abastecida de árvores frutíferas e de cultivos temporários, como o milho e o feijão, poderia despertar a cobiça de outros

[130] Trechos das entrevistas de Aloísio Machado da Silva, Zulmira Fernandes Cerqueira Teixeira e de Francisco Paulo de Lima, respectivamente.

vizinhos em situação menos favorável. Em conversas informais, nota-se que existiam casos de roubos de pequenos animais e de produtos da roça realizados pelos camponeses contratados para atividades diárias de plantio. Os desfalques poderiam ocorrer durante a noite ou em plena luz do dia e os alvos eram, em geral, alimentos facilmente manipuláveis, para não levantar suspeita. Considerando que a remuneração obtida era pequena e que, na ausência da propriedade da terra, a aquisição de alimentos tornava-se difícil, a possibilidade de conseguir mantimentos sem muito esforço era tentadora. Assim, Edward Thompson argumentou que "alguns pobres tinham sua própria economia predatória", ao se apropriarem de produtos de lavouras que não lhes pertenciam.[131]

É importante salientar, contudo, que, nem sempre, a distinção entre os camponeses se dava a partir da existência ou da falta do alimento, pois, geralmente, a qualidade da comida também se prestava a essa função. A compra de determinados mantimentos na feira livre poderia significar que uma família estava em situação de penúria. Era costume, desse modo, comprar uma peça de carne para a semana inteira. Já os mariscos e o "fato" (as vísceras do boi utilizadas para fazer a "fatada") eram alimentos de pouco valor aos olhos destes trabalhadores e, durante a compra, deveriam ser colocados imediatamente em um "bocapiu", um cesto de vime com tampa, para não demonstrar o que se estava comprando.

Segundo Francisco de Cerqueira, os baixos rendimentos dos camponeses na feira livre se deviam a pouca apreciação sobre os artigos trazidos por eles de suas propriedades. Neste sentido, o "não dar valor", expressão muitas vezes ouvida na narrativa de Francisco de Cerqueira, se refere ao fato de que, ao levarem parte de sua colheita e da produção da farinha de mandioca para o Mercado Municipal, freqüentemente, não conseguiam vender mais que a metade de seus

[131] THOMPSON, "Patrícios e plebeus", p. 44.

produtos, tendo que deixá-los nas mãos dos barraqueiros, atravessadores, ou jogar no lixo. De maneira geral, o empecilho da comercialização da farinha parecia acompanhar a maioria dos entrevistados. Em outra narrativa, a de Francisco Paulo de Lima, observa-se que os horários de maior vendagem eram aqueles em que o comércio das lojas do centro da cidade não estava em funcionamento, isto é, antes das oito horas da manhã, durante o almoço e depois das seis horas da noite. Ainda assim, quando conseguiam realizar alguma venda, a dificuldade em trocar o dinheiro entre os companheiros que também não tinham vendido nada, poderia implicar na dissolução dos negócios.

> O cabra se acabava de trabalhar na roça, levava para feira, levava um pouquinho de coisa. Meu pai mesmo, quando eu era criança, meu pai ia para a feira. O povo chamava[-o] marinheiro. Levava um caixote de gás, que antigamente, o gás vinha embalado naquele caixote. Levava um caixote de limão, seu Godozinho levava outro. Esse povo todo aí levava. E quando levava, o caixote voltava pelo meio, que não vendia tudo. Levava a farinha era a mesma coisa. Levava a farinha no Mercado. Às vezes, vendia uma quarta de farinha, não tinha troco. Aí, gritava outra pessoa lá naquela cerca: "me troca esse dinheiro aí!" Eu dizia: "Não vendi nada." Meu dia! Só ia vender seis horas da tarde. O horário que mais vendia era seis horas, quando aquele pessoal que tinha aquelas lojas saía e comprava em sua mão. Ou cedo ou seis da tarde. Pegava a vender. Vendia até oito horas. Quando dava oito horas, a feira esfriava. Ali alguma pessoa que chegava para comprar alguma coisa. Aí, você só ia vender ou meu dia um pouquinho até uma hora. Depois, parava. Aí, você só ia vender quando o comércio parava, aqueles pedreiros, o pessoal que mexe com carpina. Ou você mesmo que vendia aquela mercadoria para comprar outra: carne essas coisas. Depois de seis horas que você vendia. Chegava aqui sete, oito horas da noite montado.

Depois de um dia inteiro no Mercado Municipal, esses trabalhadores, a fim de retornarem para casa, entregavam o restante de suas mercadorias para os comerciantes da feira, que negociariam durante a semana e lhes pagariam depois, ou ainda trocavam pelos víveres necessários a manutenção da família. A insatisfação de Francisco Paulo de Lima e dos companheiros de profissão na região de Humildes, como Francisco Marques de Cerqueira, deve ser aqui compreendida ponderando a dinâmica de comércio existente no Mercado Municipal. Ao que parece, no período anterior a 1960, a lógica de venda da feira livre do município era

relativamente pequena, apesar do mesmo ser bastante diversificado e de atrair pessoas e comerciantes de outras cidades circunvizinhas. Até esta década, aproximadamente, a feira livre atendia a demanda de uma população urbana relativamente menor que a rural.

Nos anos de 1950, a população do núcleo urbano feirense totalizava 34.277 habitantes e a rural 72.928. Em 1960, estes valores alteraram-se para 69.884 e 71.873, respectivamente. Nos anos 70, a população urbana superou a do campo, alcançando 134.263 habitantes, contra 55.813. Esta reordenação demográfica não se deveu apenas à saída da população camponesa em direção à cidade, mas também à forte atração que as oportunidades de emprego do Centro Industrial Subaé (CIS) e do Centro de Abastecimento, inaugurado em 1977, exerceram sobre os municípios vizinhos a Feira de Santana.[132] Antes mesmo da construção do Centro de Abastecimento, a expansão do número de habitantes da cidade – impulsionada, em grande medida, pela reestruturação da estrada Bahia-Feira e pela decorrente implantação do CIS – implicou num aumento do tamanho da feira livre e do número de feirantes.[133]

No período anterior a essas modificações, Francisco de Cerqueira relatou que a demanda em relação à farinha e aos produtos da roça era pequena no Mercado Municipal, pois "ninguém dava valor". E na continuidade de sua fala ele faz uma comparação com a realidade atual afirmando que, hoje em dia, qualquer produto agrícola que se leve para a feira é vendido. Sendo assim, a narrativa de João dos Santos Teixeira parece confirmar a observação de Francisco Marques de Cerqueira: "todos trabalhavam fazendo farinha (...) e levando para o mercado para vender. Só comprava o que se ia comer. Não tinha esse negócio de comprar para negociar. (...) E a maior comida era a farinha". Diante disto, acredita-se que este artigo alimentício era de grande importância na vida dos trabalhadores aqui analisados. Antes, poderia não ser rentável se

[132] Conforme: ARAUJO, *A (re)produção da pequena*, p. 73.
[133] De acordo com MOREIRA, Vicente Deocleciano. "Projeto memória da feira de Feira de Santana. Primeira fase. A feira está morta. Viva a feira!" In: *Revista Sitientibus*, Feira de Santana, 3(5), jan/jun. 1986. Texto 02, p. 174 - 175.

considerada a quantidade de esforço desprendida durante sua fabricação, mas era a comida que garantia o sustento das famílias locais e que estava disponível o ano todo, ao contrário dos outros plantios (milho, feijão verde, maxixe e amendoim) e das árvores frutíferas (jaqueiras e mangueiras). Deste modo, a lógica da venda da farinha de mandioca e dos cultivos da roça não era a lógica da produtividade e sim da garantia de sobrevivência e do não passar fome.[134]

Diante das circunstâncias vivenciadas nesse ofício, observa-se que era comum entre os camponeses a busca de outras atividades que complementassem o sustento de suas famílias. É importante salientar que estas ocupações não prescindiam da produção de farinha, mas compunham junto a ela o quadro de alternativas disponíveis na ocasião. Não se encontrou, entre os depoimentos, qualquer indício de que as mulheres desempenhavam funções destoantes da produção agropecuária; portanto, as alternativas fora deste âmbito de trabalho eram especificamente masculinas.

“Garantindo um trocado”

Paralelas às atividades agropecuárias e à produção de farinha, os entrevistados se utilizavam de outros trabalhos realizados na própria região, ou ainda, fora da cidade de Feira de Santana, como nas usinas do Recôncavo baiano. Considerando as experiências de três camponeses, observou-se que a inexistência da propriedade da terra ou mesmo o tamanho limitado desta, quando se tratava de uma família numerosa, implicava, quase sempre, na necessidade de buscar novas alternativas de sustento. Esta foi uma situação vivida pelos funcionários da destilaria de cachaça: Pedro dos Santos e Algemiro Pereira de Amorim.

[134] A antropóloga Beatriz Heredia faz uma discussão sobre a importância da mandioca para as famílias camponesas. Ver: HEREDIA, *A morada da vida*, p. 125 -127.

Antes de se empregar na destilaria de cachaça, Algemiro de Amorim trabalhou, desde os treze anos, no corte de cana na usina Maracangalha, em Candeias, pois não conseguiu ocupação na região de Humildes.

> Trabalhei na usina uns seis anos. Trabalhei numa destilaria trinta e quatro anos. Onde eu nasci foi no Oiteiro. (...) Porque, naquele tempo, minha filha, não existia um serviço assim para a pessoa trabalhar para tirar o pão de cada dia. Aqui não tinha. Que aquele tempo era um tempo atrasado! Quer dizer, as pessoas saíam... É a mesma coisa de um sujeito que mora no sertão. Quando dá a seca, ele não desce por aqui para procurar serviço? Pois, é a mesma coisa. Naquele tempo, era assim. A pessoa não tinha condições de viver com a produção daqui. Então, saía para procurar serviço em outros lugares. Era por isso que eu saía daqui e ia para a usina. Para procurar trabalho para manter minha família: eu, meus pais e meus irmãos. (...) [Trabalhei em] uma destilaria. (...) De lá, foi que eu vim para o Pica-Pau. Sim, mas morar e trabalhar era na destilaria. Quer dizer, eu levei em torno de cinco anos na destilaria. E o mais eu andei plantando mandioca, fazendo farinha. Eu tive horta. (...) Eu entrei trabalhando como faxineiro para varrer, essas coisas. Depois, passei a ser destilador, destilava cachaça. Depois, fui subindo, passei a ser, a tomar conta da destilaria como um escriturário. (...) Todos os trabalhadores tinham direito a uma casa. Naquele tempo era assim. É tanto que eu "produzi" minha família toda lá. Quando eu vim para aqui, o caçula tinha dois anos.

A fala de Algemiro de Amorim expressa o quanto era árdua a tarefa de garantir o sustento por meio do trabalho da roça, aproximando-se dos depoimentos de Francisco Marques de Cerqueira e de Francisco Paulo de Lima sobre os ganhos conseguidos com a comercialização dos produtos de sua lavoura na feira livre da cidade de Feira de Santana. Ressalte-se, no entanto, que os empecilhos enfrentados pelo escriturário aposentado eram maiores que os destes dois últimos camponeses, filhos de proprietários, por falta da posse da terra. Aliada a esta dificuldade, existia a especulação dos preços da mandioca e do fumo, produtos cultivados pela família de Algemiro de Amorim no sistema de arrendamento, na fazenda Oiteiro. Diante da realidade confrontada, estes cultivos necessitavam de um complemento para garantir o mínimo necessário à manutenção das famílias locais, neste caso, numerosa. Ocorre que, a atividade agropecuária na região de Humildes não empregava toda a mão-de-obra local, sendo necessário, o contínuo deslocamento

dos trabalhadores para outras regiões de Feira de Santana ou municípios vizinhos, a fim de conseguir ocupação. A procura por um meio de sobrevivência entre a população de poucos recursos, sobretudo no campo, foi observada por Edward Thompson na Inglaterra, ao afirmar que:

> De modo geral, a população trabalhadora tem pouca possibilidade de prever o futuro: essas pessoas não planejam sua 'carreira', nem sua família; não vêem sua vida como uma forma definida diante de si, não economizam os altos ganhos de algumas semanas para fazer poupança, não planejam a compra de uma choupana, e nunca tiram férias. (Sabendo o que os espera, alguns jovens saem de casa e, uma vez na vida, ganham a estrada para 'ver o mundo'.) Assim, as oportunidades são aproveitadas à medida que surgem, com pouca reflexão sobre as conseqüências, assim como a multidão impõe seu poder nos momentos de insurreição direta, sabendo que o seu triunfo não vai durar mais do que uma semana ou um dia.

As observações feitas por Edward Thompson permitem o entendimento da maneira como os camponeses da região garantiam seu sustento, especialmente, entre as gerações mais jovens, quando realça o caráter de imprevisibilidade inerente às suas vidas e aos acontecimentos que delas faziam parte. Ao rememorar o passado, Algemiro de Amorim se refere aos contínuos deslocamentos que fazia da cidade de Feira de Santana para Candeias como sendo "um tempo atrasado!" Pensando desta forma, este percurso feito semanalmente para a usina Maracangalha é comparado pelo depoente ao sofrimento dos lavradores que fugiam da seca do sertão para as proximidades de Feira de Santana, na esperança de encontrar abrigo e ocupação. Para estes, sujeitos às dificuldades impostas pelo "acaso", como o fenômeno das estiagens, as possibilidades eram poucas e com quase nenhuma probabilidade de planejar o futuro, restando mesmo a migração como meio de garantir a manutenção familiar. Neste aspecto, as experiências de trabalho de Algemiro de Amorim se aproximam daquelas vividas pelos sertanejos fugidos da seca, ainda que não enfrentasse uma situação semelhante, tendo que abandonar sua casa e o local onde vivia, mas devido ao fato de que precisava migrar em busca de emprego para conseguir

manter-se e também a sua família. Assim, a expressão “um tempo atrasado” é empregada também por Algemiro de Amorim para qualificar a realidade anterior à ocasião em que se empregou no alambique Icaraí.

Alguns anos depois, já trabalhando na destilaria de cachaça, a situação de Algemiro de Amorim se alterou um pouco, tornando possível o seu casamento com Dona Catarina de Amorim. Após o casamento, Algemiro passou a morar na vila de operários da destilaria. Posteriormente, economizando o fruto de seu trabalho, conseguiu comprar uma porção de terra no povoado Caboronga, na época ainda fazenda Pica Pau, onde construiu sua casa. Quando questionado sobre o motivo pelo qual saiu da vila, Algemiro de Amorim afirma que não podia continuar morando com sua mulher e os seis filhos que possuía numa propriedade que não era dele, portanto, ao surgir a oportunidade, mudou-se. Entre os moradores da região há, contudo, uma idéia disseminada de que os trabalhadores do alambique sempre ficavam doentes devido à frieza da localidade e por causa do processo de destilação da cachaça. Acredita-se que este tenha sido mais um fato que obrigara Algemiro de Amorim a mudar-se da vila, como parece ter ocorrido com Pedro dos Santos.

Em seu depoimento, Pedro dos Santos relata que já passou por muitas privações, deslocando-se, assim como Algemiro de Amorim, para trabalhar em regiões distantes e ocupando vários ofícios ao longo de sua vida: na roça, no pastoreio de gado, no corte de lenha e na destilaria de cachaça. Nestas ocasiões de “privações”, como se refere o próprio Pedro dos Santos, era através da fé e do trabalho duro que conseguia superar os obstáculos por ele vivenciados. Assim, esse camponês relata como venceu a doença que lhe afligia há alguns meses, a erisipela, na ocasião em que trabalhava no alambique Icaraí.

Pedro dos Santos não conseguiu se curar através dos remédios que conhecia e já não andava. Certa feita, o coronel José Pinto, proprietário do alambique, passou em sua casa a fim de levá-lo para realizar um serviço qualquer e, vendo que ele não tinha condições de trabalhar, disse-lhe que não se curaria. Então, Pedro dos Santos respondeu que ficaria curado "com fé em Deus". Foi aí, que o mesmo teve uma revelação. Uma voz, nos fundos de sua casa, lhe perguntou por três vezes: "Pedro, você quer se curar?" E ele sempre respondia afirmativamente. Então, a voz lhe disse que, se passasse determinadas pimentas do quintal nas feridas, ficaria curado. Feito isto, ele começou a melhorar e os ferimentos sararam por completo, pois Pedro teve "o aviso breve e com a fé em Nosso Senhor Jesus Cristo" ele se recuperou. A notícia correu pela região e um rapaz que trabalhava na Telebahia procurou Pedro dos Santos para que lhe ensinasse o remédio, porque sua mãe estava com a mesma doença. Então, Pedro passou a narrar o diálogo que teve com este rapaz, sem se identificar de início para saber quais eram suas reais intenções:

> **Pedro** - "Eu tô procurando a casa de Seu Pedro". E eu dizia: Quem é Pedro? Que eu não [ia] dizê logo que sou eu.
> **Lúcia** - Botá logo a cara na tela.
> **Pedro** - Ele disse: "Ele tem um apilide". Aí eu disse: O Senhor é de Feira? "Sou". Ele disse: "Sou. Sou encarregado da Telebahia." Aí eu disse: Qual é o caso que o Senhor tá procurando Seu Pedro? O apilidi dele é Pedro Muriçoca? Ele disse: "É. É este mesmo, mas eu não posso...". Eu disse: Que nada! Ele disse: "Por quê? O Sr. conhece ele?" Aí eu disse: Qual é o caso que o Sr. tá procurando ele. Eu lá ia saber! Ele disse: É porque a mãe dele, a mãe do cara, tá com a perna que já comeu até a coxa que ela teve a mesma doença que ele. "E eu ouvi dize que ele..." Quer dizer, falando comigo, mas eu não me exibia que era eu. Não dizia que era eu. "Que eu soube que ele ficou bom com pimenta e eu quero saber cuma foi que ele ficou bom." E eu disse: O Sr. está falando com Pedro dos Santos, apilidi Muriçoca! (Bate no peito). Sou eu Pedro dos Santos do Bom Viver! Aí, ele disse: "Ô Seu Pedro". Saiu do carro, que ele falando comigo dentro do carro. Carro importado! Santana. Aí, apertou minha mão, me abraçou. Eu disse: Qual é o assunto que o Senhor quer tratar comigo? Aí ele passou a me contar que a mãe dele, tava com seis ano, já vinha comendo a coxa. E num tinha remédio. Que lhe disseram que eu fiquei bom com isso. Ele queria fazer. Eu disse: O Senhor, sua mamãe teve o aviso breve que nem eu tive dado por Jesus Cristo? Ele disse: "Não! Aviso breve como?" Eu lhe explico. Mandar eu botar pimenta nas perna dela. Eu disse: Não. Se eu mandar butá pimenta e quem matou fui eu. Eu botei porque, Deus não veio, mas ele mandou um anjo da fé dele, que viu que eu merecia. Olha aqui pra vê. Ele disse: "Seu Pedro foi assim?" Foi sim Senhor. Eu não posso dizer. Ói, não levou dois mêis.

> Morreu?
> **Pedro** - Ora mais! E eu, graças a Deus...
> **Lúcia** - Mas, ela botou a pimenta?
> **Pedro** - Que nada! Não botou, não. Eu disse a ele que não botasse. Se [não] teve o aviso breve que nem eu tive. Eu tive, eu tive aquele aviso breve, com a fé em Nosso Senhor Jesus Cristo, eu botei. Quando eu fui lá [na igreja evangélica próxima da casa em que morava], eu disse aos operadores: Olhe, eu não entro nessa lei dos senhores. "Por que, Seu Pedro?" Eu não entro porque esta lei, pela fé que eu tenho no Pai Eterno, eu tô curado. E tô! Tô ou não tô? Eu tenho a fé que existe aquele homem no mundo... Jesus Cristo! Ói Dona, chega me cria aquela emoção assim quando eu falo da fé, que de onde eu vi as minhas pernas e hoje eu tô bom. Eu sei muita reza, eu sei reza que a Senhora não sabe. E eu não rezo nada. [135]

O depoimento de Pedro dos Santos é rico em detalhes e permite entender a relação entre a fé e o enfrentamento das condições de trabalho na destilaria de cachaça Alambique Icaraí. A erisipela é uma infecção cutânea causada geralmente por bactérias de tipo *streptococus*. Estas bactérias têm sua porta de entrada nas camadas mais superficiais da pele e se espalham, formando uma mancha vermelha quente e dolorosa. Os membros mais afetados são os inferiores, principalmente as pernas, como no caso de Pedro dos Santos. Além da dor na área afetada, a erisipela também causa febre, dor de cabeça e mal estar. As causas principais da doença estão relacionadas a micoses nos pés e nas unhas e a formação do pé-de-atleta, ou frieira, e de fissuras entre os dedos dos pés. Tais problemas originam-se, em grande parte, pelo excesso de umidade, sem os devidos cuidados de higiene, o que contribui para a proliferação das bactérias e dos fungos.

As atividades desenvolvidas por Pedro dos Santos exigiam que ele passasse grande tempo com os pés calçados com botas, tanto no corte de lenha, como dentro da destilaria. Além disso, era um costume entre as pessoas andar descalças na roça. Dois outros aspectos que devem ser levados em consideração são a umidade e a frieza do local, próximo do riacho. Trabalhando na olaria e morando na localidade, Pedro dos Santos também estava em contato constante com a

[135] A entrevista de Pedro dos Santos foi intermediada pela lavradora Lúcia Venas, que também participou do diálogo.

barragem de água. Aliás, a localização de sua residência lhe valeu o apelido de Pedro Muriçoca, numa clara alusão ao grande número de insetos existentes em suas proximidades. Acredita-se, desta forma, que a dinâmica vivenciada no trabalho pode ter gerado as condições necessárias ao surgimento da enfermidade que já encontrava um ambiente propício para isto. Sendo assim, depois de instalada a doença, a situação de Pedro dos Santos piorou devido à falta de conhecimento e de tratamento adequado, contribuindo para que o camponês não mais andasse com o estágio avançado da erisipela.

Até a década de 1950, não havia um programa de saúde pública em Feira de Santana que atendesse de forma satisfatória os doentes, especialmente, os da zona rural. Sobre este assunto, o brasilianista Rollie Poppino afirmou que os programas de saúde empregados no município tiveram pouca abrangência, por falta de recursos, não conseguindo atender os moradores dos distritos e da zona rural.[136] Diante desta realidade, os recursos disponíveis aos camponeses eram mesmo a manipulação de ervas e de plantas medicinais encontradas na região de Humildes, como explicou Francisco Marques de Cerqueira. O uso destas ervas no cotidiano da região, impelido não só pela tradição passada de pai para filho e pelas condições econômicas, mas também, pela pouca abrangência do atendimento médico, revela que as condições de acesso destes trabalhadores a saúde eram bastante precárias.

Talvez fosse a consciência dessas condições que alimentasse a fé de Pedro dos Santos na cura espiritual para um problema vivenciado há tanto tempo. O fim da enfermidade é justificado pelo merecimento: “Eu butei porque, Deus não veio, mas ele mandou um anjo da fé dele, que viu que eu merecia. Olha aqui pra vê.” Pedro dos Santos é um homem de fé e diz gabar-se com os moradores da vizinhança por não possuir vícios e de ter uma relação amigável na região: “Agora,

[136] POPPINO, *Feira de Santana*, p. 269 - 272.

eu me carto que nunca bebi e nunca fumei. Ninguém aqui nessa zona, viu? De Feira para cá, o pessoal de Feira manda lembrança para mim". Aqui a revelação tida por Pedro dos Santos, que culminou na cura de sua doença, deixa transparecer o papel da religiosidade católica como contraponto das dificuldades enfrentadas no seu ofício, sobretudo, no exercício das tarefas no alambique Icaraí.

De qualquer forma, o alambique continuou sendo uma referência de ocupação entre estes camponeses, apesar das dificuldades enfrentadas no exercício da profissão, como o risco de adquirir doenças e a falta de assistência no trabalho. Observe-se que, para além da produção de farinha, atividades como as executadas na destilaria de cachaça refletiam a possibilidade de trabalho assalariado disponível a uma parcela deles no período anterior a implantação da "nova" Bahia-Feira. Neste sentido, as oportunidades de emprego surgidas após sua construção só vieram aumentar o número de trabalhadores assalariados entre os camponeses que, tradicionalmente, já conciliavam a roça com diferentes atividades remuneradas: a olaria, o corte de lenha e o pastoreio do gado.

Sobre a tarefa de apascentar o gado, a história de José Gabriel de Oliveira como empregado do proprietário "Zeca Sergipano" é elucidativa de uma possibilidade de sustento que existia na cidade de Feira de Santana desde a sua origem.[137] Durante o pastoreio, José Gabriel levava cerca de três dias fora de casa. Em algumas vezes, ele chegou a distanciar-se de Feira de Santana "até perto de Minas Gerais" em busca de gado para comprar. Os animais eram guardados em Tanquinho de Feira, no curral pertencente ao proprietário da fazenda Rio da Prata "Zeca Sergipano", e levados depois para Salvador. A passagem das boiadas foi também narrada por João dos Santos Teixeira em seu depoimento. Segundo ele, o gado vinha do sertão para Feira de

[137] José Gabriel de Oliveira. Depoimento citado.

Santana e era vendido aos domingos, para em seguida ser encaminhado ao bairro do Retiro, em Salvador, onde seria abatido.

> Naquele tempo, o pessoal saía de Feira de Santana, passava no Limoeiro, passava em Humildes, passava na Lapa, que é Amélia Rodrigues hoje, passava na usina Aliança, passava na usina Cinco Rios, passava no rio Joanes, Lamarão. Era Camaçari e de Camaçari ia sair em Água Cumprida, que é Simões Filho, e de lá ia para Salvador. Que era onde, chegando no Retiro, se abatia os bois.[138]

Observa-se, através deste trecho da fala de João dos Santos Teixeira, que os boiadeiros percorriam um longo caminho até chegar a Salvador, antes da década de 1960. A estrada para a capital quase não era pavimentada ou estava em estado de conservação bastante precário, o que dificultava seu acesso e propiciava o aumento do número de dias de viagem. José Gabriel realizou esse trabalho até aproximadamente a década de 1960, porque, depois de reconstruída a estrada de rodagem, as boiadas eram conduzidas nas carrocerias de caminhões. Em sua narrativa, é grato ao comerciante e proprietário, que contribuiu, através do emprego oferecido, para o camponês criar seus filhos: "um fazendeiro chamado Zeca Sergipano. Abaixo de Deus, eu criei meus filhos foi por causa dele." Neste sentido, no depoimento de José Gabriel, nota-se uma valorização do trabalho como boiadeiro, já que a atividade de produção de farinha não lhe agradava: "eu mesmo nunca gostei de farinha".

A afirmação de José Gabriel é explicada a partir da lembrança da experiência vivida nos dias de feira: "Era uma saca de farinha, naquela época, para vender por bagatela", enfatizando o baixo retorno dado pelo alimento. Instantes depois, a fala é arrematada: "eu fui mesmo produtor de verduras", pois proporcionava um maior rendimento na feira livre do centro da cidade. Ademais, José Gabriel contava com um rebanho de gado bovino de aproximadamente quarenta rezes pastoreado por seus filhos e filhas nas estradas da região: "criava um boizinho, uma coisa

[138] João dos Santos Teixeira. Depoimento citado.

assim para ir tapeando". O número de animais pertencentes a José Gabriel era superior à quantidade existente na fazenda Gonçalo de propriedade de Godofredo Rosendo Teixeira, seu vizinho, que possuía cerca de trinta cabeças de gado. Conseguiu-se chegar a este número, cruzando as informações da caderneta de Dona Ubaldina dos Santos Teixeira com o depoimento de seu filho mais velho João dos Santos Teixeira, pois as anotações excluíam alguns animais.

É possível que o gado da família Teixeira fosse equivalente ao de José Gabriel, a julgar pela grande quantidade deste relacionados no documento apenas pelos nomes utilizados na propriedade. Ainda assim, mesmo com a ajuda de João Teixeira, não foi possível identificar de que tipo de gado se tratava cada nomenclatura. Através da caderneta de anotações de Ubaldina Teixeira, viu-se que os bois e os animais de montaria eram fornecidos tanto pela compra, quanto pelos nascimentos na própria fazenda. Em média, a família comprava dois novilhos por ano e era, principalmente, a partir deste investimento que o rebanho se reproduzia.

A posse do gado bovino era um diferencial entre as experiências de José Gabriel e dos empregados da destilaria de cachaça, Algemiro de Amorim e Pedro dos Santos. Ainda que não possuísse terra inicialmente, José Gabriel de Oliveira, sendo um empregado de confiança do fazendeiro "Zeca Sergipano", adquirira um pequeno rebanho bovino após anos de trabalho, com o qual conseguia garantir a maior parte de seu sustento. De outro modo, além da pecuária bovina, que era um recurso não acessível a todos os camponeses da região, havia a possibilidade de criação de outros animais de pequeno porte (aves e suínos) para a grande maioria destes trabalhadores. Sendo assim, estas criações funcionavam como uma reserva à disposição das famílias camponesas, investida na compra de equipamentos e de novos rebanhos, ou ainda, utilizada em eventuais momentos de dificuldades financeiras.

Considerando as possibilidades de sustento complementares as tarefas da roça e da casa de farinha, notou-se que os trabalhadores da região de Humildes enfrentavam variadas situações de aperto como: as longas distâncias percorridas até o trabalho, passando muitos dias e até semanas fora de casa, os riscos de adquirir doenças, a falta de alimento, a má remuneração e a exploração de sua força de trabalho. São exemplos disto, a experiência de Francisco Paulo de Lima no corte de lenha nas proximidades de Vila de Abrantes, como foi relatado por ele e a esposa Zenaide, e a história de vida do camponês não proprietário Francisco Lima de Santana, que trabalhou como cortador de cana na usina Itapetingui, nos arredores de Amélia Rodrigues.[139] O enfrentamento destas situações em nome da necessidade de manutenção própria e familiar alterou-se com o passar do tempo, à medida que surgiram na localidade outras possibilidades de trabalho. Este evento foi narrado por Francisco Marques de Cerqueira em sua entrevista.

> Saía esses pobrezinhos, coitados, cada um com um enxada no ombro, procurando um dia de trabalho. Hoje, quem é que quer saber disso? Está todo mundo é nos postos de gasolina, nas fábricas. Foi por isso que as roças acabaram. (...) Ninguém planta mais, não. Você pode chegar aí, nessas roças aí... Não têm condições de fazer. Não tem produtor de farinha. Não tem condições de pagar porque eles querem caro e não acha quem vá. Se você botar uma roça, chamar um deles pra trabalhar, eles toma o dinheiro em um dia, toma o dinheiro em outro dia, aí não acha mais. Você não tem dinheiro pra pagar, vai fazer roça pra quê?"

A princípio, o depoimento se refere aos trabalhadores das regiões sertanejas próximas de Feira de Santana que passavam por Humildes em busca de trabalho. Neste sentido, a cidade atraía uma grande quantidade de pessoas nos períodos de estiagem por funcionar como entroncamento rodoviário, fazendo ligação entre diversos municípios baianos, e por ser relativamente maior que os demais. Assim, durante estas ocasiões, os sertanejos disputavam com os lavradores enfocados

[139] Francisco Lima de Santana, de 60 anos. Entrevista realizada no povoado Caboronga, no dia 24 de junho de 2004.

as possibilidades de emprego existentes.[140] Ao falar dos camponeses feirenses, Francisco Marques de Cerqueira se refere especialmente aos que não possuíam propriedade, como também não deixa de mencionar as gerações mais jovens que já não se dispuseram a atividade de seus ancestrais, fato este que contribuiu para diminuir a mão-de-obra utilizada na produção de farinha.

Desde o término das obras da Bahia-Feira, alternativas de sustento diferenciadas surgiram para os trabalhadores da região e para as gerações mais jovens destes, como os postos de gasolina e as indústrias instaladas ao longo da estrada de rodagem. Sob esse ponto de vista, a "nova" via propiciou a existência de novos horizontes para os camponeses da região, assim como modificou suas necessidades, satisfeitas precariamente apenas no âmbito da alimentação, da moradia e do vestuário. Aqui é possível traçar um paralelo com a realidade estudada por Edward Palmer Thompson na obra *Costumes em Comum*. Em seu estudo sobre a cultura popular tradicional na Inglaterra do século XVIII, Thompson afirma:

> A Revolução Industrial e a concomitante revolução demográfica foram o pano de fundo da maior transformação da história, ao revolucionar as 'necessidades' e destruir a autoridade das expectativas baseadas nos costumes. É isso sobretudo que estabelece a distinção entre o 'pré-industrial' ou 'tradicional' e o mundo moderno. As gerações sucessivas já não se colocam em posição de aprendizes umas das outras.[141]

A estrada Bahia-Feira, hoje um trecho da rodovia BR 324, atraiu no decorrer do tempo os camponeses da região para as novas formas de trabalho por ela propiciados ou ainda, exerceu uma forte influência sobre eles. Pelo que se pode apreender das entrevistas, as pessoas contratadas para as atividades agropecuárias eram, em geral, mal remuneradas. Até mesmo, aquelas que detinham a propriedade da terra tinham dificuldades em manter-se e as suas famílias. Observe-se que os rendimentos da produção de farinha de mandioca e de fumo necessitavam

[140] Francisco Lima de Santana. Depoimento citado.
[141] THOMPSON, *Costumes em comum*, p. 22.

continuamente de complementação. Desta forma, é compreensível que, boa parte deles tenha se empregado em outras profissões em vez de continuar na roça: “Hoje, quem é que quer saber disso? Está todo mundo é nos postos de gasolina, nas fábricas”.

Isso se explica não só pelo fato de o trabalho no meio rural ter se tornado menos atrativo, com o baixo valor da remuneração, mas também porque não podia concorrer com as possibilidades encontradas nas indústrias e nos postos de gasolina, já que “a roça não oferecia carteira assinada, décimo terceiro salário e férias”. Esta interpretação da realidade aqui analisada, ouvida em conversas informais na região, permite elucidar alguns aspectos da dinâmica de transformações iniciada pela remodelação da estrada.[142] A implantação desta inaugurou uma realidade, em boa medida, nova e desconhecida. De fato, ela modificou em grande parte não só o cotidiano de trabalho da região de Humildes, mas também a paisagem e os valores de seus camponeses. Sendo assim, à medida que as novas possibilidades de ocupação eram colocadas ao alcance destes, após a implantação da via, declinava-se um tradicional meio de sobrevivência, a produção de produção de farinha: “Não tem produtor de farinha. Não tem condições de pagar porque eles querem caro e não acha quem vá”.

[142] Em uma conversa informal, o trabalhador Durvalino dos Santos Teixeira, ou “Vado”, fez esta observação ao explicar o porquê de sua preferência pelo trabalho no posto de combustíveis CEDEP ao trabalho na roça.

CAPÍTULO 3

A construção da "estrada nova", sinal de outros tempos: modificações na garantia do sustento e significados atribuídos ao percurso

Eu sou o atalho de todas as grandes estradas
por onde passei
Das vilas pequenas cidades por onde andei
Herança de casos passados, migalhas do pão consumido.
Eu sou a metade de tudo que você tem sido
Zé Geraldo. Semente de tudo.

Antigamente nem em sonho existia
tantas pontes sobre os rios nem asfalto nas estradas
A gente usava quatro ou cinco sinueiros
prá trazer os pantaneiros no rodeio da boiada.
Lourenço e Lourival. Mágoa de boiadeiro.

Sobre a cabeça os aviões
Sob os meus pés os caminhões
Aponta contra os chapadões
Meu nariz
Eu organizo o movimento
Eu oriento o carnaval
Eu inauguro o monumento no planalto central
Do país
Caetano Veloso. Tropicália.

Ao longo da década de 1950, a redefinição do trajeto da antiga Bahia-Feira, na época um trecho da rodovia BR 28, modificou pouco a pouco o cotidiano feirense; em especial, o das famílias que viviam de atividades relacionadas à agropecuária e à produção de farinha de mandioca na região de Humildes. Assim, no intuito de compreender parte desta dinâmica de transformações, torna-se necessário analisar a relação estabelecida entre o papel de entroncamento rodoviário, historicamente desempenhado pela cidade de Feira de Santana, e a conjuntura nacional brasileira de crescimento industrial e de expansão do capitalismo por volta dos anos 50. Em período anterior a este, no final da década de 1920, a antiga estrada Bahia-Feira

realizava a importante função de intermediar os contatos entre Feira de Santana e Salvador, sendo continuamente retratada nas memórias recentes dos camponeses entrevistados.

Lembranças da "estrada velha"

Em sua narrativa, o escriturário do alambique Icaraí e morador do povoado Caboronga, Algemiro Pereira de Amorim, fala do longo caminho percorrido pelos viajantes que se aventuravam pela Bahia-Feira. Referências como "estrada velha" e "de chão" são utilizadas por ele e outros depoentes para qualificá-la e realçar as experiências nela vividas. No trecho abaixo, Algemiro de Amorim rememora um episódio de sua juventude vivido na antiga estrada Bahia-Feira.

> Quando eu me batizei, minha filha, só existia dois carros. E eram daquelas "fobicas". As rodas eram de madeira. Então, reproduzir o transporte... Os carros são de uns anos para cá. Não tinha carro, não. A primeira vez que eu fui para Salvador, a gente foi levar um caminhão. Nesse tempo, já tinha caminhão. Eu tinha dezenove anos. A gente foi levar uma carga de tijolos para Salvador, para [a construção de uma] casa. A gente saiu daqui seis horas da manhã e chegou cinco da tarde. (...) Hoje, você faz quarenta e poucos minutos de carro.[143]

O escriturário menciona dois elementos importantes do cotidiano das viagens: a ausência de carros de passeio e de transporte coletivo apropriado e os longos, bem como demorados, trajetos percorridos até o destino almejado. Ainda na década de 1950, a condução de passageiros no interior da Bahia era realizada basicamente por caminhões que se deslocavam por estradas precárias. O jornal *O Momento* mencionou o uso deste veículo, em uma de suas reportagens,

[143] Algemiro Pereira de Amorim. Depoimento citado.

como sendo o principal recurso utilizado pela grande maioria das pessoas que moravam no interior baiano nos anos 50.

> No interior do Estado, particularmente, no sul, na zona cacaueira, o caminhão é por natureza o melhor transporte, e, bem ou mal, atende às necessidades das populações. Centenas de caminhões trafegam por dia, cheios de passageiros que se deslocam de uma cidade a outra, no sul do Estado. [144]

Apesar de se referir ao sul baiano, a notícia não deixa de mencionar a situação dos transportes terrestres usados em todo o interior, assemelhando-se às condições relatadas no depoimento de Algemiro de Amorim. Durante a década de 1950, a população baiana se concentrava em grande medida nas zonas rurais, sendo, neste caso, a faixa populacional que contava com os caminhões para se locomover de um lugar para outro. Para ela, era o caminhão "o melhor transporte" e aquele que, "bem ou mal, [atendia] às necessidades das populações". Em geral, quando se trata dos camponeses enfocados neste estudo, havia a prática de viajar nas carrocerias dos caminhões, sem nenhuma garantia de segurança, como foi informado por João dos Santos Teixeira, em sua entrevista.[145]

> **João Teixeira** - Surgiu o transporte de caminhão. Depois de caminhão, já surgiu o ônibus. Ônibus, não, marinete. Depois de marinete, surgiu já a Kombi. Depois de Kombi, hoje é ônibus, é topique. Surgiu esses outros carros. Mas, o pivô de tudo foi o caminhão! (...) É o caminhão. Tudo que começou foi o caminhão. O pessoal andava de Feira de Santana a Salvador de caminhão. É.
> **Valder Teixeira** - De pau de arara.
> **João Teixeira** - De pau de arara mesmo. Agora, depois de tudo foi que foi surgindo o ônibus, mas o pessoal viajava mais de caminhão, em cima das cargas.

[144] "Proibido o transporte de passageiros por caminhões". In: *O Momento*, nº. 1316, 10/ 06/ 1950, p. 02.
[145] João dos Santos Teixeira. Entrevista realizada no povoado Caboronga em 08 abril de 2007, com a participação de Valder dos Santos Teixeira de 56 anos.

Em seu depoimento, João Teixeira aborda as modificações ocorridas nos transportes disponíveis aos feirenses, sendo que um deles tinha função destacada neste âmbito: "o pivô de tudo foi o caminhão". Em meio a essa realidade relatada tanto pelo *Momento*, quanto pelos depoentes, não se pode deixar de observar as más condições dos meios de transportes e o reduzido número de veículos disponíveis que caracterizavam o cotidiano da cidade de Feira de Santana. Em sua ressalva à fala do irmão, Valder Teixeira afirma que era o "pau-de-arara" o meio de locomoção mais usado, o que contribuía para tornar desconfortáveis e arriscadas as viagens. Porém, em seus locais de residência, a grande maioria da população se deslocava a pé ou por meio de animais. Assim, o episódio da ida a Salvador, ocorrido por volta de 1946, é contrastado com as atuais possibilidades de viagem, no relato de Algemiro de Amorim, que encurtaram tempo e distâncias, trazendo um relativo bem-estar: "A gente saiu daqui seis horas da manhã e chegou cinco da tarde. (...) Hoje, você faz quarenta e poucos minutos de carro". Este trecho de seu depoimento pode ser associado ao do casal de camponeses do povoado Rio da Prata, Maria Lúcia dos Santos Oliveira e José Gabriel de Oliveira. Segundo eles, desde o início da redefinição do trajeto da Bahia-Feira, era grande a área coberta pela mata e a "velha" estrada se constituía o caminho utilizado em direção ao centro de Feira de Santana.

> **José Gabriel** - Porque quando começou a medir não tinha nada ali, até a igreja dos Capuchinhos, não tinha nada. Era só mato. A gente andava sabe por onde era? Era por Humildes, naquelas "marinetes" velhas, potó, potó. Ia lá pelo Fulô. Tinha vezes que saía de Salvador 6 horas. Naquele tempo, [eu] já andava por Salvador. E chegava no Limoeiro onze horas, doze horas do dia.
> **Maria Lúcia** - O Limoeiro é hoje, mas naquele tempo nem casa tinha.
> **José Gabriel** - Pois é. Mas, a estrada velha era aquela. (...) Está lá ainda. (...) Saía de Feira e ia até Salvador.[146]

[146] Maira Lúcia dos Santos Oliveira e José Gabriel Oliveira. Depoimentos citados.

A antiga estrada Bahia-Feira perpassava uma fração dos povoados ora em análise: o Fulô, a Onça, o bairro Limoeiro e o distrito de Humildes; paisagem retratada pelo casal como pouco habitada. Por volta da década de 1940, quando começaram os trabalhos de topografia e análise para a construção de uma nova via, os camponeses da região sentiam as dificuldades impostas por um sistema de rodagem de transportes coletivos carente de investimentos infra-estuturais, que o ampliasse e tornasse mais eficiente e seguro. Por outro lado, é importante observar que, o tempo necessário à realização do percurso entre a capital e a cidade de Feira de Santana alterou-se em suas narrativas, se comparado ao depoimento de Algemiro de Amorim. É difícil afirmar qual a duração mínima necessária à realização das viagens por esta estrada. O jornal *Folha do Norte* afirmou em uma de suas reportagens após a reinauguração da Bahia-Feira, que as viagens em direção à capital eram feitas em torno de seis horas.[147] No entanto, ainda há, de certo modo, uma referência a um longo e cansativo trajeto e às más condições do percurso, ilustradas através da expressão "'marinetes' velhas", alquebradas e ruidosas. Geralmente, o tempo da viagem tendia a aumentar ou a diminuir em função do estado do veículo e das condições da estrada, que pioravam em dias de chuva, já que esta não era asfaltada.

Essas observações sobre as experiências vividas na estrada Bahia-Feira são referências do processo de mudanças ocorrido nos transportes e nas vias de circulação baianas. Como sujeitos integrantes de tal processo, os depoentes, cada um ao seu modo, vivenciaram diferentes circunstâncias na mesma estrada ao longo de suas vidas e também presenciaram as transformações por ela sofridas. Dessa maneira, Algemiro de Amorim se deslocou várias vezes em direção a usina Maracangalha, onde trabalhou durante a juventude; José Gabriel encaminhou levas sucessivas de gado até Salvador, enquanto que sua esposa utilizava a mesma via rumo à

[147] "Rodovia Salvador-Feira de Santana" In: *Folha do Norte*, Ano 50, mar/1960, p. 02.

feira livre de Feira de Santana; Valder Teixeira viajou para o estado de São Paulo, onde passou um tempo trabalhando e retornou nos anos 80 à lida na roça e João Teixeira transportava verduras para seu empregador, Zeca Sergipano, em busca do mercado da capital, e ajudou posteriormente a concretizar a reconstrução desta via, como motorista de caminhão. As alterações hoje narradas pelos depoentes são resultado, grosso modo, de uma melhoria e variação dos veículos terrestres e do surgimento de uma rede de estradas, na qual, a antiga Bahia-Feira consistia no tronco da Rede Rodoviária da Bahia. [148]

A estrada BA 01

A Bahia-Feira foi a primeira estrada a ser construída pelo governo baiano, sendo denominada de BA 01. Saindo de Feira de Santana, por esta via, no povoado de Humildes, tinha-se acesso a dois segmentos: um que dava abertura para Salvador e outro para as cidades do Recôncavo. Este último trajeto originou mais tarde a rodovia BR 101. Os percursos das duas estradas são ressaltados durante a entrevista de João dos Santos Teixeira:

> **João Teixeira** - A estrada velha é de muitos anos. Ela começou, era estrada de chão. Muita curva. Muita subida. Muita ladeira e estreitinha. Estreita. (...) Cachoeira e São Félix era outra perna de estrada. Essa daí seguia de Humildes. Ela saía de Feira, passava no Limoeiro. Do Limoeiro, chegava em Humildes. Aí, uma perna seguia para São Gonçalo dos Campos, era Conceição de Feira, era Cachoeira...
> **Valder Teixeira** – São Félix.
> **João Teixeira** - E Muritiba. Aí, agora de Muritiba, entrava para Nazaré das Farinhas, seguia também Santo Antônio de Jesus. Aí, agora, tudo era estrada de chão. Aí ia se espalhando nesta perna que entrava por Humildes. (...) E, seguindo em frente [no outro trajeto] ia por Tanque Senzala, Oliveira, descia, passava em Amélia Rodrigues que, naquele tempo, era a Lapa. Que, naquele tempo, passava na usina Aliança. Ia passar em São Sebastião, Lamarão e em Água Cumprida, que, hoje, é Simões Filho. E chegava a Salvador.

[148] TARQUINIO, Mário. "Vias de comunicação e meios de transporte no estado da Bahia". In: *Revista IHGB*, vol. 60, 1934, p. 466.

O trajeto exposto por João Teixeira é também mencionado por Edmundo Visco, responsável pela Diretoria de Estradas de Rodagens, órgão da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas da Bahia no ano de 1933. Ao apresentar sua comunicação sobre as estradas baianas, no 5º Congresso Nacional de Estradas de Rodagens, realizado no Rio de Janeiro no mesmo ano, Edmundo Visco relacionou o percurso da estrada BA 01. Esta se iniciava em Pirajá e Valéria na capital, seguindo-se por Água Cumprida (atual Simões Filho), Camaçari, São Sebastião, rio Jacuípe, usina Aliança, Lapa (hoje Amélia Rodrigues), Tanque Senzala, terminando em Feira de Santana. Chegando-se nesta última cidade, o tráfego passava por Humildes e Limoeiro.[149] Em uma comunicação anterior, apresentada ao 3º Congresso Nacional de Estradas de Rodagens, em 1924, o engenheiro civil José Américo da Costa mencionou a passagem pelas localidades São Caetano, na capital, rio Joanes, vila de Berimbau e riacho Olhos d'Água, em Feira de Santana.[150] A referência à passagem pelo rio Lamarão foi encontrada no texto de Edmundo Visco.

A construção da estrada Bahia-Feira, tendo em vista esse percurso registrado em ambas as edições do Congresso Nacional de Estradas de Rodagens e no depoimento de João Teixeira, iniciou-se em 2 de fevereiro de 1918 e foi concluída em abril de 1929.[151] Sua história parece se confundir com a história da organização do serviço rodoviário na Bahia, pois ela foi a primeira via instalada para o tráfego de automóveis no estado, sendo fruto de uma maior preocupação das autoridades do governo com melhorias nos transportes terrestres.[152] A própria participação de representantes do estado ligados ao setor de transportes e estradas em Congressos Nacionais era

[149] VISCO, *Serviços rodoviários*, p. 3.
[150] COSTA, *Estradas de rodagem*.
[151] TEIXEIRA, *Caminhos, estradas*, p. 85.
[152] TARQUINIO, "Vias de comunicação", p. 466.

um indício do interesse local em orientar a implantação da rede rodoviária baiana, associando-a ao que se processava nacionalmente.

A BA 01 era tida como uma estrada de "primeira classe" e foi fabricada com areia e argila comprimidas, com extensão 144,7 quilômetros e largura de 7 metros.[153] Daí o porquê dos trabalhadores entrevistados utilizarem geralmente o termo "estrada de chão" para ressaltar suas más condições de tráfego, numa alusão ao material utilizado para sua feitura. Considerando a fala de João Teixeira, tal via apresentou-se, desde o início, de forma inconsistente: "estrada de chão. Muita curva. Muita subida. Muita ladeira e estreitinha." Esta observação pode ser associada às informações sobre a construção de estradas na Bahia, reunidas em livro por quatro rodoviários membros da Diretoria de Estadas de Rodagens, com base em entrevistas e análises de documentos do próprio órgão. [154] De acordo com a pesquisa feita pelos rodoviários, a escolha dos materiais para a implantação da Bahia-Feira foi limitada na época por um princípio que determinava a diminuição de custos com as construções, observando a exigüidade de recursos e o índice reduzido de velocidade alcançado pelos automóveis.[155] Diante disto, ainda que houvesse uma preocupação em orientar a abertura de estradas na Bahia a partir das concepções técnicas diferenciadas, durante os fóruns de discussão nacionais, limitava-se o trabalho rodoviário em outro aspecto. Isto se explica pela orientação dada em favor da economia de verbas, interferindo na qualidade das vias, com a finalidade de aumentar sua quilometragem e o número de municípios beneficiados.

No ano anterior à construção da BA 01, foi aprovada a Lei 1.227 na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, por iniciativa da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio,

---

[153] Ibid., p. 466 e 471.
[154] FRANCO, Antônio Melo Lins e outros. *DER histórico do rodoviarismo no estado da Bahia, 1917 – 1949*. Salvador: Secretaria da Viação e Obras Públicas; Tipografia Beneditina Ltda., 1949.
[155] Ibid., p. 06 e 07.

Viação e Obras Públicas, no intuito de organizar um plano rodoviário para o estado, bastante ambicioso para a quantidade de recursos existentes. Diante desta lei, ficou estabelecido que as implantações de estradas, a partir daquele momento, visariam à ligação de centros produtores baianos com mercados consumidores, ou com estradas de ferro, rios navegáveis e portos marítimos que auxiliassem o escoamento da produção do estado. Dessa maneira, a estrada BA 01 estava inserida dentro do plano rodoviário traçado em 1917. Para viabilizar sua execução, foram reunidos tanto recursos de origem pública quanto privada. Neste contexto, a posição geográfica de Feira de Santana favorecia a construção da mesma via.

> Por contingência da posição geográfica da Capital do Estado, uma ligação estava desde logo a exigir a sua construção. Aquela que abria à Cidade do Salvador o caminho para o interior. Às portas do sertão, Feira de Santana é o centro coletor dessa vasta região baiana. Impunha-se uma estrada entre essas duas cidades.[156]

O destaque conferido a Feira de Santana é explicado, neste trecho da obra produzida pelos rodoviários, como sendo a BA 01 uma trajetória "essencial" ao sair-se da capital em direção às cidades do interior. Sob esta justificativa, é realçada a localização geográfica da cidade, ainda que se pudesse pensar em alternativas variadas de trajeto para a estrada que permitiria o acesso da capital ao restante do estado por via terrestre.[157] A BA 01 seguiu em parte o trajeto da antiga Estrada das Boiadas, a qual era transitada pelas tropas de animais e pelos vaqueiros que se destinavam ao mercado de Salvador durante o Império.[158] Ressalte-se ainda que, no início do século XX, Feira de Santana vinha se constituindo uma cidade de significativa expressão devido à atividade comercial realizada desde a sua fundação. Vale lembrar que o município fornecia

[156] Ibid., p. 06.
[157] Sobre a evidência adquirida pela estrada Bahia-Feira, Antônio Zorzo afirma que sua construção atendia a uma perspectiva "centralizadora", ao implementar uma via que contornava a Bahia de Todos os Santos e se interligava à outras estradas ramificadas pelo interior do estado. IN: ZORZO, "Retornando à história", p. 109.
[158] Conforme: TEIXEIRA, *Caminhos, estradas*, p. 27 e COSTA, *Estradas de rodagem*, p. 22-24.

quantidades significativas de carne bovina e de farinha de mandioca para a capital soteropolitana no século anterior.

Ao que parece, a escolha do trajeto que privilegiava este município não considerou apenas sua localização espacial, mas também e principalmente, uma dada estrutura física já estabelecida, o antigo caminho das boiadas. Saliente-se que havia naquele momento uma restrição imposta pela escassez de recursos, o que dificultava a ação do órgão do estado responsável pelo setor de transportes no que concernia à construção de estradas. Além disso, possivelmente, foram ponderados a trajetória de uma cidade como Feira de Santana, que estava em crescimento e se afirmava regionalmente em relação às demais, e os prováveis ganhos adquiridos a partir de tal empreendimento. A probabilidade de melhorar a ligação com a capital era desta forma de muita valia para os feirenses e para as cidades da circunvizinhança, oferecendo a perspectiva de circulação dos produtos locais com mais rapidez e segurança, mesmo nas condições de limitação orçamentária vigentes na época.[159]

Paralelo a esse olhar lançado, no estudo dos rodoviários, sobre a posição geográfica da cidade e sobre a estrada, identificou-se uma determinada perspectiva de valorização dos projetos rodoviários baianos. Estes encarnavam a missão de levar aos lugares mais isolados as possibilidades de "modernização"; uma realidade palpável em sociedades "civilizadas", segundo a perspectiva defendida pelo engenheiro civil Mário Tarquínio. Infelizmente, ele não vai além da referência às ditas "nações civilizadas", não sendo possível apreender de que povos se tratavam. É bem possível que considerasse os Estados Unidos e os países europeus como um modelo a ser

[159] Um estudo feito sobre o crescimento econômico da Bahia, ao mencionar a construção de rodovias, cita a dispersão de verbas com a construção de ramais interligando as regiões do interior e alguns erros nas concepções técnicas como entraves para o desenvolvimento do sistema rodoviário do estado e a conclusão das obras das estradas Bahia-Feira e Ilhéus-Itabuna. CAPES. *Estudos de desenvolvimento regional (Bahia).* Série: Levantamentos e análises, volume 5, p. 76. Data indeterminada. Disponível no deptº. de Estudos Baianos na biblioteca Central da Bahia.

seguido, já que valorizava elementos encontrados em estados mais urbanizados e industrializados. Nesta expectativa de tornar a realidade baiana próxima das "nações civilizadas", Mário Tarquínio afirmou, em sua monografia datada de 1934, que, na década anterior, a Bahia teria "[despertado] do torpor em que se achava imersa", ao construir sua rede rodoviária na impossibilidade de implantar "as grandes artérias de aço". Nas palavras de Mário Tarquínio, a extensão do território baiano,

> o acidentado de sua topografia; sua precária situação financeira; a imprevidência de suas administrações impediram e retardaram a construção de suas ferrovias de penetração e da rede rodoviária auxiliar, aparelho circulatório que vai levar ao mais longínquo sertão o oxigênio da civilização e de lá transportar os produtos que alimentam a economia geral.
> Não se convenceram os homens públicos da Bahia, de que a rotina, a falta ou insuficiência dos meios de locomoção, ocasionaram fatalmente a estagnação do surto civilizador, mantendo os povos isolados, num verdadeiro estado de semi-barbaria.
> Até 1924, o automóvel, fator preponderante de progresso, era olhado, em quase todo o interior do Estado, quando raríssimas vezes aparecia, como objeto de curiosidade pública, acostumadas as populações aos primitivos carros de bois e tropas de animais, únicos elementos de transportes conhecidos, a não ser os trens de raros caminhos de ferro.[160]

Neste trecho, Mário Tarquínio inicia uma análise dos elementos que teriam adiado a construção das rodovias baianas e impedindo a ampliação de sua rede ferroviária de maneira eficiente. Desse modo, são mencionados primeiramente fatores de ordem geográfica como a grande extensão territorial da Bahia e o relevo acidentado, os quais dificultavam a construção de vias que fizessem circular pessoas e mercadorias e auxiliassem na integração e comunicação entre capital e interior. Muitas vezes, por falta de recursos e devido às concepções técnicas e aos interesses políticos da época, estes problemas de ordem geográfica poderiam se tornar sérios empecilhos. Dois exemplos disso foram a inclusão, no traçado da Bahia-Feira, de boa parte do trajeto da Estrada das Boiadas e a ausência de estudos prévios de topografia. Tais medidas

[160]TARQUINIO, "Vias de comunicação", p. 309 e 310.

trouxeram como conseqüência a extensão do percurso da BA 01, imposta pela necessidade de contornar os aclives e os declives do antigo caminho de tropas. Paralelo a estes fatos, houve um aumento dos custos com a sua manutenção, já que as condições dos solos de alguns trechos não eram boas.[161]

A falta de prioridade dada pelos governantes baianos à construção de vias de deslocamento na Bahia até a década de 1930 é outro aspecto abordado e criticado pelo engenheiro Mário Tarquínio. Segundo Tarquínio, esta atitude teria contribuído para o "retardamento" da chegada do "progresso" no estado, deixando as cidades do interior numa condição de selvageria, atraso, ou simplesmente "barbaria". A ausência de estradas conduziria ainda os baianos a uma realidade de estagnação, caracterizada, em seu texto, pela presença marcante, na década de 1920, de elementos do cotidiano rural e de uma economia peculiar. Na paisagem baiana distante da capital, a realidade apresentada através das figuras dos carros e das tropas de bois conduzidos por vaqueiros, deveria ser superada diante das futuras possibilidades de transporte oferecidas com o incremento do automóvel. Aqui, o dia-a-dia do interior baiano, ou melhor, do "sertão" narrado por Tarquínio apresentava-se em estado de "torpor" diante do "surto" ou "marcha" civilizadora, pois os governos anteriores não haviam percebido o lugar essencial destas passagens na economia e na integração das diferentes regiões do estado.

Diante disso, as estradas exerceriam a função de levar ao interior da Bahia os ideais que circulavam na capital e em boa parte do Brasil, como o desejo de tornar-se um espaço "civilizado" e "moderno". Aliada a este papel, havia a incumbência de fazer escoar a produção econômica interiorana em direção à capital. Civilizar-se significava, na concepção de Tarquínio, construir estradas, diante da ausência de recursos para a instalação das vias ferroviárias. Ao

[161] Há uma discussão sobre a técnica utilizada na construção da estrada BA 01 em COSTA, *Estradas de rodagem*, p. 22-25.

implantar o sistema rodoviário, o estado da Bahia viabilizaria sua própria modernização, proporcionando rodagem daquele que agregaria talvez as expectativas mais progressistas da época: o automóvel. Dito de outro modo, uma perspectiva diferenciada de sociedade se delineava, tentando superar indícios de um modo de vida rural predominante na grande maioria dos municípios baianos. Ao indicar o automóvel como "fator preponderante de progresso", valorizava-se, através da construção de estradas, uma sociedade mais urbanizada e associada ao crescimento industrial.

Uma visão semelhante à de Mário Tarquínio, no que se refere ao papel dessas vias, pode ser observada na comunicação apresentada pelo engenheiro civil José Américo da Costa no Terceiro Congresso Nacional de Estradas de Rodagens, ocorrido em 1924. O texto inicia-se com um longo relato sobre a importância dos transportes e das estradas na comunicação humana, havendo uma ressalva quanto ao propósito do autor de discutir as obras rodoviárias na Bahia sob o ponto de vista técnico. Quando muito, José Américo da Costa se propõe a fazer alguns comentários, considerando apenas a falta de verbas e distanciando-se da avaliação de problemas de ordem "moral ou política".[162] A postura do autor diferencia-se, desta forma, da posição tomada anos mais tarde por Mário Tarquínio. Este atribui o adiamento das obras rodoviárias no estado à ausência de interesse de seus governantes, ainda que não os mencione diretamente, ou à suas faltas de perspectivas em relação aos benefícios que poderiam ser alcançados. De qualquer forma, deve-se considerar que Tarquínio não estava representando o governo do estado em um congresso nacional, e sim mostrava resultados de seus estudos sobre as estradas baianas em uma monografia, tendo mais abertura para analisar a realidade por ele enfocada. Contrariamente, José Américo da Costa, no início de sua comunicação, quase que se desculpa pelo tamanho reduzido

[162] Ibid., p. 14.

da quilometragem de estradas na Bahia, salientando que, na conjuntura em que escrevia, começava a haver certa preocupação por parte da administração pública baiana no que tangia à execução do seu sistema rodoviário:

> Assim o constrangimento que ora nos tolhe, nos não combalirá em oportunidades vindouras. Que se não confira à nossa conta a responsabilidade dos descuidos que nos ferem, mas sim a fortuna que retardou em nos aquinhoar com os momentos auspiciosos, em que, agora, sobrestamos.[163]

Para José Américo da Costa, a falta de comunicação entre as sociedades era uma condição de primitivismo. Ao contrário disso, implantar estradas se constituía uma motivação constante nos "países adiantados"; empreitada esta que deveria considerar as mudanças processadas nos veículos fabricados na ocasião. O reverso desta prática era interpretado por Costa como um contra-senso "às leis naturais da evolução"; uma perspectiva bastante parecida com a do outro engenheiro, Mário Tarquínio.[164] Em sua análise, José Costa utiliza fotografias de alguns trechos associados a estradas baianas. A princípio, a escolha das imagens parece ter sido aleatória a julgar pela variedade de temas nelas abordados: plantios às margens da estrada BA 01; as cidades de Alagoinhas e de Camaçari em dias de feira; caminhões conduzindo pessoas, nas proximidades do Limoeiro, para a feira-livre, ou vindos de Berimbau e Humildes; tropas de boiadas; povoados atravessados pela estrada Bahia-Feira, a exemplo de Berimbau, Lapa e Humildes; segmentos variados, como os de Pirajá, de Cururipe, de Valéria, da bifurcação que dava acesso a Aratu, de Camaçari e da saída de Dendezeiros e a ponte sobre o rio Joanes.

Ao ponderar que, em conjunto, essas imagens estavam inseridas em um documento produzido por um representante do estado baiano a fim de discutir um tema de grande relevância

[163] Ibid., p. 16.
[164] Ibid., p. 10.

para a sociedade em um fórum nacional, torna-se necessário analisá-las com mais atenção. De maneira geral, as fotografias estão distribuídas como ilustração, não havendo qualquer proposta de análise ou tentativa de associá-las ao que José Américo da Costa está afirmando no texto. Entretanto, em sua totalidade, observa-se que as figuras, ainda que não relacionadas diretamente ao corpo da comunicação, reforçam a idéia de que as estradas eram essenciais para o desenvolvimento da economia baiana e para uma mudança nas formas de vida de sua população. Sendo assim, foram separadas, duas delas que representam diferentes possibilidades de vida no cotidiano experimentado ao longo do trajeto da estrada BA 01. A reprodução das fotografias do texto de José Américo da Costa tem por objetivo compreender como foram utilizadas em sua comunicação e com que finalidade. Mais especificamente, busca-se, através do cruzamento das fotografias com as idéias defendidas pelo autor, entender que tipo de concepção de realidade ele deseja fixar em seu texto. Desse modo, na imagem abaixo, tem-se a primeira cena, rica em detalhes, ao focalizar um boiadeiro, que conduz seus animais por um trecho de estrada.

Fotografia 3. Tropas e boiadas na BA 01[165]

Ao que parece, o segmento de estrada retratado era próprio para o tráfego dos rebanhos bovinos, ou melhor, se poderia dizer que este fora substituído por outro em melhores condições para a passagem de automóveis, restando-lhe a função secular do caminho de tropas. Deste modo, na legenda apresentada na obra de José Américo da Costa, observa-se: "trecho antigo (...) trafegado por boiadas e tropas". O vaqueiro traja roupas simples, parecendo não levar nada consigo, com exceção de uma espécie de "guarda-sol", utilizado para se proteger. Possivelmente, não se trata aqui de uma tropa destinada a fazer grandes viagens, com destino aos abatedouros de Salvador, e sim de uma pequena boiada que se desloca na própria localidade de origem, tomando este fragmento da estrada por caminho. Analisada em conjunto, uma paisagem rústica se interpõe: estrada de chão, percorrida por um vaqueiro e seu rebanho. Ao redor, observa-se a mata fechada, de onde se pode ver uma cabana de palha.

[165] Fotografia extraída de COSTA, *Estradas de rodagem*, p. 17.

Relacionada a essa imagem, José Américo da Costa afirma, que ainda era pequena a quilometragem de estradas na Bahia, logo após ter feito referências à falta de verbas e ter mencionado uma mudança na postura da administração pública no que se refere à construção de vias de comunicação. Costa fala com entusiasmo da perspectiva animadora sobre as estradas, na época em que escreve. Segundo ele, as autoridades públicas baianas começavam a traçar estratégias para efetivar o seu sistema rodoviário, encontrando-se num estado de empolgação ou de “agitação feliz” frente às possibilidades “modernizadoras” que se apresentavam. José Costa afirma ainda que, tal “agitação” e as perspectivas a ela relacionadas conduziriam as obras do setor "a um resultado necessariamente profícuo" na administração pública do estado.[166]

Considerando outra fotografia, ao contrário do que se apresenta na primeira, a imagem evidencia um cenário bastante próximo das expectativas narradas por José Américo da Costa.

[166] Ibid., p. 13-17.

Fotografia 04. Caminhão com passageiros no trecho do Limoeiro[167]

Em relação à imagem anterior, vários elementos aqui se diferem do cenário rústico, no qual o vaqueiro caminha com sua boiada por uma estrada de chão. A via ora em apreço é pavimentada e percorrida por um automóvel de passeio e dois caminhões que conduzem passageiros ao centro da cidade de Feira de Santana. A cena se passa provavelmente na década de 1920, a julgar pela data da produção do texto de José Costa, em outra localidade, conhecida como Limoeiro; na época apenas um povoado. Como pano de fundo, tem-se algumas árvores e casas nas proximidades da estrada, e não mais a mata fechada e a cabana de palha. Saliente-se que, José Américo da Costa escolheu uma fotografia que evidenciasse a função de entroncamento rodoviário da cidade e a importância da estrada de rodagem na ligação entre Feira de Santana e a capital, possibilitando a circulação de veículos oriundos de povoações adjacentes em direção à

[167] Fotografia extraída de COSTA, *Estradas de rodagem*, p. 14.

sua tradicional feira livre. Além disso, é interessante, notar as vestimentas das pessoas que se apresentam na fotografia: homens trajando paletós e chapéus, segundo o costume da época, arrumados para realizar negócios e compras no centro comercial feirense.

Relacionando-se a fotografia do segmento da estrada nas proximidades do Limoeiro às informações do texto de José Américo da Costa, retoma-se novamente a concepção de progresso defendida pelo autor. Sendo assim, tal imagem é contraposta sutilmente à fotografia do vaqueiro conduzindo sua boiada, realidade considerada com sinônimo de "primitivismo", que deveria ser superada. Encontra-se neste caso, uma associação entre cotidiano rural e "atraso". Seguindo a perspectiva defendida por Costa, características dos modos de vida dos camponeses, em breve, seriam suplantadas, devido à capacidade transformadora das rodovias construídas num clima de grande entusiasmo na administração pública no pós anos 20. O estado da Bahia não teria mais porque se envergonhar ou pedir desculpas pela quantidade de estradas construídas. Isto porque, a Bahia logo alcançaria um determinado patamar de "progresso".

Dessa maneira, o ideal de progresso pode ser observado tanto na comunicação de José Costa, quanto na monografia de Mário Tarquínio. No entanto, a despeito desta perspectiva, há uma observação válida em suas análises ao falarem da necessidade da construção de estradas como meio de locomoção de pessoas e de escoamento de mercadorias. Existia realmente a necessidade de planejar e construir vias de comunicação no estado e, neste contexto, Feira de Santana foi se tornando, ao longo da primeira metade do século XX, um importante entroncamento rodoviário não só da Bahia, mas possibilitando a interligação entre Norte, Nordeste e Sudeste do país.

Feira de Santana e os seus muitos caminhos

Antes da implantação da estrada BA 01, a cidade de Feira de Santana interligava-se com a capital baiana por meio da Estrada das Boiadas, construída no período entre 1847 e 1859. Além da ligação com Salvador, outras estradas foram abertas durante o Império brasileiro, possibilitando o acesso a Tucano, em 1880, a Monte Alegre, em 1860 e a Camisão no ano seguinte. Também em 1860, já havia sido concluída a etapa de ligação entre Feira de Santana e Jacobina, para a construção da estrada que daria acesso a Chique-Chique. Quase um século depois, em 1933, os feirenses podiam se deslocar para uma variedade de municípios e regiões vizinhos a partir das estradas estaduais carroçáveis: Ipirá a Almas (71,5 Km), São Gonçalo a Humildes (17 Km), considerada como estrada de segunda classe, Feira a Riachão do Jacuípe (96 Km), Almas a Chapada (9 Km), Bonfim de Feira a Fazenda Tapera, em Feira de Santana (16 Km), Cachoeira a Feira (47 Km), Feira a Almas (42 Km), Irará a Feira (54 Km), Pedrão, possuindo entroncamento na estrada Irará a Feira (54 Km), Santa Bárbara, tendo entroncamento na estrada Feira a Candeal. Esta última via estava em andamento no ano de 1933.[168] Graças a tais estradas, a cidade de Feira de Santana reunia uma significativa quantidade de pessoas em busca de sua tradicional feira livre, assim como servia de passagem aos viajantes vindos de outras cidades do interior com destino à capital baiana ou a outros estados.[169]

A função de entroncamento rodoviário assumida pelo município ao longo da primeira metade do século XX trazia não só benefícios para sua população, mas também inseria no cotidiano feirense um problema difícil de ser confrontado, a saber, os acidentes de trânsito na estrada Bahia-Feira. Os desastres envolviam geralmente caminhões em alta velocidade. Alguns

[168] Há uma descrição sobre as estradas implantadas na Bahia até o ano de 1933 na monografia de Mário Tarquínio. TARQUÍNIO, "Vias de comunicação", p. 457-459, 471-481.
[169] Para uma melhor visualização da capacidade agregadora de Feira de Santana, ver o mapa rodoviário da Bahia no anexo I, p. 179.

jornais baianos como o *Folha do Norte*, de Feira de Santana, o *Diário da Bahia* e o *A Tarde* noticiavam continuamente sua ocorrência durante os primeiros anos da reconstrução da estrada BA 01.[170] Dessas reportagens, será enfocada uma apresentada pelo jornal *Diário da Bahia*, relatando o trágico acidente ocorrido em 06 de dezembro de 1951, no qual um caminhão em alta velocidade chocou-se com outro quebrado à beira da estrada.[171] Aqui é importante destacar que as vítimas do acidente eram três ajudantes do caminhão que estava em movimento, moradores do povoado de Humildes com faixa etária compreendida entre 20 e 25 anos. Pelos nomes e pelas informações da própria notícia não foi possível saber se se tratavam de camponeses ou de filhos destes. Apenas, observou-se que era relativamente expressivo o número de acidentes associados a pessoas que moravam na região de Humildes. O jornal atribui as causas do acidente à imprudência do motorista, o qual havia excedido o limite de velocidade, fugindo logo em seguida, sem prestar socorro às vítimas.

Três anos antes, em outro acidente de caminhão ocorrido no povoado Limoeiro, o motorista também fugiu deixando os feridos sem assistência.[172] Dessa vez, não houve mortes. O fato ocorreu no dia 02 de maio de 1948, quando um caminhão, conduzindo carga e passageiros, tentou desviar de outro que seguia a sua frente, à distância de 15 metros, e parou sem avisar. Em seguida, o condutor do veículo traseiro desviou pela contramão, tentando evitar o confronto. Entretanto, a manobra falhou, pois o mesmo caminhão acabou batendo em um carro de passeio, que trafegava em sentido contrário. Feriram-se no incidente, os passageiros Celso Dias Ribeiro de

---

[170] Sobre os acidentes de trânsito nessa estrada por volta dos anos 50, ver: "Derrapou o caminhão no quilômetro 14 da estrada Bahia-Feira". In: jornal *Diário da Bahia*, Ano 95, 06/12/1951, p. 06; "Atropelamento no Km 24 da Bahia-Feira". In: jornal *Diário da Bahia*, Ano 95, 08/12/1951, p. 06; "Espetacular desastre no Km 02 da estrada Bahia-Feira". In: jornal *Diário da Bahia*, Ano 95, 13/12/1951, p. 08; "Desastre fatal na estrada de rodagem". In: jornal *A Tarde*, nº. 230, 12/01/1950, p. 02; "Desastre de caminhão na estrada de rodagem". In: jornal *A Tarde*, Ano 36, 22/01/1948, p. 02.

[171] "Derrapou o caminhão", *Diário da Bahia*, p. 06.

[172] Processo crime Reginaldo Ferreira, 03/05/1948. Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC): Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Núcleo Fórum Desembargador Felinto Bastos (NFDFB), E 03, CX 82, DOC 1567.

34 anos, “lavrador”, residente no povoado Limoeiro e Lúcia Ferreira de Cerqueira de 36 anos, “doméstica” e moradora de São Carlos, nas proximidades de Santo Amaro da Purificação, além de Deusdeth Ferraz de 29 anos, comerciante do distrito de Humildes e proprietário do veículo de passeio atingido pelo caminhão. O motorista foragido, Reginaldo Ferreira, era originário de Tanque Senzala, povoado às margens da estrada Bahia-Feira, nas adjacências do distrito de Humildes e da cidade de Oliveira dos Campinhos. Os laudos de exames corporais das três primeiras pessoas registraram a ocorrência de ferimentos graves. Juntamente com Celso Ribeiro e Lúcia Cerqueira, viajavam no veículo mais duas crianças e os dois lavradores do distrito de Humildes, Antônio Brandão de Souza de 36 anos e Francisco Alves de Assis de 39 anos. Ambos testemunharam na delegacia de polícia de Feira de Santana, contando detalhes do acidente ocorrido em um dia de segunda-feira, quando o movimento na estrada BA 01 aumentava por causa do grande número de veículos que se destinavam ou vinham da feira livre, no centro da cidade. Sobre este fato, é interessante analisar o relatório da perícia realizada para averiguação das causas do acidente, produzido pelo delegado de polícia de Feira de Santana, Durval Tavares Carvalho.

> Feira de Santana é uma cidade rodoviária por excelência. Entroncamento rodoviário dos mais importantes do país constitui um ponto convergente natural de todos aqueles que, do norte, demandam ao sul, e vice-versa, ou do interior, buscam o litoral do estado, pelas suas cidades ribeirinhas e portos de natural escoadouro dos produtos do sertão.
> Por isso mesmo, é cada vez mais intenso o seu tráfego rodoviário, calculando-se em cerca de quinhentos o número de caminhões que rodam pela cidade, no dia de sua tradicional feira. E este tráfego tende a se avolumar dia a dia, chegando às cifras extraordinárias quando forem inauguradas as estradas Rio-Bahia e BA 02 – e construída a projetada rodovia asfaltada Feira-Bahia, de leito duplo e quase toda em retas.
> Com o progresso rodoviário e a intensidade do tráfego, cresce dia a dia o número de acidentes de veículos, de causas diversas, sendo a principal a imprudência dos motoristas irresponsáveis que põem em jogo não só o material alheio, como a sua

> própria vida e a dos que têm a infelicidade de confiar na habilidade profissional dos mesmos.[173]

Em seu relatório, o delegado Durval Carvalho relacionou o problema dos acidentes de trânsito ocorridos na estrada Bahia-Feira, em finais da década de 1940, à sua capacidade de confluência de veículos oriundos de outros municípios em dias de feira livre; o que, de certo modo, associa-se ao que foi dito nos depoimentos das testemunhas do acidente. Segundo o mesmo delegado, a situação poderia se agravar ainda mais com o fim das obras que possibilitariam a melhoria dos contatos com a região sudeste do país, através da rodovia federal Rio-Bahia, e com a região produtora de cacau na parte sul da costa do estado, por intermédio da estrada BA 02. A conclusão destas obras e a reorientação do trajeto da Bahia-Feira possibilitariam o aumento da quantidade de carros que circulavam em Feira de Santana e também o perigo de acidentes. Saliente-se que esta via já era bastante movimentada no início da semana, quando nela circulavam cerca de quinhentos veículos rumo ao centro da cidade.

O resultado das investigações a que chega o perito da polícia atribui ao motorista Reginaldo Ferreira a culpa pelo acidente nas proximidades do povoado Limoeiro. A conclusão, segundo o delegado Durval Tavares Carvalho, embasou-se nos depoimentos das pessoas envolvidas no fato e também nas investigações realizadas e fotografias retiradas do local da colisão dos veículos, como a que se segue.

[173] CEDOC: UEFS, NFDFB, E 03, CX 82, DOC 1567, p. 25.

Fotografia 05. Acidente de trânsito no povoado Limoeiro em 1948[174]

Terminado o relatório, o perito conclui ter havido "imprudência" do motorista, ao viajar em alta velocidade a uma distância pequena do caminhão à sua frente, invadindo a faixa de sentido contrário da estrada e atingindo o carro do comerciante Deusdeth Ferraz. Como resultado da "imprevidência" do motorista, o laudo relata também que Reginaldo Ferreira colocou em risco a sua vida e a de outras pessoas. Todavia, como o motorista fugiu ao flagrante, não se apresentou à polícia e nem foi encontrado para receber as intimações a ele destinadas, sua culpa foi prescrita e o processo foi arquivado em 31 de dezembro de 1955. Por outro lado, ainda que tenha dirigido em alta velocidade e de maneira imprudente, não se pode desconsiderar a condição da estrada em que trafegava o motorista Reginaldo Ferreira.

Pela fotografia, nota-se que o trecho em questão da BA 01 era estreito para uma via de mão dupla – uma peculiaridade relatada no processo crime – e seguia paralelamente à estrada destinada à passagem das boiadas. Esta proximidade entre as duas vias causou outro acidente, no qual foi atropelado, por um caminhão, um vaqueiro que conduzia seu rebanho. Este caso, assim como o do processo de Reginaldo Ferreira, não chegou ao julgamento do autor do acidente,

[174] Fotografia 03 do relatório da perícia do PC Reginaldo Ferreira In: CEDOC: UEFS, NFDFB, E 03, CX 82, DOC 1567.

culminando na prescrição de sua culpa.[175] Observe-se ainda, na imagem da estrada com os veículos, certa irregularidade na conservação da mesma, pois há trechos onde faltam pedaços das laterais. Possivelmente, a contínua passagem de animais e a ação das chuvas tenham danificado este ou aquele fragmento da via não asfaltada, carente de manutenção regular e apropriada para a realidade em que se inseria. Assim, eram constantes, nos relatórios dos engenheiros responsáveis pela manutenção da Bahia-Feira, menções às más condições em que se encontrava esta via e os pedidos ao governo do estado de envio de máquinas e de equipamentos, a fim de cumprir seu papel na conservação.[176]

Outro elemento da fotografia 05 a ser analisado é a presença dos passageiros ao lado do caminhão causador do desastre, alguns deles camponeses. No relatório da perícia realizada nas proximidades do Limoeiro, há uma alusão ao uso do veículo no transporte de pessoas e de cargas. Sendo assim, estes trabalhadores e seus pertences, em geral, compunham o alvo dos incidentes. Dois anos mais tarde, diferentemente da avaliação feita pelo perito da polícia de Feira de Santana em 1948, a qual apontou a imprudência dos motoristas como causas dos acidentes envolvendo caminhões, o periódico *O Momento* pondera a responsabilidade dos governantes.

> Proibido o transporte de passageiros por caminhões
>
> O diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagens acaba de determinar que, nas estradas federais e naquelas que lhes dão acesso, não poderá ser feito o transporte de passageiros por caminhões. Essa medida é, especialmente no caso da Bahia, de evidente absurdo e não pode de forma alguma, ser acatada por quem quer que seja. (...) Proibindo o transporte por caminhões, o governo não enseja qualquer outro meio de locomoção, sabido é que não possuímos na Bahia parque ferroviário capaz de, sozinho, suportar o peso daqueles que procuram e necessitam transporte.
> 8 ou 80

[175] Processo crime de Antônio Alexandrino Boaventura, 26/12/1949. CEDOC: UEFS, NFDFB, E 01, CX 16, DOC 294.

[176] Sobre este fato, ver, na Seção Republicana do APEB, (1) "Relatório da conservação da Bahia-Feira". DOC 197, CX 2391, MAÇO 192; (2) "Relatório do DER". DOC 817, CX 2392, MAÇO 194; e (3) "Relatório da estrada de rodagem da Capital à Feira de Santana". DOC 668, CX 2387, MAÇO 183.

> Efetivamente, e por culpa do próprio governo, são muitos os desastres verificados nas estradas devido à velocidade com que trafegam os caminhões, à conservação em que se acham os veículos, e, sobretudo, à buraqueira das estradas abandonadas à sua própria sorte. Não será, porém, a proibição do DNER que determinará um menor número de desastres. Isto somente terá lugar quando as estradas forem bem cuidadas, a fiscalização sobre os veículos for uma realidade, enfim quando for atirada fora a irresponsabilidade dos governantes.[177]

O jornal *O Momento* apresentava uma clara posição de crítica aos governantes brasileiros em grande parte do período aqui analisado, de 1948 a 1960, sendo visivelmente ligado aos ideais defendidos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em outras ocasiões, o periódico denunciava a alta dos preços dos alimentos, noticiava manifestações de trabalhadores em defesa de seus direitos, além dos maus-tratos por eles sofridos. Dessa maneira, o jornal *O Momento* criticava continuamente as políticas adotadas pelas autoridades públicas do Brasil, e, em especial, pelas da Bahia; muitas vezes se opondo às determinações por elas estabelecidas e incitando a sua desobediência: "Essa medida é, especialmente no caso da Bahia, de evidente absurdo e não pode de forma alguma, ser acatada por quem quer que seja".

Em se tratando do caso específico da notícia aqui avaliada, o jornal qualificou a posição do Departamento Nacional de Estradas de Rodagens (DNER) como uma "irresponsabilidade dos governantes", considerando que não foi apontada qualquer alternativa de transporte para a população baiana do interior do estado, dependente quase que exclusivamente dos caminhões para se locomover. Ressalte-se que, mesmo tratando-se de um periódico com uma orientação política e partidária diferenciada das pessoas encarregadas da administração pública da época, a reportagem não desconsiderou outros fatores vinculados ao problema dos desastres de trânsito, tais como: a imprudência dos motoristas e as más condições dos veículos. Ainda assim, ao mencionar estes fatores, o jornal O Momento enfatiza o papel das autoridades públicas em criar

[177] "Proibido o transporte", *O Momento*, p. 02.

estratégias para fiscalizar as estradas, coibindo os maus procedimentos dos motoristas. Desse modo, a notícia aponta para as falhas existentes na determinação do órgão nacional competente para gerir a esfera dos transportes, ressaltando problemas que já haviam sido apontados por representantes do próprio setor, como o engenheiro Mário Tarquínio em sua monografia.

Contudo, os acidentes continuavam ocorrendo apesar da proibição. É exemplo disto a tragédia considerada anteriormente neste estudo e noticiada pelo jornal *Diário da Bahia*, em dezembro de 1951, quando dois caminhões bateram, provocando a morte de um dos três ajudantes que viajavam no veículo em movimento.[178] A reportagem não trata de passageiros utilizando um caminhão como meio de transporte. Observa-se, no entanto, a permanência dos desastres na Bahia-Feira, face às más condições de trabalho e de segurança dos ajudantes, responsáveis pelo carregamento de mercadorias conduzidas por estes veículos. Aqui, é possível estabelecer uma relação da notícia com a fotografia utilizada na comunicação do engenheiro José Américo da Costa, retratando a passagem de caminhões no povoado Limoeiro, carregados de passageiros para o centro da cidade em dias de feira livre.[179] Tal imagem dá uma idéia das condições precárias de segurança a que estava submetia a população baiana. A permanência de episódios deste tipo na realidade feirense pode ser explicada em parte pela brecha da medida do DNER, ao proibir o transporte de passageiros por caminhões, não oferecendo outras possibilidades de locomoção, como foi apontado pela reportagem do jornal O Momento.

Como saída para este problema, alguns jornais baianos exaltavam a iniciativa dos governos estadual e federal em reconstruir a estrada Bahia-Feira, salientando as possibilidades econômicas e políticas propiciadas com este empreendimento; um processo nem sempre

[178] "Derrapou o caminhão", *Diário da Bahia*, p. 06.
[179] A fotografia 04 pode ser vista na página 127 deste capítulo.

vivenciado com tranqüilidade entre os proprietários das terras desapropriadas para a implantação desta via.

A "nova" Bahia-Feira

As obras de redefinição do traçado da estrada BA 01 foram iniciadas com grande pompa em Feira de Santana, com a presença do chefe do gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas e de outras autoridades locais. Assim, a cerimônia de inauguração das obras composta por carreata, banda de música, discursos e banquete, foi narrada em detalhes e com entusiasmo pelo jornal feirense *Folha do Norte*, na edição de 27 de novembro de 1948.

> Iniciada a construção da nova rodovia Bahia-Feira. Um grande dia para a Feira de Santana.
>
> A presença na Bahia do General Eurico Gaspar Dutra, benemérito presidente da República, foi assinalada, entre outros fatores de marcante projeção, pelo início dos trabalhos da nova e moderna rodovia Bahia-Feira. (...) Servido um *cock tail*, após os cumprimentos e apresentações do estilo, rumaram todos, em vultoso curso de automóveis, para o local da futura Praça Rodoviária, onde já se achava a banda musical da Sociedade 25 de Março, centralizando compacta massa popular.
> Dada uma salva de tiros, foi hasteado o pavilhão nacional e, após os discursos oficiais, as máquinas do Departamento entraram logo em atividade, num empolgante espetáculo, iniciando-se aqui, assim, a abertura, da que, por bela sugestão do engenheiro Vasco Filho, será chamada Via Garcia d'Ávila, em homenagem ao legendário desbravador dos sertões baianos. (...) O Sr. Pantaleão Morais agradeceu, comovidamente, a significativa homenagem e ressaltou o que representava para a economia feirense a obra iniciada graças à boa vontade e conjugação de esforços dos governos estadual e federal. (...) Durante a inauguração dos trabalhos e almoço foram entusiasticamente ovacionados o presidente Dutra, o governador Mangabeira, o ministro Clóvis Pestana e os engenheiros Saturnino Braga e Vasco Filho.[180]

[180] "Iniciada a construção da nova rodovia Bahia-Feira". In: *Folha do Norte*, Ano 39, nº. 2055, 02/11/1948, página principal.

O fragmento do jornal sugere que a vinda do presidente da república à Bahia em ocasião anterior contribuiu para acelerar a construção da "nova" e "moderna" estrada BA 01. Saliente-se que o empreendimento era tido pela redação do jornal como fruto da "boa vontade" e da junção de "esforços" do governo do estado e da União, em vez de uma obra estratégica e de interesse público, planejada por pessoas eleitas para representar os interesses da sociedade local. Além disso, a implantação da via em apreço, de grande valor para a população baiana, merecia uma nomenclatura que ressaltasse sua importância: "Via Garcia d'Ávila. Nesta perspectiva, o nome sugerido pelo engenheiro Vasco Filho é realçado, na notícia, pela expressão "desbravador dos sertões", ou seja, aquele que explorou, amansou, tornou culto ou civilizado. Aproximando-se a função a ser desempenhada pela futura Bahia-Feira à trajetória de Garcia d'Ávila, a narrativa insinua que a estrada abriria espaço para a chegada da "civilização" no interior, modificando seus modos de vida. Retoma-se, de certo modo, a idéia defendida pelos engenheiros civis contemporâneos do governo responsável pela implantação do primeiro traçado da BA 01, José Américo da Costa e Mário Tarquínio.[181] Visto de tal forma, o começo dos trabalhos de construção de um novo traçado para a antiga estrada era percebido como um "empolgante espetáculo" proporcionado conjuntamente pelo presidente Dutra, pelo governador Octávio Mangabeira, pelo Ministro da Viação e pelos engenheiros Saturnino Braga e Vasco Filho.

É importante destacar que a conjuntura de redefinição da Bahia-Feira assinalava, de fato, a reunião de verbas estaduais e federais, assim como a tentativa de melhor estruturar as

[181] Essa associação entre os trabalhados desenvolvidos na exploração de regiões desabitadas ou pouco habitadas pelo interior do país com a construção de estradas foi também utilizada, anos mais tarde, por Juscelino Kubitschek em um discurso durante a inauguração da rodovia Rio-Belo Horizonte, em 1956. Assim também, a construção da rodovia Belém-Brasília era por ele justificada pela possibilidade de integrar o território nacional e por sua suposta capacidade de viabilizar a civilização daquele trecho. Conforme: LIMONCIC, Flávio. *A civilização do automóvel: a instalação da indústria automobilística no Brasil e a via brasileira para uma improvável modernidade fordista (1956-1961)*. Rio de Janeiro, 1997, p. 131-132. Tese de doutorado xerocopiada. Uma discussão sobre as visões dualistas, isto é, aquelas que se utilizam das oposições: moderno x arcaico, civilizado x incivilizado, rural x industrial "para problematizar" o desenvolvimento econômico brasileiro, pode ser encontrada no capítulo 1 desta obra.

construções de estradas no país e na Bahia, através das ações de seus respectivos órgãos competentes, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagens (DNER) e o Departamento Estadual de Estradas de Rodagens (DERB). O primeiro órgão foi instituído pela Lei Federal nº. 8.463, de 27 de dezembro de 1945, agregando um maior volume de recursos e possuindo autonomia para gerenciar a construção de estradas no Brasil. Assim também, em cumprimento a esta lei, a antiga Diretoria de Estradas de Rodagens, ou DER, foi reformulada, passando a atender as determinações do órgão nacional responsável pelo setor e dando origem ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagens, DER-BA.[182] A parceria técnica e financeira na implementação da BA 01 foi mencionada pelo jornal *A Tarde*, em 24 de janeiro de 1950, ocasião na qual o governador Octávio Mangabeira conseguiu "a inclusão da estrada Bahia-Feira no plano rodoviário nacional, como trecho final da Rio-Bahia". [183] A primeira estrada, parte integrante da rodovia BR 28, ligava-se à estrada que dava acesso à região sudeste do país, a Rio-Bahia, também conhecida como BR 4 na época.

Durante o governo Mangabeira, foram realizadas ainda as obras de construção do Fórum Ruy Barbosa, do Estádio da Fonte Nova, das avenidas Centenário e a que hoje leva seu nome, além do viaduto da Sé. Nascido em Salvador, Octávio Mangabeira se exilara em 1930, quando da subida de Getúlio Vargas ao poder, passando a morar nos Estados Unidos. Ao retornar para o Brasil em 1945, se filiou ao Partido da União Democrática Nacional (UDN), ganhando as eleições para o governo do estado logo depois. Seu mandato corresponde ao período compreendido entre 1947 e 1951, portanto, não concluindo as obras da construção da estrada, inaugurada no ano de seu falecimento, em 1960. A despeito disso, durante a década de 1950, prosseguiu a construção da Bahia-Feira com a conjuntura nacional favorável à feitura de vias de

[182] Sobre o assunto, ver a discussão apresentada por: FRANCO, *DER histórico*, p. 16-18.
[183] "A estrada Bahia-Feira será uma das mais belas do país" In: *A Tarde*, Ano 38, nº. 12912, 24/01/1950, p. 03.

comunicação que facilitassem o escoamento das produções agropecuária e industrial, bem como uma maior integração entre as diversas regiões do país. Neste contexto, o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitscheck (1956-1961) considerava a construção de estradas como uma das estratégias para alcançar o almejado desenvolvimento econômico brasileiro, por meio da expansão industrial e capitalista. Sobre este aspecto da administração de JK, a historiadora Vânia Maria Losada Moreira afirma:

> A "grande meta de integração nacional", composta por Brasília e pelo cruzeiro rodoviário, funcionou, efetivamente, como um passo contundente no processo de integração territorial e do sistema produtivo nacional. Buscava senão romper, pelo menos aliviar um dos mais persistentes pontos de estrangulamento do desenvolvimento rural e urbano, representado pela carência de vias de comunicação que sufocava o crescimento global do país.[184]

Em sua campanha presidencial, JK comprometeu-se a realizar medidas que viabilizassem o desenvolvimento nacional, afirmando que faria o trabalho de cinqüenta anos em cinco. A efetivação de suas promessas de campanha embasou-se em um projeto de governo com 30 objetivos "essencialmente econômicos", o chamado Plano de Metas. Resumidamente, este plano previa melhorias nos setores de energia, alimentação, transporte, indústria de base e educação, visando o crescimento "do processo de industrialização" no país a partir de recursos privados nacionais e internacionais, aplicados na instalação de fábricas e na execução de obras de setores importantes de infra-estrutura, como as rodovias.

No entanto, em uma perspectiva mais pormenorizada e crítica que a de Vânia Moreira, Flávio Limoncic aborda a construção de estradas, em sua tese sobre a expansão da indústria

[184] MOREIRA, Vânia Maria Losada. "Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural" In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 177.

automobilística no Brasil.[185] Segundo Limoncic, boa parte dos países europeus, os Estados Unidos e as nações economicamente ligadas a este último, passaram por um período de reestruturação visando o desenvolvimento econômico no período posterior a Grande Depressão, e principalmente, após a Segunda Grande Guerra. Este período de reestruturação, analisado pelo autor, sob o conceito de regulação do capitalismo, se desenvolveu no Brasil de maneira diferenciada a que foi empreendida nos outros países, reunindo e conciliando os diferentes interesses da classe dominante agrária e industrial e aumentando o fosso entre ela e a grande maioria da população. Isto porque, diferentemente do ocorrido nos Estados europeus e norte-americano, no Brasil de JK, a industrialização estava dissociada de uma série de medidas fundamentais a sua expansão, tais como: a geração de empregos suficientes para a massa trabalhadora, com "plena seguridade social", a "universalização dos direitos", e a garantia de salários dignos.[186]

A partir dos anos 30, duas propostas, que visavam à regulação capitalista, influenciaram variados governos: a defesa da intervenção do Estado na economia formulada por Keynes e o padrão de produção industrial idealizado pelo empresário norte-americano Henry Ford, o qual defendia a incorporação dos ganhos de produtividade das indústrias ou de parte deles aos salários de seus empregados.[187] Para Ford, era impossível a indústria automobilística produzir em grandes quantidades se não houvesse um consumo de massa, isto é, das classes trabalhadoras. Esta perspectiva estava acompanhada de uma série de medidas influenciadas pelas idéias do economista Keynes, as quais visavam, grosso modo, uma melhoria na qualidade de vida dos cidadãos norte-americanos e europeus, através das garantias de saúde, educação, emprego e moradia, assim como, da paulatina "democratização dos direitos sociais". Esta preocupação ficou

[185] LIMONCIC, *A civilização do automóvel*.
[186] Ibid., p. 69.
[187] Ibid., p. 57.

conhecida como o Estado de Bem-Estar Social. Desde então, o princípio liberalista de não intervenção estatal na economia foi abandonado pelos países que desejavam se reconstruir após a II Guerra e a Quebra da Bolsa de Valores de Nova York.

Inserido neste contexto, o Brasil igualmente prejudicado desejava o crescimento econômico, tanto quanto igualar-se as ditas "ricas e modernas nações industrializadas", passando a investir na implantação de indústrias de base no Governo Vargas, até que, no período JK, o alvo era o setor automobilístico. A idéia era substituir a importação de automóveis e conter a saída de divisas, incentivando a nacionalização das indústrias. Para tanto, Juscelino aproveitou-se de um estudo desenvolvimento no Governo Vargas em parceria com os Estados Unidos, identificando os principais pontos de estrangulamento do desenvolvimento industrial, entre eles, a ineficiência de vias de comunicação e transporte.[188] Assim, segundo Limoncic, o Plano de Metas do governo JK previa a construção de estradas que viabilizassem o "sonho da modernidade brasileira": ver circulando, em suas estradas asfaltadas, veículos produzidos pela indústria nacional.

Entretanto, Limoncic aponta as limitações da industrialização do Brasil, já que a produção de veículos de passeio não era destinada a massa da população, concentrando-se no consumo das classes médias, principalmente do sudeste, ao passo que, também não foram viabilizados transportes coletivos (ônibus e trens) que atendessem satisfatoriamente o restante da necessidade de locomoção no país.[189] Mais que o desejo de industrializar-se, para Flávio Limoncic, o que estava em questão era um projeto de modernização, no qual a possibilidade de investimento em um meio de transporte mais econômico do ponto de vista geral e democrático, o ferroviário, foi descartada em função dos interesses em minimizar os custos do Estado, em atrair investimentos

[188] Ibid., p. 88.
[189] Ibid., p. 105-106, 111-116.

estrangeiros e de propiciar a expansão industrial automobilística no país, símbolo de civilização e modernidade.[190]

Diante dessa realidade – e tendo como base os estímulos nacionais e estaduais –, ao longo do tempo, multiplicaram-se as iniciativas de implantação de estradas na Bahia. Tais iniciativas contribuíram mais tarde para realizar parte do ideal de "modernização" vigente, cerca de trinta anos antes, nos textos dos engenheiros Mário Tarquínio e José Américo da Costa. Como resultado deste processo de modificações imprimido pelo incentivo a implantação de rodovias, a reconstrução da Bahia-Feira alterou de forma substancial o cotidiano vivenciado pelos camponeses da região de Humildes, a partir dos anos 50.

Reconstrução e desapropriações

Durante as entrevistas, buscou-se descobrir se houve resistências, entre os camponeses, à implantação do novo traçado da Bahia-Feira ao longo da década de 1950. Sobre isto, Francisco Paulo de Lima e sua companheira, Zenaide, responderam afirmativamente, relacionando uma série de fatos ocorridos na época.

> **Francisco Paulo** – Ah! Isso aí teve demais. Ah! Quase todos. O dono ali, Mané Baio comprou naquele tempo não sei quantas caixas de vela para acender para os santos, para a BR não passar por aqui. A primeira passou por aqui, porque, quando passou de avião marcando, passou por aqui. Depois, a outra passou aí em frente ao terreno de Seu Nilson, pegando o terreno de Godô, nesse riacho no fundo da casa. Passava ali. Ali ia por Pedrão, esse mundo todo. Aí não quiseram. Quando passou a outra por lá em Mané Baio, eu me lembro que ele era compadre de meu pai e disse: "É compadre, vamos fazer um jeito, rezar para essa BR não passar por aqui, porque essa rodagem vai acabar com o terreno da gente. Que a gente cria gado solto e não pode comprar arame, como a gente vai criar esse gado? O doutô já avisou que quando fizer a estrada não pode criar mais gado para não quebrar a beirada da pista". Aí, acendeu a vela. Depois, que ele

[190] LIMONCI, *A civilização do automóvel*, p. 165. Há também uma discussão sobre a preferência pelas rodovias em detrimento das ferrovias no estudo: ZORZO, "Retornando à história", p. 107-114.

> pegou a vender o terreno a todo mundo, que ele ficou rico, foi a maior felicidade dele. Que a terra de Seu Mané Baio ia até cá no Jordão. (...)
> **Zenaide de Lima** – Era a fazenda Pica Pau. Bobô conheceu, eu conheci Mané Baio à vontade.
> **Francisco Paulo** – Cazuzinha pegou quatro fazendas. Esse recebeu do governo. A mãe de Salu recebeu uma casa, onde a esposa de Salu mora.
> **Zenaide de Lima** – Da capotaria Venas.
> **Francisco Paulo** – Mas, a casa é lá para dentro perto da vila Fluminense. Antônio de Escolástica não aceitou. Ficou brigando com o governo. Ainda me lembro como hoje! Quando o governo veio fazer este pagamento, eu trabalhava com Deusdeth Azevedo. Aí, chegou um carro preto e procurou saber quem conhecia as fazendas. Ele me botou dentro do carro. Eu [disse]: D. Laura, me dê licença! Eu saí de Feira de Santana até Amélia Rodrigues dando o nome das fazendas e dos donos. (...) Aí, Antônio de Escolástica não quis receber, perdeu a terra e perdeu o dinheiro. Não recebeu porque ele botou questão com o Estado e não pode, não é? A gente não pode botar questão com o Estado, que o Estado é dono do mundo. É quem governa o Brasil, o presidente. Ele brigou com o governo federal. Ele e uma senhora, a mãe de Cremildo, de Amélia Rodrigues. (...) João Durval foi quem indenizou ela e fez a pista. Quem botou questão perdeu e, quem não botou, o Estado saiu pagando a todo mundo. Uma roça de mandioca. Teve gente mesmo que tinha uma roça de mandioca como daqui lá na pista, desta altura (gesticula). Cazuzinha também tinha uma roça de fumo dos empregados. O trator vinha fechava a roça. Ninguém tinha o direito de pegar nada. Até aqueles carros virem e indenizarem tudo. E quem não quis, fez barulho, só quis vender a roça por uma fortuna, aí o governo tinha que fazer mesmo um esculacho. Mas, os outros fazendeiros por aí? Só de Cazuzinha pegou quatro fazendas, tinha Ladu parece que pegou três fazendas. Esse pessoal todo recebeu.[191]

O depoimento do casal Francisco e Zenaide dá indícios da maneira como se deram parte dos contatos estabelecidos entre os camponeses da região de Humildes e o empreendimento de reconstrução da estrada Bahia-Feira, representado pelas pessoas que trabalharam na realização da obra, como os engenheiros responsáveis. As tarefas foram iniciadas por volta de 1946, segundo alguns depoentes, época marcada em suas memórias pelo "fim da Grande Guerra" no ano anterior. Seguramente, os trabalhos de topografia e de escolha do traçado da via começaram bem antes do episódio da cerimônia de inauguração das obras narrado pelo *Folha do Norte*, em novembro de 1948, coincidindo aproximadamente com o período apontado pelos trabalhadores locais. O relato inicia-se com uma lembrança dos tempos de menino de Francisco Paulo de Lima,

[191] Francisco Paulo de Lima e Zenaide da Silva Lima. Depoimento citado.

na qual ele recorda ter ouvido uma conversa entre seu pai e um dos fazendeiros locais, Manuel Gaudêncio Pires; também conhecido na região como Mané Baio. Ao narrar o diálogo entre os dois proprietários, Francisco Paulo fala da ausência de perspectivas em relação aos destinos de cada um dos desapropriados, após o início da reconstrução da estrada. Diante desta situação, a alternativa vislumbrada por alguns era, entre outras, o apego a religiosidade; um traço característico dos modos de vida local.

O medo de perder a terra e tudo o que possuíam é evidente no relato de Francisco Paulo. Além disso, o apelo à religiosidade por parte do fazendeiro Manuel Gaudêncio Pires era uma expressão de receio e incerteza de que o novo traçado da estrada modificaria intensamente seu modo de vida e sua perspectiva de sustento. Desde o início, o engenheiro incumbido da obra advertira sobre o risco representado pela passagem dos rebanhos sobre a pista de rolamento: "Que a gente cria gado solto e não pode comprar arame, como a gente vai criar esse gado? O doutô já avisou que, quando fizer a estrada, não pode criar mais gado para não quebrar a beirada da pista". Ainda que pudesse ser ou não verdadeira a orientação dada pelo engenheiro sobre os estragos que o peso das contínuas passagens de gado causaria a via, o risco de acidentes de trânsito envolvendo animais era evidente. Sob esta ótica, a utilização da área correspondente às fazendas no trajeto da BA 01 implicava em uma adequação da realidade local às transformações impostas pelo empreendimento, confinando os rebanhos ao invés de deixá-los pastarem livremente; uma atitude nem sempre possível para os trabalhadores da região de Humildes. Por outro lado, uma fração deles resistiu à possibilidade de ser obrigada a vender suas terras a preços não vantajosos, oferecidos como indenização pelos representantes do Estado.[192] Esta informação

[192] Conforme a narrativa de Godofredo Teixeira dos Santos Filho. Depoimento citado.

de Godofredo dos Santos Filho se opõe a idéia mantida por Francisco Paulo de Lima de que os trabalhadores só queriam vender suas propriedades por valores bastante lucrativos.

A maioria das famílias desapropriadas não foi localizada durante as pesquisas de campo, com exceção de uma delas, a de Manuel Gaudêncio Pires, cujos descendentes ainda moram no local, às margens da atual rodovia BR 324. No entanto, alguns depoimentos, como o de Francisco Paulo, fazem menções vagas aos camponeses que perderam suas terras por resistirem à desocupação. Estes foram os casos de "Antônio de Escolástica" e da "mãe de Cremildo, citados por Francisco Paulo, além de "Ôzinho" e de "Anjo Grande", antigos proprietários das fazendas Caape e Juerana, respectivamente. Suas terras foram cortadas ao meio pela Bahia-Feira. Em resposta à possibilidade de perder seus bens, alguns deles adotaram medidas individuais que beiravam o desespero e a ameaça, como no fato narrado por Godofredo dos Santos Filho: "Teve gente de sair capinando de foice os trabalhadores. Esse povo de João de Servira... O pai dele chamava Anjo, Anjo Grande. Saiu capinado o povo de foice".

Considerando a narrativa de Francisco Paulo, os proprietários que aceitaram o valor oferecido como indenização fizeram, na concepção do depoente, uma escolha mais acertada quando comparados aos que recusaram a oferta. Isto porque, ao final do processo, os que se negaram a sair perderam suas propriedades e não receberam o pagamento de acordo com o valor de suas terras. Os indenizados tiveram até a possibilidade de "enriquecer", ou seja, ter uma condição de vida melhor se confrontada com o dia-a-dia de sobrevivência por meio da atividade agropecuária; ainda que isto não significasse, de fato, a aquisição de fortuna. Diante disto, se faz necessário analisar mais detidamente o relato sobre as desapropriações.

No início das obras, já tendo sido divulgada a notícia do percurso escolhido para a estrada, um carro, certamente oficial, percorre a região, identificando as propriedades e seus

respectivos donos; depois, aceita a oferta, as fazendas eram cercadas até que se procedesse à indenização. Para Francisco Paulo, as atitudes de resistência, mencionadas através das expressões "botou questão com o Estado", "brigou com o governo federal", "só quis vender por uma fortuna", deveriam ser tratadas com medidas drásticas, ofensivas: "tinha que fazer mesmo um esculacho". Neste caso, não se tinha escolhas a fazer: ou aceitava-se a quantia fixada como indenização ou perdia-se a propriedade, isto é, acabava-se recebendo o mesmo valor ou inferior a aquele oferecido inicialmente.

A possibilidade de compreender o processo de desapropriação local não pode ir, infelizmente, muito além da narrativa dos camponeses devido à falta de documentos oficiais para contrapor as informações. O que teria levado Francisco Paulo de Lima a considerar como incorreta a ação dos proprietários da região de Humildes, ao questionarem o valor das indenizações? Ou mesmo que, negando-se a saírem de seus lares, deveriam ser tratados com rigor? Seria a consciência posterior ao processo de que tais atitudes levariam aos trabalhadores o risco da perda de suas terras? Curiosamente, a interpretação do entrevistado dá a entender que a atitude de contestação dos camponeses seria semelhante à rebeldia, "fez barulho", já que se tratava de uma ofensiva contra o Estado, compreendido como o "dono do mundo" e representado pela figura do presidente, que "governa o Brasil". São contradições vivenciadas pelo depoente neste contexto de mudanças pelo qual passava a região de Humildes. O próprio Francisco Paulo afirma que não se podia "colocar questão com o Estado". E, ao que tudo indica, os trabalhadores não só rebateram a oferta, como também "fizeram barulho", ou seja, não se conformaram e buscaram através das ferramentas que lhes foram possíveis adotar medidas a fim de defenderem seus interesses. Um exemplo disto é a atitude de revolta do proprietário da fazenda Juerana, o qual tentou afugentar os funcionários que trabalhavam na reconstrução da via BA 01.

Alheio às experiências das pessoas desapropriadas, em especial daquelas residentes nas proximidades do distrito de Humildes por onde passava a estrada, o jornal *Folha do Norte* se referia às benesses conseguidas com o fim das obras, ressaltando seu valor para o crescimento econômico. A notícia inicia-se com informações técnicas sobre a via, a qual trazia a perspectiva tanto de encurtamento das distâncias quanto de redução do tempo de viagem de seis horas para uma hora e trinta minutos.[193] A Bahia-Feira representava um importante investimento para o estado, como trecho integrante da rodovia BR 28, permitindo o acesso de Salvador ao Recôncavo baiano e, por conseguinte, à zona produtora de petróleo no estado. Isto porque a BR 28 cortava quase toda esta região rumo ao estado de Goiás.[194]

> Rodovia Salvador-Feira de Santana
>
> A ligação Salvador-Feira de Santana, com 108 Km de extensão, integrante da Rodovia Federal BR 28 (Salvador, BA – Ilha do Bananal, GO, cerca de 1670 Km), representa um encurtamento geométrico de 36 Km em relação à antiga estrada, entre a capital baiana e a cidade de Feira de Santana, principal entroncamento rodoviário do Estado. Rodovia Federal de 1ª classe, sua conclusão e pavimentação foram incluídas no Plano Qüinqüenal de Obras Rodoviárias Federais 1956-1960, o que tornou possível destinar-lhe recursos maciços e atacar com intensidade os serviços. (...) Para construir a ligação Salvador-Feira de Santana o Governo Federal realizou, através do DNER, um levantamento da ordem de 700 milhões de cruzeiros, sendo que, deste montante, 300 milhões de cruzeiros foram entregues ao Governo estadual no período 1948 a 1957, mediante convênio, para emprego no trecho mencionado, sendo os outros 400 milhões aplicados diretamente pelo órgão rodoviário federal (DNER).

A notícia aponta para o uso de recursos federais na construção do trecho Feira de Santana a Salvador, inicialmente através do repasse de verbas para o órgão público estadual (DER-BA); uma posição redimensionada depois do ano de 1957. Foi, sobretudo, durante a administração de Juscelino Kubitscheck, que se concentrou o maior volume de recursos (cerca de 400 milhões de

[193] Conforme notícias: "Trecho Salvador-Feira de Santana (BR 28)". In: *Folha do Norte*, Ano 50, Nº. 2641, 20/02/1960, p. 01; "Rodovia Salvador-Feira". In: *Folha do Norte*, p. 02.
[194] "Rodovia Salvador", *Folha do Norte*, p. 02. Foi desta notícia que se retirou o fragmento transcrito na página.

cruzeiros) ao contrário dos primeiros nove anos da realização das obras, quando o numerário empregado compôs-se de 300 milhões de cruzeiros. Saliente-se que, os empreiteiros e os trabalhadores envolvidos na reconstrução da BA 01 enfrentaram períodos difíceis de escassez de verbas, como foi observado no depoimento de Francisco Paulo de Lima e na reportagem do jornal *O Momento* de 10 de janeiro de 1950. Sendo assim, visando à melhoria e à aceleração dos trabalhos, o empreendimento foi incorporado ao plano rodoviário nacional do governo JK. Era a idéia de desenvolvimento econômico sobre a qual se embasava a administração presidencial, impulsionando a construção de rodovias de comunicação, que integrassem as regiões brasileiras com maior possibilidade de crescimento econômico, urbano e rural.[195]

Boa parte dos recursos empregados pela União tinha como origem os empréstimos feitos com o banco norte-americano Eximbank, como foi noticiado pelo *Folha do Norte* em 09 de janeiro de 1960. Entretanto, de acordo com a reportagem, era o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ou o Banco Mundial, criado em 1945, a instituição que, geralmente, oferecia dinheiro para o financiamento rodoviário a vários países. Ponderando a situação brasileira, todavia, em relação ao custeio das obras de reabilitação de estradas proposto ao Banco Mundial, o jornal afirmou: "os projetos (...) mofaram anos nos seus arquivos, sem qualquer solução". Diante da negativa, a saída encontrada pelo governo brasileiro era contar com as verbas do Eximbank, o que o obrigava a comprar equipamentos fabricados nos Estados Unidos. Certamente, esta limitação da origem dos equipamentos culminava numa alta de preços, já que não havia a possibilidade de negociação dos valores com outros países fornecedores.[196]

---

[195] Sobre o assunto, ver: MOREIRA, "Os anos JK: industrialização", 177; LIMONCIC, "*A civilização do automóvel*", p. 88 e 134.

[196] "O Banco Mundial, a construção de rodovias e o Brasil". In: *Folha do Norte*, Ano 50, Nº. 2635, 09/01/1960, p. 01.

Todavia, a aquisição de empréstimos com esse banco estrangeiro não implicava a garantia de continuidade de recursos para a execução dos projetos rodoviários. Ainda sobre a reconstrução da estrada Bahia-Feira, o periódico *Folha do Norte* tratou da forma encontrada pelo governador baiano da época, Juracy Magalhães Júnior, para solucionar o problema. Segundo a reportagem de 13 de fevereiro de 1960, a situação da obra se definiu favoravelmente após os contínuos recursos feitos pelo governador à União, no intuito de angariar fundos para o término da Bahia-Feira. A intenção era concluir os trabalhos durante o primeiro ano de sua administração, conforme prometera aos seus eleitores em época de campanha.

> No primeiro comício de sua campanha, nesta cidade, o então candidato Juracy Magalhães prometeu, se eleito, concluir a estrada dentro de um ano. Um popular não se conteve e gritou: "Nem em dez". Com efeito, a descrença foi a nota dominante, até os últimos dias, mesmo entre seus amigos mais íntimos. A lenda do massapé invencível lançara raízes profundas. (...) Quando regressou a "Boa Terra", anos depois de deixar o "Aclamação", passando por Campinas, disse, referindo-se a estrada: "Ficou onde eu deixei". Eleito governador, pela segunda vez, atirou-se ao cumprimento da promessa feita ao povo: dar a Feira uma estrada à altura de sua capacidade de desenvolvimento. (...) Poucos sabem que as últimas verbas estiveram para entrar no famigerado "Plano de Economia". Diante da ameaça de corte orçamentário, o governador notificou ao presidente da República que chegaria a penhora das rendas do estado, mas concluiria a pavimentação no primeiro ano de governo conforme sua promessa ao povo. (...) Antes de um ano de governo, já se vem delineando o plano grandioso de recuperação do prestígio da Bahia no selo da Federação.[197]

A narrativa deste trecho do *Folha do Norte* é conduzida de tal forma que apresenta o ex-governador da Bahia, Juracy Magalhães, como o grande responsável pela inauguração do novo traçado da BA 01. Passando pela cidade de Campinas, no estado de São Paulo, Juracy Magalhães teria comentado sobre seu espanto, vendo as obras desta via paralisadas: "Ficou onde deixei". A reportagem é ainda mais contundente ao abordar a fala de um expectador que retrucou seu discurso por ocasião da campanha política para o segundo mandato no governo da Bahia. Assim,

[197] LIMA, Sisnando. "É a vez da Bahia!" In: *Folha do Norte*, Ano 50, Nº. 2640, 13/02/1960, p. 01.

na imagem apresentada pelo jornal, Juracy Magalhães não desistiu de cumprir o prometido "ao povo" baiano, mesmo estando desacreditado por todos, até pelos "amigos mais íntimos".

Há, ainda, uma menção à crença difundida na época de que o solo tipo massapé, sobre o qual seria lançado boa parte do novo percurso da estrada Bahia-Feira, era impróprio para a obra, tornando-o inviável; uma suposição errônea na concepção do engenheiro civil José Américo da Costa.[198] Diante dessa realidade, a persistência do governador face aos empecilhos confrontados no período é ainda mais valorizada na notícia do *Folha do Norte*, produzida na época da reinauguração da via. Como todo homem de palavra, a narrativa do jornal conduz à crença de que Juracy Magalhães não poupou esforços, enviando diversas correspondências ao presidente da república, Juscelino Kubitscheck, a fim de garantir a conclusão das obras, nem que para isso, tivesse que penhorar as "verbas do estado". Neste sentido, diante da postura assumida pelo governador, o *Folha do Norte* colocou-se como "porta-voz" daquele que iria ajudar o estado da Bahia a recuperar seu "prestígio" "no selo da Federação", relatando "o esforço despendido pelo governador" e tornando "público detalhes não divulgados".

A inauguração ocorreu no dia 20 de fevereiro de 1960. E, diferentemente, da visão gloriosa e triunfante apresentada pelo *Folha do Norte* acerca do posicionamento tomado pelo governador Juracy Magalhães para cumprir sua meta, os camponeses da região de Humildes, proprietários desapropriados de suas terras, vivenciaram este processo, em parte, na perspectiva do medo, da revolta, ou mesmo da valentia. Outros, ainda, recebendo a indenização de suas propriedades, reorientaram suas vidas, saindo do trabalho agropecuário para desempenhar funções diversas. Sendo assim, a redefinição do traçado dessa estrada, experimentada por diferentes pessoas, abriu possibilidades variadas a estes trabalhadores e aos seus descendentes,

[198] COSTA, *Estradas de rodagem*, p. 42-46.

ao mesmo tempo em que, encerrou outras. Iniciada a redefinição do trajeto da BA 01, o cotidiano vivenciado pelas famílias produtoras de farinha de mandioca jamais seria o mesmo.

Caminhos percorridos, horizontes diferenciados

Algumas lembranças da reconstrução da Bahia-Feira de Zenaide da Silva Lima remontam ao seu tempo de criança, ocasião em que carregava água para os trabalhadores da estrada beberem: "Em 54, quando nós fomos morar lá no [posto de combustíveis] CEDEP estava fazendo a pista. Eu era tão gente que eu carregava uma lata de água faltando isso para encher (faz o gesto). Para ganhar quinhentos réis. (...) Eles guardavam ferramentas lá em casa. Eu carregava água para eles". Sendo assim, a proximidade da moradia da depoente com o local onde se delineava a estrada proporcionou uma pequena fonte de renda para ela e sua família ao oferecerem seus préstimos em favor desta obra. Observe-se que, o trabalho infantil já era uma prática comum à realidade dos camponeses locais, décadas antes, na atividade agropecuária.

De igual modo, outros descendentes dos trabalhadores da região de Humildes viram na implantação da estrada uma possibilidade de sustento. Qual não foi a surpresa em, perguntando ao casal Maria Lúcia e José Gabriel se acompanhou a construção desta via, o marido, conhecido na localidade como boiadeiro, afirmou ter se empregado durante a realização das obras como "garimpeiro".

> **José Gabriel –** Eu trabalhei nela. Até perto de Salvador eu trabalhei nela.
> **Maria Lúcia –** Mas, não era na época de casado, não. (...) Era trabalhando de garimpeiro. (...)
> **José Gabriel –** Na construção, media. Aterrava para a máquina vir trabalhando. Nesse tempo era mato, muito mato. (...) Era. Medindo e roçando a mata.

Ser “garimpeiro” na construção de uma estrada nos anos 50 significava realizar tarefas iniciais que exigiam grande esforço físico: cortar a mata, medir e aplainar o terreno com cascalho e areia para que as máquinas pudessem complementar o trabalho. Sob esta perspectiva, é possível estabelecer uma relação entre a narrativa de José Gabriel de Oliveira e a fotografia apresentada na obra do historiador Cid Teixeira, retratando um grupo de “garimpeiros” na preparação da estrada da cidade de Senhor do Bonfim.

Fotografia 06. Trabalho de garimpeiros[199]

A imagem mostra pessoas jovens e fortes, vestidas com roupas simples de trabalho e usando sandálias de dedo e chapéus, um deles é até de couro, o que lembra os objetos utilizados geralmente por camponeses baianos. A paisagem dá uma idéia do que já foi desmatado na localidade, para dar lugar a estrada. A mata fica à distância, de onde se pode ver uma casa simples. Há também um homem, trajando roupas diferenciadas, mais próximo dos trabalhadores; possivelmente se trata de algum funcionário hierarquicamente superior, que supervisiona o

[199] Fotografia utilizada em TEIXEIRA, C*aminhos, estradas*.

trabalho deles. O aspecto que mais chama atenção para este estudo é a semelhança dos "garimpeiros", na forma de se vestirem, com os trajes camponeses. Ao que tudo indica, boa parte da mão-de-obra utilizada nesta fase dos empreendimentos rodoviários da Bahia veio do meio rural.

Em uma trajetória semelhante à de José Gabriel, Francisco Paulo, antes de casar-se com Dona Zenaide, relatou sua experiência de trabalho na feitura da Bahia-Feira, como ajudante de um caminhão utilizado no transporte de areia da cidade de Simões Filho ao local da construção.

> Quando eu trabalhei para Zé Antônio no carro de Pedro Pinto, eu enchia o carro de areia para fazer a estrada. Enchia os caminhões de areia lá de Simões Filho para jogar na estrada para fazer a rodagem. (...) O chefe da rodagem era Miranda. Era o chefe desta estrada nova. Muita gente aí trabalhou para ele. Eu trabalhei e não agüentei porque o dinheiro demorava, quando vinha ligeiro era um mês. Quer dizer, a gente só podia comer quando tinha uma venda, quem tinha uma venda para comprar. Ou, senão, ele fazia um vale para a pessoa comprar naquela venda. Quando o dinheiro vinha, já vinha descontado. Muitas vezes, a gente ainda ficava devendo.[200]

No depoimento de Francisco Paulo, há também a referência à participação dos trabalhadores da região de Humildes nesse empreendimento: "muita gente aí trabalhou para ele", o "chefe da rodagem". Todavia, a garantia de ocupação no setor rodoviário implicava costumeiramente no enfrentamento de muitas dificuldades. Desta forma, a demora e os atrasos constantes na (além disso, baixa) remuneração das tarefas desenvolvidas contribuíam para desmotivar os trabalhadores e até fazê-los desistir do trabalho. Foi o que ocorreu com Francisco Paulo, que, após deixar a profissão de ajudante de motorista, retomou suas atividades na lavoura: "aí eu me entreguei na roça".

Saliente-se que o período para o pagamento dos funcionários era bastante incerto, tendo em vista a narrativa de Francisco Paulo. Um mês era o prazo mínimo. Geralmente, as obras

[200] Francisco Paulo de Lima e Zenaide Silva Lima. Depoimento citado.

percorriam lugares ermos, não dando a possibilidade aos trabalhadores de adquirir alimentos mais baratos. Diante do problema, a solução freqüentemente se apresentava como a compra dos gêneros de primeira necessidade nas "vendas", isto é, nas pequenas mercearias instaladas próximas às obras ou já existentes nos povoados por onde passavam. Tal situação culminava em uma dependência contínua das "vendas" para garantir o sustento, na maioria das vezes, a preços mais caros que os habituais. Agravando ainda mais a situação, os salários pareciam não ser muito compensadores já que, ao recebê-los, os operários ficavam devendo, por vezes, aos comerciantes de alimentos. De maneira geral, o encarregado da construção, "fazia um vale para a pessoa comprar naquela venda. Quando o dinheiro vinha, já vinha descontado".

Relacionado a esse fato, o jornal *O Momento* publicou uma reportagem sobre o atraso das verbas para a reconstrução da estrada BA 01, em janeiro de 1950, dois anos depois do início das obras. Neste periódico, há uma crítica à postura do governador Octávio Mangabeira em relação ao mau uso dos recursos destinados a esta via, sem o devido planejamento dos custos.

> Estão suspensas as obras de rodagens
>
> As verbas de 1950 só dão para pagar o que se fez no ano passado. O DER intima os empreiteiros: ou pára ou não recebe!
> Cada dia que passa, mais se desmascara este governo da Bahia. A cada dia um caso. E cada caso é um pedaço da máscara de "benemerências" e de "capacidade administrativa" do Sr. Octávio Mangabeira.
> (...) Quem, de ânimo incauto, tem lido e escutado, a propaganda feita pela imprensa "sadia", das realizações do governo da Bahia em matéria de estradas de rodagens, está longe de imaginar o que neste assunto, está havendo, na prática, de audácia e descalabro. (...) Em 1949, sobretudo, o governo baiano, com grande alarde, pôs-se a iniciar construções de estradas de rodagem por toda a parte. (...) Mas o governo estava assumindo compromissos superiores às suas forças financeiras. A "política" era dizer que se estava fazendo estradas... Política estradeira, para fazer cartaz. (...)
> Findo o exercício de 1949, balanceado os compromissos e os recursos, o Departamento Estadual de Estradas acaba de chegar a uma conclusão espantosa. Está em bancarrota. Deve tanto que tem que suspender as construções, para com a verba do orçamento de 1950, pagar o que foi feito no ano passado. A bomba estourou nestes primeiros dias deste ano, e está pondo em pânico os construtores. (...)

> Sob o pretexto de "regularizar" os serviços de seu Departamento o Sr. Edmundo Visco anda intimando empreiteiros a se sujeitarem a uma absurda e injusta situação. Ou param as obras ou, se submetem a receberem o pagamento do que fizeram daqui por diante – no exercício de 1951. (...) Na ânsia de proclamar "realizações", o governo "avançou o sinal". Mandou fazer obras de rodagens de valor superior às verbas orçamentárias e aos recursos do Tesouro. Caloteou todo mundo.[201]

Como se pôde observar, a falta de verbas, ou ainda, de planejamento do seu uso foi aludida por outro jornal, o *Folha do Norte*, na época da reinauguração da Bahia-Feira, ressaltando os feitos da administração do governador Juracy Magalhães Júnior. Assim também, cerca de dez anos antes, encontram-se notícias sobre a existência do problema no periódico *O Momento*, mesmo que em perspectiva diversa a do *Folha do Norte*. Analisando o trecho do primeiro, nota-se que sua narrativa é construída tendo como base a declaração do engenheiro Edmundo Visco, representante do DER-BA. Não tendo, em 1950, verbas para financiar as obras daquele ano, a saída apontada pelo órgão era paralisar os trabalhos. Observe-se que as atividades rodoviárias de 1949 ainda não haviam sido pagas. Daí, a principal objeção do jornal *O Momento* à administração do estado da Bahia na época, o qual iniciou um empreendimento sem dispor da quantia necessária para isso. Sob esta ótica, o jornal fala da "política estradeira" do governo do estado, imperceptível aos olhos dos baianos acostumados às notícias elogiosas da imprensa "sadia" sobre as obras da estrada BA 01. A título de exemplo, cerca de quinze dias depois, o jornal *A Tarde* também mencionava o empreendimento na reportagem intitulada "A estrada Bahia-Feira será uma das mais belas do país", sem fazer qualquer referência às declarações feitas pelo engenheiro Edmundo Visco, no que diz respeito à ausência de dinheiro.[202]

Em posição contrária à do jornal A Tarde, o periódico o Momento é ainda mais enfático em sua apreciação sobre o Governo Mangabeira, ressaltando a ausência de organização, de

[201] "Estão suspensas as obras de rodagens na Bahia". In: *O Momento*, Ano 5, 10/ 01/ 1950, p. principal.
[202] "A estrada Bahia-Feira será", *A Tarde*, p. 03.

respeito e de honestidade no trato com os empreiteiros e o povo baiano. Neste sentido, expressões como "a máscara" caiu, "o governo caloteou todo mundo" são empregadas para demonstrar o contraste existente entre a divulgação dos feitos da administração de Octávio Mangabeira e a prática destas ações. Isto porque, a disseminação dos futuros benefícios conseguidos pela população baiana com a conclusão da Bahia-Feira, para “dar cartaz”, ao mesmo tempo encobria, de certa forma, a vivência de situações desanimadoras pelos trabalhadores empregados em sua reconstrução. Deste modo, a pressão exercida pelo DER sobre os empreiteiros, com a ameaça de recebimento apenas no exercício do ano seguinte, possivelmente contribuiu para a demora nas remunerações das pessoas contratadas para a obra, como foi relatado por Francisco Paulo.

Apesar dos atrasos de pagamento aos operários na construção da estrada, muitas pessoas permaneceram, a exemplo do motorista de caminhão e herdeiro da fazenda Gonçalo, João dos Santos Teixeira. Como afirma o depoente, ainda que fosse pequeno o valor da remuneração e que a mesma atrasasse, as despesas de um jovem trabalhador eram poucas na época, pois só arcavam com a comida e não havia possibilidades de lazer, implicando em gastos adicionais. Além disso, os operários dormiam em alojamentos instalados no próprio local de trabalho. Nesta perspectiva, conclui-se que os diferentes relatos de João Teixeira e de Francisco Paulo apontam para escolhas diversas, a partir das concepções de vida e dos anseios de cada um, na complexa realidade de trabalho experimentada na região de Humildes; não cabendo a este estudo questionar os caminhos por eles percorridos. Diante disto, ao analisar a trajetória de vida de João Teixeira, verifica-se um direcionamento para vivências cada vez mais distantes do cotidiano vigente na zona rural.

Desde jovem, ele aprendeu a profissão de motorista, deixando a atividade na roça para trabalhar com o comerciante e proprietário de terras local, Zeca Sergipano. Após prosperar na

atividade de comercialização de verduras no bairro da Sete Portas, em Salvador, Zeca Sergipano conseguira comprar uma fazenda na região de Humildes, denominada de Caape. Tempos depois, adquirira as propriedades Rio da Prata e Jambreiro, entrando em falência quando obteve um empréstimo em um banco, no intuito de ampliar seus negócios: "Do cesto ele passou a ter caminhão. Do caminhão, ele comprou várias fazendas por aqui e trabalhava em verdura. E o que acabou com ele, foi depois que ele tava equilibrado, tomou empréstimo no banco".[203] Além de empregar várias pessoas da localidade na produção agrícola, o comerciante também lidava com a venda de gado para o abate na capital, contratando, para isto, boiadeiros da região, como José Gabriel de Oliveira; hoje morador do povoado Rio da Prata.

Na época em que trabalhou para Zeca Sergipano, João Teixeira viajava para o mercado soteropolitano do bairro Sete Portas, com o objetivo de transportar as verduras produzidas na fazenda Rio da Prata, em Feira de Santana. Para ajudá-lo no carregamento e retirada das verduras do veículo, outro trabalhador e descendente do proprietário da fazenda Mamão, Antônio Anunciação de Jesus, também se deslocava rumo à capital. Contudo, quando os negócios entraram em decadência, ambos os trabalhadores tiveram que buscar outro serviço. Neste contexto, Antônio de Jesus retomou suas atividades na roça e João Teixeira conseguiu empregar-se como motorista de caminhão nas obras da Bahia-Feira. Em seu relato, há uma narrativa sobre o recrutamento dos condutores dos veículos realizado pelos empreiteiros, bem como, do funcionamento das obras.

> **João Teixeira** – Ah! Era... Tinha quarenta caçamba e oitenta caminhão. É, naquele tempo, os motoristas era tudo sem carteira e era profissional porque a coisa andava assim: à toa. Não assinava carteira, nem nada. (...) Mas, não tinha essa perseguição de Ministério do Trabalho, não tinha nada. Era livre aí.
> **Valder Teixeira** – Clandestino também.

[203] Conforme informações de João dos Santos Teixeira. Depoimento citado.

> **João Teixeira** – É. Os carros que trabalhavam para o Estado, também não despachava. Era tudo sem placa. Depois foi que foi se organizando o tempo. (...) Ah! Naquele tempo, o pessoal que se já era pronto, profissional e saía, ia trabalhar com eles. Chegava lá, ia fazer aquele exame de trabalho, não de leitura, nem de nada, o exame era do profissional. Depois do profissional, ia trabalhar.

O trecho acima ilustra a dimensão do trabalho realizado e o volume de mão-de-obra ao citar a quantidade de veículos utilizada nas tarefas rodoviárias. Ressalte-se que, além dos motoristas, constatou-se nas narrativas, grosso modo, a existência de outros funcionários como os garimpeiros, os ajudantes de caminhão e a equipe de engenharia e supervisionamento. É interessante notar ainda algumas características desta mão-de-obra recrutada. Como não havia "perseguição de Ministério do Trabalho" na época, ou seja, não existia muito controle sobre as condições de trabalho e o registro dos funcionários pelo órgão competente para isto, "a coisa andava assim: à toa", segundo João Teixeira. Trabalhava-se sem registro ou sem as garantias da carteira assinada e com pouco preparo para desenvolver as tarefas, o que dava margem à clandestinidade na contratação dos serviços dos trabalhadores, como ressalvou Valder Teixeira. Aliado a isto, contratavam-se pessoas sem carteira de habilitação: "os motoristas era tudo sem carteira e era profissional". Por fim, agregava-se ao saldo de irregularidades o fato de que os motoristas conduziam geralmente caminhões sem emplacamento: "Os carros que trabalhavam para o Estado, também não despachava. Era tudo sem placa. Depois foi que foi se organizando o tempo".

Esse aspecto da realização das atividades rodoviárias reforça a idéia de que camponeses, ou pelo menos seus descendentes, se empregavam neste ramo nas localidades por onde passavam as obras, como no exemplo de João Teixeira. Assim, as pessoas que tinham a condição mínima necessária ao desempenho destas atividades buscavam o trabalho: "o pessoal que se já era pronto, profissional e saía, ia trabalhar com eles", pois, ao que parece, não se exigiam outros atributos

como a “leitura”. Ocorre que, o campo não empregava a todos na região de Humildes, devido a vários fatores como o baixo retorno financeiro, a concentração da terra e porque a vida na roça era difícil e depreciada, como relatou um trabalhador que preferiu se empregar em um dos postos de combustíveis após o término das obras da Bahia-Feira: “a vida na roça é um lugar sem jeito”.[204] Isto explica o porquê de muitos optarem por este caminho. Outros ainda foram empurrados pela necessidade de sobrevivência. Entretanto, boa parte dos que se dispuseram ao emprego em outras profissões, retornou com o tempo às atividades agropecuárias, vendo serem frustradas suas expectativas de melhoria de vida e até mesmo de abandono das tarefas realizadas desde a infância. Sobre este fato, chamou atenção a conduta de Antônio Anunciação de Jesus que, mesmo não tratando diretamente do assunto, calou-se por um tempo em sua narrativa sobre o trabalho no caminhão de Zeca Sergipano e o retorno para a lida na roça e mudou de assunto logo em seguida.

Contrariamente, notou-se através dos depoimentos, a continuidade de outros descendentes de camponeses da região em ocupações fora do âmbito agropecuário, como no exemplo de João dos Santos Teixeira. Depois da reconstrução da Bahia-Feira, o motorista continuou realizando trabalhos junto a um dos construtores desta via, no estado de Sergipe e empregou-se mais tarde na empresa de ônibus Bonfim, na qual realizava viagens para vários estados brasileiros. Após aposentar-se na empresa, hoje trabalha em Aracaju como motorista de táxi. De igual modo, a inauguração do novo traçado da Bahia-Feira, em fevereiro de 1960, trouxe possibilidades diversas de emprego para a região de Humildes.

Novas ocupações

[204] Hamilton Bispo da Santana, de 47 anos. Entrevista realizada no povoado Caboronga no dia 18 de junho de 2006.

Boa parte dos descendentes dos trabalhadores residentes na região buscou emprego nos postos de combustíveis e nas indústrias instalados ao longo do novo trajeto da estrada Bahia-Feira. Segundo o depoimento de Zenaide da Silva Lima, o São Luís foi o primeiro posto de combustíveis implantado na localidade, antes mesmo do término dos trabalhos rodoviários. Este se fixou no trecho da estrada que dá acesso à cidade de Oliveira, nas proximidades do atual município de Conceição do Jacuípe (antiga cidade de Berimbau). Em seguida, construíram-se os postos Xangai, perto do Limoeiro, o Arco-Íris (atual Petroserra) e o CEDEP. Este último é de fundamental importância para a análise em apreço por ter exercido ao longo do tempo forte atração entre os moradores de Humildes e pelo acesso aos livros de registro de trabalhadores, permitido por um funcionário do setor de pessoal.

O posto CEDEP foi fundado em 16 de fevereiro de 1962, após a reinauguração da estrada Bahia-Feira, com sede no centro do município e razão social Torres Almeida e Ltda. A empresa visava à exploração e o comércio de "peixes, produtos do país e derivados do petróleo", conforme o previsto em seu contrato social. Ao que tudo indica, os "produtos do país" referidos no contrato eram gêneros alimentícios. Isto porque, a firma transportava querosene para sua filial na cidade de Xique-Xique, retornando com peixe e feijão para Feira de Santana, segundo conversa informal com o funcionário José Mário dos Santos. Em 1976, uma alteração na nomenclatura da firma deu-lhe o nome de CEDEP Comércio e Indústria Ltda. Esta inaugurou, no ano seguinte, uma fábrica de latas na região de Humildes, empregando também pessoas do centro de Feira de Santana. Desta unidade, foi desmembrada no ano de 1981 a sede do atual posto CEDEP na rodovia BR 324, a antiga Bahia-Feira.

Analisando-se os dois livros de registros de funcionários do CEDEP, a partir do ano de 1979, notou-se a ausência do trabalho feminino. As ocupações variavam entre “frentistas”, “lubrificadores”, “trocadores de óleo”, “soldadores”, “operadores de máquinas”, “enchedores”, pintores, motoristas, vigilantes, serventes, pedreiros e jardineiros. Alguns destes funcionários contavam com o serviço de auxiliares e a maioria dos registrados no primeiro livro recebia o adicional por empregar-se em ofícios de alta periculosidade. Desta maneira, as tarefas se distribuíam entre o serviço de venda de combustíveis e de lubrificantes no próprio posto e a produção das latas para o querosene distribuído pelo CEDEP na cidade de Feira de Santana e em outros municípios próximos. Esta última atividade da empresa esteve em vigor até o ano de 1993, quando a fábrica de latas foi fechada. Do total de 100 registros encontrados em cada um dos livros, cerca de 35% dos funcionários era da região de Humildes e adjacências. O restante morava na zona urbana, tendo nascido na cidade de Feira de Santana, na capital ou em municípios vizinhos – Santo Amaro da Purificação, Pedrão, Mairi, São Gonçalo dos Campos e Ipirá – além de em outros estados do Nordeste, como Pernambuco, Sergipe e Ceará. Não há referência ao emprego de funcionários estrangeiros. Além disso, sua faixa etária era relativamente elástica, havendo, contudo, uma concentração de pessoas jovens, compreendidas entre os dezessete e os trinta e cinco anos.

Outro fator importante no entendimento da mão-de-obra contratada pelo CEDEP é o nível de escolaridade. A instrução predominante era a primária, salvo algumas exceções feitas a trabalhadores não alfabetizados e outros com nível secundário. Talvez se devesse a pouca escolaridade ou ao tempo de permanência na empresa o fato de, nos livros de registros de empregados, quase não se encontrar indícios de mudanças de funções. É inquietante o curto período de emprego de alguns funcionários no CEDEP. Este era o caso de “frentistas” e seus

auxiliares, “lubrificadores”, serventes, “trocadores de óleo” e operadores de máquinas. O tempo de serviço destes varia geralmente entre doze dias e um ano e sete meses. Os “enlatadores”, motoristas, “soldadores” e “enchedores” parecem ter sido os que permaneceram por mais tempo, levando em média seis anos. Ressalte-se, que alguns profissionais eram mesmo contratados para o desempenho de tarefas temporárias, como no caso dos pedreiros.

Atualmente, entre os poucos trabalhadores originários da região de Humildes que saíram do CEDEP e sobre os quais se obteve notícias, notou-se um direcionamento para o mercado informal ou mesmo para a abertura de um negócio próprio. Dentre estes, alguns passaram a realizar tarefas ligadas a vendas. Aqui, o depoimento de Hamilton Bispo de Santana pode auxiliar no entendimento de parte desta realidade.

> Foi ali no posto CEDEP. (...) Eu trabalhei doze anos. (...) Depois disso, eu pedi as contas e fui trabalhar por conta própria. Aí, comecei a trabalhar com a barraquinha e Deus foi abençoando, foi aumentando e, graças a Deus, eu pude colocar meu negocinho. (...) Hoje em dia, é melhor a pessoa trabalhar por conta própria que de empregado. Certo que eu tive a chance lá de crescer. Mas, optei por trabalhar por conta própria. Você tem mais liberdade. (...) A pessoa tem que desenvolver seu próprio talento. As vezes, a pessoa tem um talento e Deus quer ajudar, a pessoa fica com medo de arriscar. Aí, fica naquele negócio de empregado. Eu, graças a Deus, não me arrependo de ter saído do CEDEP, não. (...) Não me envolvo muito na roça, não, porque, desde quando você tem um negócio que renda mais do que a roça, aí, a pessoa tem que partir para o que renda mais. (...) Porque geralmente, hoje, se a pessoa tiver assim outro meio como trabalhar de empregado a pessoa não vai optar em trabalhar da roça, porque, hoje, roça é um lugar muito sem jeito, entendeu? (...) A não ser que a pessoa seja assim, um grande agricultor, mas a rocinha pequena hoje não dá. (...) Hoje, na roça, [se] você for trabalhar para ter uma renda assim de dois salários, mesmo assim é difícil. (...) E, quando eu saí para trabalhar no posto, eu tinha uma renda de mais de dois salários mínimos. Entendeu? Aí, já foi um grande avanço! Hoje, o salário mínimo é quanto? Trezentos e cinqüenta reais. Para uma pessoa hoje, trabalhando na roça, ganhar trezentos e cinqüenta reais, tem que ralar muito! E hoje, a pessoa vai trabalhar no comércio, já é empregada no mínimo, ganhando um salário mínimo.[205]

[205] Hamilton Bispo da Santana. Depoimento citado.

O comerciante Hamilton de Santana é herdeiro de José Santana, um falecido proprietário das proximidades da fazenda Pica Pau. Assim como ele, outros filhos de camponeses da região de Humildes se empregaram no posto de combustíveis ou na fábrica de latas do CEDEP: José Carlos Fernandes de Lima, da antiga fazenda Caboronga, e Durvalino e Roque Batista dos Santos Teixeira, da fazenda Gonçalo. Somado a estes três, muitas pessoas estão identificadas no livro de registro de funcionários como moradores das localidades: Fulô, Limoeiro, Bessa, fazenda Papagaio, distrito de Humildes, fazenda Pinto, as quais estavam inseridas na zona rural da cidade de Feira de Santana.

Após trabalhar na atividade agropecuária desde pequeno, auxiliando seus pais e irmãos nos plantios de mandioca e de fumo e na produção de farinha, Hamilton de Santana empregou-se no posto CEDEP. Neste, ele desempenhava a função de "enchedor", ou seja, armazenava o querosene a ser distribuído em Feira de Santana e em cidades próximas nas latas fabricadas pela empresa. Na ocasião em que se empregou no posto de combustíveis, Hamilton de Santana relata que, do povoado Caboronga, outros quatro rapazes estavam com ele, os quais deveriam se aposentar na conjuntura em que a entrevista para este estudo foi realizada. Ao contrário deles, o depoente preferiu um trabalho como autônomo. Hamilton de Santana havia sido promovido no CEDEP, passando a atuar no estoque de óleo e recebendo três salários mínimos. Foi então que resolveu "pedir as contas" e "desenvolver seu próprio talento", abrindo uma barraca para a venda de alimentos ao lado do posto de combustíveis. Em seu próprio negócio, passou a ampliar as habilidades que, talvez não tivesse a oportunidade de desenvolver no posto CEDEP: as aptidões para gerenciamento e comércio. Nesta perspectiva, sua fala é bastante influenciada pela religiosidade protestante. Segundo Hamilton de Santana, foi com a ajuda divina que conseguiu ter êxito em seu trabalho, não temendo os percalços ao longo da empreitada. Anos depois, quando já

dispunha de uma estrutura maior para um pequeno restaurante, ele adquirira também o posto de lavagem de carros do CEDEP, contando assim, com uma segunda fonte de renda.

Ressalte-se que, inicialmente, Hamilton Bispo de Santana deixou o trabalho na roça para empregar-se no posto de combustíveis, afirmando ser um caminho mais rentável. Por outro lado, ao apresentar-se uma possibilidade mais promissora que o ofício desempenhado no CEDEP, Seu Hamilton decidiu investir em outra profissão, pois, segundo ele: "hoje em dia, é melhor a pessoa trabalhar por conta própria que de empregado. (...) Você tem mais liberdade!" Assim, gerir seu próprio negócio era para o depoente mais vantajoso que continuar no posto CEDEP, ainda que tenha sido promovido na época. Apesar de não retirar da roça sua principal renda, Hamilton de Santana não prescindiu da atividade agropecuária, realizada ainda hoje em sua propriedade, nas horas vagas. Para complementar a alimentação familiar e os gastos com as despesas, o depoente planta árvores frutíferas, como laranjas, e cria pequenos animais.

A posição subordinada das atividades campesinas na composição da renda deste trabalhador é explicada por ele em função dos pequenos lucros conferidos pela profissão, quase em declínio na região de Humildes. No entanto, é no final do trecho de sua narrativa que se pode observar o porquê da posição secundária ocupada pelo ofício: "para uma pessoa hoje, trabalhando na roça, ganhar trezentos e cinqüenta reais, tem que ralar muito! E hoje, a pessoa vai trabalhar no comércio, já é empregada no mínimo, ganhando um salário". Desta forma, o que tornou tal atividade menos atrativa aos olhos das gerações mais jovens da região de Humildes foi o surgimento, após a reconstrução da Bahia-Feira, de alternativas de sustento menos exaustivas em Feira de Santana, nas quais, poderiam ter – supostamente – o mesmo retorno financeiro ou superior. Diante disto, para Hamilton de Santana, a sobrevivência por meio da agropecuária só é compensadora, quando se trata da grande produção. Neste aspecto, sua narrativa pode ser

relacionada com a de Francisco Marques de Cerqueira, ao falar do declínio da produção de farinha com as mortes dos camponeses locais:

> A maioria já morreu tudo. Não tem mais ninguém aqui pra trabalhar na roça. A não ser uma rocinha besta, assim, que planta, assim, uma rocinha de mandioca pra comer, pra fazer a farinha pra num comprar. Mas, não tem ninguém que trabalhe com roça aqui mais, não. (...) A mandioca é dispendiosa de gente que só; depende de muita gente pra fazer farinha. Ninguém pode fazer nada, não.[206]

Contrariamente ao que foi narrado por Francisco de Cerqueira, além da produção para o consumo familiar, alguns trabalhadores locais ainda produzem farinha de mandioca para o comércio e vivem da produção agropecuária na região. Ainda assim, não se pode deixar de reconhecer que é uma parcela bastante reduzida, se comparada à realidade anterior à reinauguração da estrada Bahia-Feira. As modificações processadas na garantia do sustento das famílias locais se fizeram acompanhar de uma série de mudanças no cotidiano e nas relações sociais vigentes. Dessa maneira, os camponeses da região fizeram reflexões em seus depoimentos sobre a conjuntura posterior à reconstrução da BA 01.

Visões sobre o processo

Quando relata as mudanças processadas ao longo do tempo que sucedeu à reconstrução da Bahia-Feira, Francisco Marques de Cerqueira aborda os relacionamentos entre camponeses e seus descendentes, estabelecendo uma comparação entre as atitudes destas gerações:

> A gente ia dia de sábado e segunda. Era os dois dias que a gente ia pra rua. Ninguém comia um pão. A gente comia um pão, chegava a ter manteiga quando levava uma

[206] Francisco Marques de Cerqueira. Depoimento citado.

> carga de farinha pra feira. De oito em oito dias que você comia um pão e uma manteiga! Hoje, você vê, você compra uma manteiga todo dia, um pão todo dia e os filhos: (...)"Mãe, eu não quero pão, não. Eu quero é biscoito. Dá biscoito, dá biscoito." Exige de você o que eles querem. Naquela época, a gente comia o que achava. Cozinhava uma batata, era batata. Se cozinhasse uma abóbora, era abóbora. Se cozinhasse farinha dentro do café com açúcar, se tem... Ou comia ou ficava com fome. Mas, hoje, exigem o que querem, a gente pode ou não pode, tem que se virar pra dar a eles.[207]

Neste fragmento, está em foco novamente a obediência aos pais, contudo, em um contexto diferenciado, no qual os jovens expressam seus anseios e também questionam situações. Desse modo, para Francisco Marques, as novas gerações "exigem" sem considerar, muitas vezes, a situação financeira da família: "a gente pode ou não pode, tem que se virar pra dar a eles". Trata-se de uma realidade bem diferente daquela apontada pelo depoimento de Francisco Paulo de Lima, quando falou da deferência dos filhos no cumprimento das tarefas a eles atribuídas, como os afazeres domésticos e da roça. Aqui, a postura de exigência verificada na atualidade assusta a Francisco de Cerqueira, pois fora acostumado a outro tipo de comportamento, no qual a autoridade e a palavra dos genitores e dos mais velhos não deveriam ser retrucadas. Sobre seu tempo de criança, o mesmo rememora as dificuldades enfrentadas pelos pais e mães de famílias numerosas, no que diz respeito ao sustento de seus descendentes. O alimento era adquirido geralmente na feira livre do centro da cidade e era reposto, apenas, nos dias de segunda ou aos sábados. Neste contexto, comia-se do que se dispunha, sem opções de escolha.

Analisando-se a questão sob outro prisma, tal mudança no comportamento pode ser relacionada às transformações no âmbito da educação, por meio da qual os jovens passaram a ter maior acesso às informações e foram estimulados a se expressarem; o que nem sempre vem sendo feito da maneira mais adequada. Isto traz como conseqüência uma educação diversa daquela em que os filhos só deveriam falar quando fossem consultados, correndo o risco de

[207] Francisco Marques de Cerqueira. Depoimento citado.

apanhar por desobediência. Some-se a este fator, a melhoria na satisfação das necessidades de alimentação, de vestuário, dentre outras, vigentes no cotidiano rural de até a década de 1960; um processo decorrente do aperfeiçoamento da circulação de produtos industriais e agropecuários e da ampliação das opções disponíveis. Assim, foi também, a partir deste crescimento das possibilidades, que os jovens puderam "exigir" "biscoito" em vez do "pão", como aludiu Francisco de Cerqueira. Isto se deve, em grande parte, à instalação de estradas em melhores condições de trafego, melhorando a comunicação entre as diversas regiões do país e encurtando as viagens. Sobre a construção destas vias no estado baiano, e, em especial, sobre o novo traçado da Bahia-Feira, o comerciante Hamilton Bispo de Santana afirma o seguinte:

> Quando o governo abre assim uma rodovia, o progresso aumenta. Desenvolve muito! Por que hoje tem muito lugar atrasado? Porque não tem assim uma rodovia. Aí, não tem como a pessoa [se] deslocar. Até mesmo assim com suas plantas. Como é que sai para poder vender no comércio se não há uma rodovia? (...) Isso prejudica muito! Sempre quando há uma rodovia assim, desenvolve, há um progresso. (...) Se o governo abre uma rodovia aqui e passa pelo terreno de alguém, ele é indenizado. Além d'ele ser indenizado, se ficou algum resto de terreno, aquele terreno vai ser valorizado. Uma rodovia não traz prejuízo, não. Traz benefício.[208]

O trecho da narrativa de Hamilton de Santana ressalta a importância de uma estrada em boas condições para a circulação de pessoas e para as atividades econômicas desenvolvidas naquela região onde a via foi instalada. No entanto, o depoente retoma a concepção dualista de "progresso" e de "atraso" evidenciada nas idéias dos responsáveis pela reconstrução da BA 01 e por parte dos jornais aqui analisados. As rodovias, no entendimento deste e de outros entrevistados, como João Teixeira e Francisco Paulo de Lima, encarnam a idéia de "progresso", levando "desenvolvimento" às ditas regiões "atrasadas" e com acesso dificultado ao restante do país ou do estado: "quando o governo abre assim uma rodovia, o progresso aumenta. Desenvolve

[208] Hamilton Bispo de Santana. Depoimento citado.

muito! Por que hoje tem muito lugar atrasado? Porque não tem assim uma rodovia.” Todavia, ao contrário do que pregavam os idealizadores do sistema rodoviário baiano, quando afirmaram ser o cotidiano rural uma realidade de “atraso” a ser superada, são as dificuldades de condução de pessoas e de mercadoria aos centros comerciais os alvos da crítica da Hamilton de Santana.

Em outro momento, as obras de implantação das estradas são justificadas, sempre como propiciadoras de benefícios, pois, havendo a necessidade de desapropriação de pessoas, se poderia recorrer à indenização. Esta análise desconsidera os conflitos possíveis em torno da retirada dos proprietários de suas residências e o enfrentamento de dificuldades como as que foram relatadas por Godofredo Teixeira Filho, na fazenda Juerana. Possivelmente, Seu Hamilton desconhece as experiências dos camponeses locais ocorridas durante a reconstrução da Bahia-Feira. Além disso, o depoente fala da valorização dos terrenos por onde são construídas as novas estradas, fruto da especulação imobiliária, que torna difícil o acesso aos mesmos, sobretudo, pelas pessoas de menor poder aquisitivo. Ainda assim, há que se considerar as facilidades de locomoção possibilitadas pela melhoria do traçado da BA 01, tanto para a população local e feirense, quanto para os moradores das demais cidades baianas e estados brasileiros, que dele dependem.

Outros depoimentos trazem, ainda, a perspectiva animadora do aumento do número de empregos para a região. Assim, a estrada é concebida por Francisco Paulo de Lima como “a melhor coisa da vida”, embora com ela tenham chegado vícios e delitos, afora acidentes e mortes.

> **Zenaide** – [A estrada] gerou muito emprego. À vontade. (...) Trouxe muito emprego, mas também veio muita morte, muito acidente de carro. Essa BR eu me lembro, o primeiro acidente de carro foi o de meu primo (foi atropelado). O primeiro acidente que a gente soube foi o dele.
> **Francisco** - Daí, em diante, teve um bocado.
> **Zenaide** - Inclusive, minha mãe que morreu de acidente de carro! Vieram também muitas coisas, que a gente sabe que, hoje, existe, mas não existia. E nos postos têm muitas coisas que, antigamente, nós não víamos. (Faz gestos se referindo ao consumo

> de drogas e ao hábito do roubo). Não tinha! Não é que todo mundo pratique, mas nós sabemos que, hoje, existe! (...)
> **Francisco** - Em todo lugar que abre uma pista, é a coisa melhor da vida, que dá emprego a todo mundo e a rodagem valoriza. Levanta uma casa, coloca um posto, uma firma dá emprego a não sei quantas mil pessoas, já é outra coisa.[209]

Em conjunto, os depoimentos analisados afirmam que, a instalação das indústrias do Centro Industrial do Subaé, após a construção da "estrada nova", trouxe muitos empregos para a região de Humildes: "um posto, uma firma dá emprego a não sei quantas mil pessoas". Entretanto, observou-se que este aumento das possibilidades de serviço não absorveu toda a mão-de-obra local, havendo descendentes de camponeses que passaram a trabalhar sem carteira assinada. Este é o caso de Seu Albino, o esposo de Dona Louriana de Sena Santana Silva, moradora do povoado Caboronga, e irmão de Zenaide da Silva. Este trabalha há anos como "chapa", ajudante no carregamento e retirada das mercadorias dos caminhões, sem qualquer registro e garantia de direitos trabalhistas. Sendo assim, ainda que os jornais da época e as autoridades públicas feirenses divulgassem as prováveis benesses conseguidas com a implantação das indústrias e a cidade tivesse conseguido realizar o sonho de modernizar-se, isto não implicava na garantia de emprego e melhoria nas condições de vida de toda a sua população.[210]

Visto de outra maneira, o processo de modificações desencadeado pela reinauguração da Bahia-Feira conservou e, possivelmente, até intensificou uma realidade difícil para a população local: os acidentes gerados por automóveis. O cotidiano intenso de morte na estrada já era confrontado no traçado anterior à reformulação iniciada em 1948. De igual modo, os acidentes não acabariam com a reconstrução da estrada, "nova" e "moderna", como queriam fazer crer alguns jornais da época, a exemplo do Folha do Norte. Ao contrário disto, a perspectiva apontada

---

[209] Francisco Paulo de Lima e Zenaide da Silva Lima. Depoimento citado.
[210] Sobre a pequena capacidade de absorção da mão-de-obra local apresentada pelo CIS, ver as discussões feitas por SANTOS, *Feira de Santana nos tempos*, p. 140 e 141.

pelo delegado de polícia no relatório do processo crime de Reginaldo Ferreira, sobre a tendência ao aumento do número de acidentes, parece ter sido mais acertada, se considerado o depoimento de Zenaide da Silva Lima, sobre as percas de entes queridos. Além disso, ela se refere à outra situação preocupante materializada na chegada de novas pessoas à região de Humildes, que trouxeram consigo o consumo de drogas, ao mesmo tempo em que, contribuíram para o aumento do número de roubos. Desta forma, Zenaide Lima trata indiretamente do aumento populacional de Feira de Santana, devido à sua função de entroncamento rodoviário e à capacidade agregadora exercida pelo CIS sobre as populações das cidades vizinhas, entre as décadas de 1960 e 1980. São as implicações da "modernidade" e do crescimento de um município, as quais interferiram paulatinamente na dinâmica social da região de Humildes, modificando o seu cotidiano, perpassado até a década de 1950 pelas proximidades de parentesco e pelos relacionamentos de vizinhança e compadrio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre as experiências dos camponeses da região de Humildes permitiu entender elementos importantes da dinâmica de vida e de trabalho existente na localidade. Eram características do dia-a-dia campesino e não industrial o uso do forno à lenha, da água da fonte e a ausência de energia elétrica; circunstâncias modificadas parcialmente ao longo do tempo. Na zona rural de Feira de Santana, a produção de farinha de mandioca, associada a outras atividades agropecuárias, funcionava como o meio de sobrevivência comum às famílias locais, ainda que necessitasse de complementação, pois seus rendimentos eram insuficientes para a manutenção familiar. Contudo, mesmo tendo formas de sustento comuns, diversos elementos diferenciavam estes trabalhadores, dentre eles a posse da terra, da casa de farinha e a capacidade de ostentação em ocasiões festivas; eram os mais gritantes. (Algumas vezes, as comemorações e brincadeiras realizadas durante o trabalho, como a bata do feijão, poderiam alimentar velhas inimizades). Ainda assim, as festas, aliadas às formas de ajuda mútua e à religiosidade contribuíam para amenizar as agruras cotidianamente enfrentadas em seu oficio e os conflitos, auxiliando na socialização e na integração do grupo.

Mais que o entendimento do cotidiano de trabalho, foi possível analisar as experiências das classes subalternas em um processo tido como “modernizante” e “civilizatório”, o qual contribuiu para viabilizar a industrialização e a urbanização feirenses. Sendo assim, a estrada Bahia-Feira se constituiu num elemento de transição de uma economia rural para uma urbana e industrial. Modificando intensamente o cotidiano vivenciado até o final da década de 1940, a reconstrução da estrada Bahia-Feira inaugura uma realidade diversa, assim como abre novas possibilidades de trabalho aos camponeses da região por onde ela se estendeu. Como decorrência

disto, o espaço, no qual eram predominantes fazendas, roças de cultivos variados, casas de farinha, atualmente, cedia indústrias e postos de combustíveis que se sobrepuseram a grande parcela dos elementos do cenário anterior. No entanto, considerada mais de perto, a rodovia BR 324, antiga Bahia-Feira, expressa toda a complexidade de sua inserção, apontando mudanças e permanências de diversos elementos que convivem e interagem na paisagem ao longo do percurso entre Feira de Santana e Salvador. Desse modo, em meio às indústrias, é possível observar, nos terrenos restantes das antigas fazendas analisadas, plantios e barracas de palha, nas quais o viajante da auto-estrada pode adquirir aipim, frutas e verduras vendidas por moradores locais, descendentes das famílias camponesas investigadas. A existência destes vendedores mostra que, assim como a roça não empregava a todos os trabalhadores, a estrada e as possibilidades de emprego decorrentes também não o fizeram, apesar de toda a propaganda sobre a suposta "modernização e desenvolvimento" empreendidos a partir da reconstrução desta via, desde o final de 1940. É a face contraditória da modernidade, a qual não prescindiu da mão de obra campesina e dos elementos de seu cotidiano ao tentar viabilizar seu projeto.

A execução de parte das intenções do governo JK de um Brasil integrado tanto econômica quanto geograficamente se deu, no caso específico de Feira de Santana e possivelmente do restante do país, por meio dos esforços dos trabalhadores camponeses, os quais contribuíram com a urbanização e a industrialização desde o início, ao atuarem na reconstrução da estrada Bahia-Feira. Neste sentido, o empreendimento rodoviário no estado se utilizou da exploração da mão-de-obra contratada sem registro e sem garantias trabalhistas, mal-remunerada, e que ainda enfrentava atrasos de pagamento. Acompanhando o processo de "modernização e suas contradições", e diante das dificuldades e dos enfrentamentos na atividade rural, na remodelação da estrada e nos postos de combustíveis, estes trabalhadores atuaram enquanto sujeitos, ainda que

dominados pelo processo de expansão capitalista, buscando através dos mecanismos que lhes foram possíveis, a manutenção própria e familiar com dignidade.

Ao oferecer outras ocupações, suplantando em parte as atividades tradicionalmente oferecidas e buscadas pelos mesmos na região ou fora dela, a estrada Bahia-Feira assinalou uma ruptura, mesmo parcial, com a casa de farinha e a atividade agropecuária. Prova disso, é a quantidade cada vez mais diminuta de famílias que se mantém do trabalho rural e da produção de farinha. Ainda assim, trabalhadores como Maria de Jesus dos Santos, Ambrosina dos Anjos, Raimundo, Israel e Godofredo Teixeira e suas respectivas famílias produzem o alimento, vendido na própria localidade. Além disso, uma significativa quantidade dos entrevistados realiza esta tarefa para o consumo familiar, como Dionísio de Araújo, Ilda Oliveira e o casal Maria Nilza e Aloísio Silva. Nesta perspectiva, paralelo à persistência do ofício, observa-se, fora do perímetro da rodovia, a permanência de práticas tidas pelos planejadores da reconstrução da estrada como "anti-modernas" e "incivilizadas": pessoas que se locomovem por meio de carroças e mantêm vivas algumas tradições (queima de lapinha, reis de astúcia, rezas e ofícios em latim), apesar de terem esquecido outras tantas, como a bata de feijão e demais práticas de adjutório.

A coexistência destes elementos, costumes e da prática do trabalho rural com as recentes construções da indústria e dos postos de combustíveis, o grande número de automóveis de passeio, a reduzida quantidade de transportes coletivos, o cotidiano dos acidentes e da procura por ocupação experimentadas pelas famílias descendentes dos antigos camponeses é que hoje dão significado e constituem a região de Humildes, desafiadora, real, complexa e contraditória.

FONTES

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) - Seção Republicana

"Relatório da conservação da Bahia-Feira". DOC 197, CX 2391, MAÇO 192.

"Relatório do DER". DOC 817, CX 2392, MAÇO 194.

"Relatório da estrada de rodagem da Capital à Feira de Santana". DOC 668, CX 2387, MAÇO 183.

Biblioteca Central da Bahia:

- Departamento de Estudos Baianos

CAPES. *Estudos de desenvolvimento regional (Bahia).* Série: Levantamentos e análises, volume 5, p. 76. Data indeterminada.

- Departamento de Obras Raras

COSTA, José Américo da. *Estradas de rodagem no estado da Bahia. Memória apresentada ao Terceiro Congresso Nacional de Estradas de Rodagem.* Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1924.

VISCO, Edmundo. *Serviços rodoviários no estado da Bahia. Comunicação ao 5º Congresso de Estadas de Rodagens*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1933.

- Setor Revistas e Jornais Raros

Jornal *Diário da Bahia* (dez/ 1951)

Jornal *A Tarde* (1950)

Jornal *O Momento* (1948 - 1950)

Biblioteca Setorial de Administração - Universidade Federal da Bahia

FRANCO, Antônio Melo Lins e outros. *DER, histórico do rodoviarismo no estado da Bahia, 1917 – 1949*. Salvador: Secretaria da Viação e Obras Públicas; Tipografia Beneditina Ltda., 1949.

Biblioteca do Centro de Estatística e Informação (CEI) - Secretaria de Planejamento e Tecnologia (SEPLANTEC)

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, SEPLANTEC/ CEI. *Informações básicas dos municípios baianos: Região Paraguaçu*. Salvador, 1994. Nº. 14.

Biblioteca do Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura Tropical - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)- Cruz das Almas (Ba)

SILVA, Jairo Ribeiro da. "A importância da mandioca no Brasil e no mundo." Palestra proferida no VI Curso Intensivo de Mandioca realizado entre 14 e 24 de outubro de 1986. Texto datilografado.

Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Mário TARQUÍNIO. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, vol. 60. Ano 1934.

Centro de Digitação (CEDIG). Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal da Bahia

Jornal *A Tarde* (1951 – fev/1952)

Centro de Documentação e Pesquisa (CEDC) - Universidade Estadual de Feira de Santana

Processo-crime de Antônio Alexandrino (vítima). Atropelamento (1949-1964).

Processo-crime de Reginaldo Ferreira (autor). Lesão corporal culposa/ acidente de trânsito (1948-1955).

Centro de Estudos Feirenses (CENEF) Museu Casa do Sertão - Universidade Estadual de Feira de Santana

Jornal *Folha do Norte* (ago – dez/ 1947, 1948 – 1953, 1960)

Documentos particulares

Caderneta de anotações de Ubaldina dos Santos Teixeira. Feira de Santana, 1934, 62 p.

Entrevistas

1 - Algemiro Pereira de Amorim, escriturário aposentado do alambique Icaraí.

2 – Aloísio Machado da Silva e Maria Nilza Reis da Silva, camponeses do povoado Bom Viver.

3 – Ambrosina Marques dos Anjos, camponesa aposentada do povoado Fulô.

4 – Antônio Anunciação de Jesus, camponês da vila Fluminense.

5 – Antônio Bispo dos Santos, morador do povoado Caboronga.

6 – Catarina Anunciação de Jesus Souza e Maura de Jesus Souza Bezerra, camponesas da vila Fluminense.

7 – Dionísio de Araújo, camponês aposentado do povoado Bom Viver.

8 - Eduardo Pereira dos Santos, camponês e primeiro membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana.

9 – Francisco Paulo de Lima e Zenaide da Silva Lima, camponeses aposentados do povoado Tapera.

10 – Francisco Lima de Santana, camponês e morador das proximidades da antiga fazenda Pinto.

11 – Francisco Marques de Cerqueira, comerciante do bairro Limoeiro.

12 – Godofredo Teixeira Filho, camponês do povoado Caboronga.

13 – Hamilton Bispo de Santana, comerciante e morador do povoado Caboronga.

14 – Ilda Oliveira, camponesa do bairro Limoeiro.

15 – Israel dos Santos Teixeira, camponês aposentado do povoado Caboronga.

16 – João dos Santos Teixeira, motorista aposentado em Aracaju (SE).

17 – José de Lima, camponês aposentado do povoado Bom Viver.

18 – José dos Santos Silva, camponês e comerciante do povoado Bom Viver.

19 – José Gabriel Oliveira e Maria Lúcia dos Santos Oliveira, camponeses aposentados do povoado Rio da Prata.

20 – Louriana de Sena Santana Silva, moradora do povoado Caboronga.

21 – Maria da Glória F. C. Formiga, professora aposentada de Feira de Santana.

22 – Maria de Jesus dos Santos, camponesa aposentada do povoado Bom Viver.

23 – Maria de Jesus dos Santos Silva, camponesa do povoado Bom Viver.

24 – Pedro dos Santos, camponês aposentado do povoado Bom Viver.

25 – Raimundo Teixeira de Jesus, camponês do povoado Caboronga.

26 – Rosalina Lima de Jesus, camponesa do povoado Bom Viver.

27 – Roselita Pires de Jesus, moradora do povoado Caboronga.

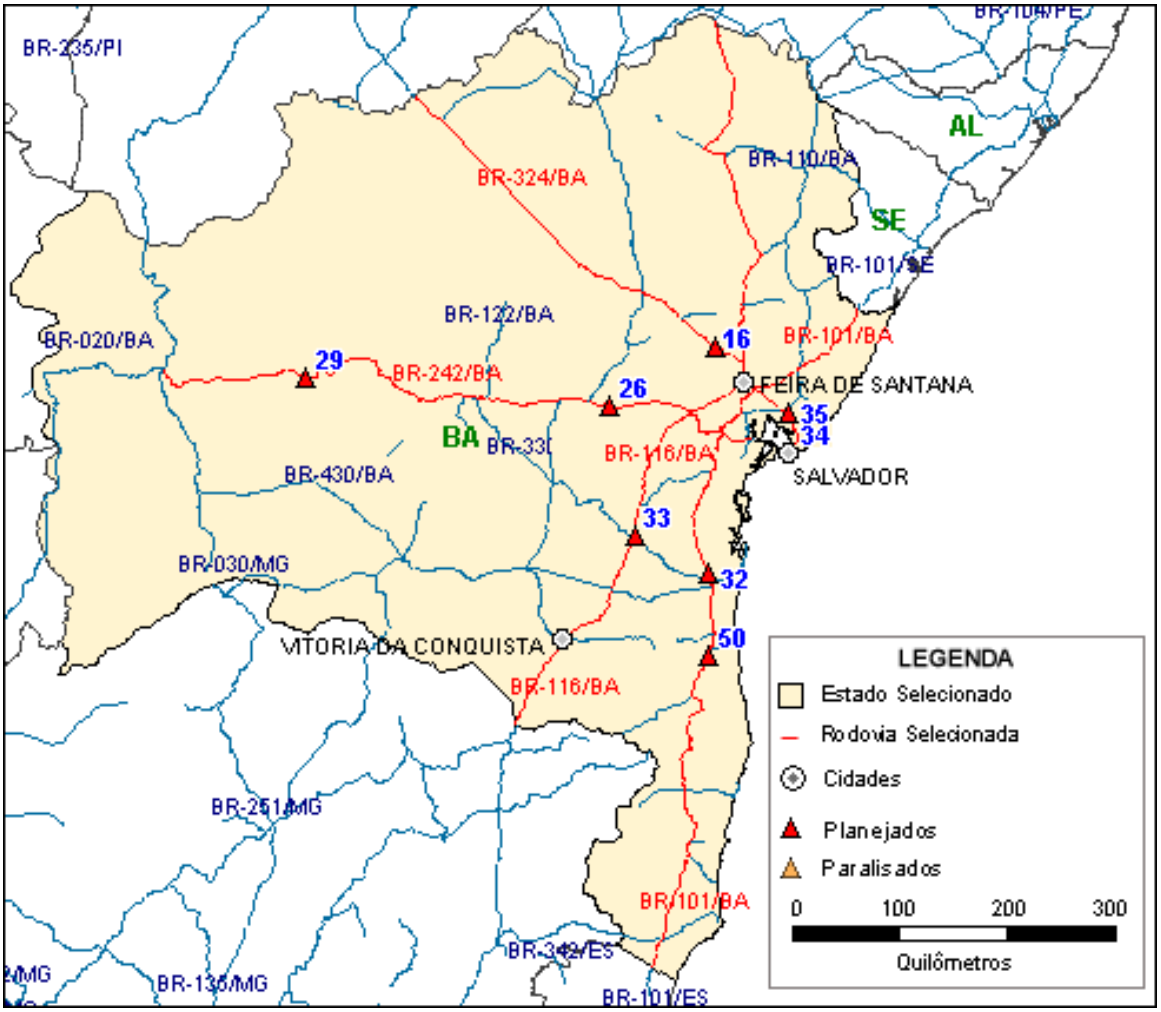
28 – Zulmira Fernandes Cerqueira Teixeira, camponesa aposentada do povoado Caboronga.

***Site* consultado**

http://www.dnit.gov.br/menu/rodovias/monitoramento/ba/view?searchterm=rodovia%20br%20324. Pesquisa realizada em 26/08/2006.

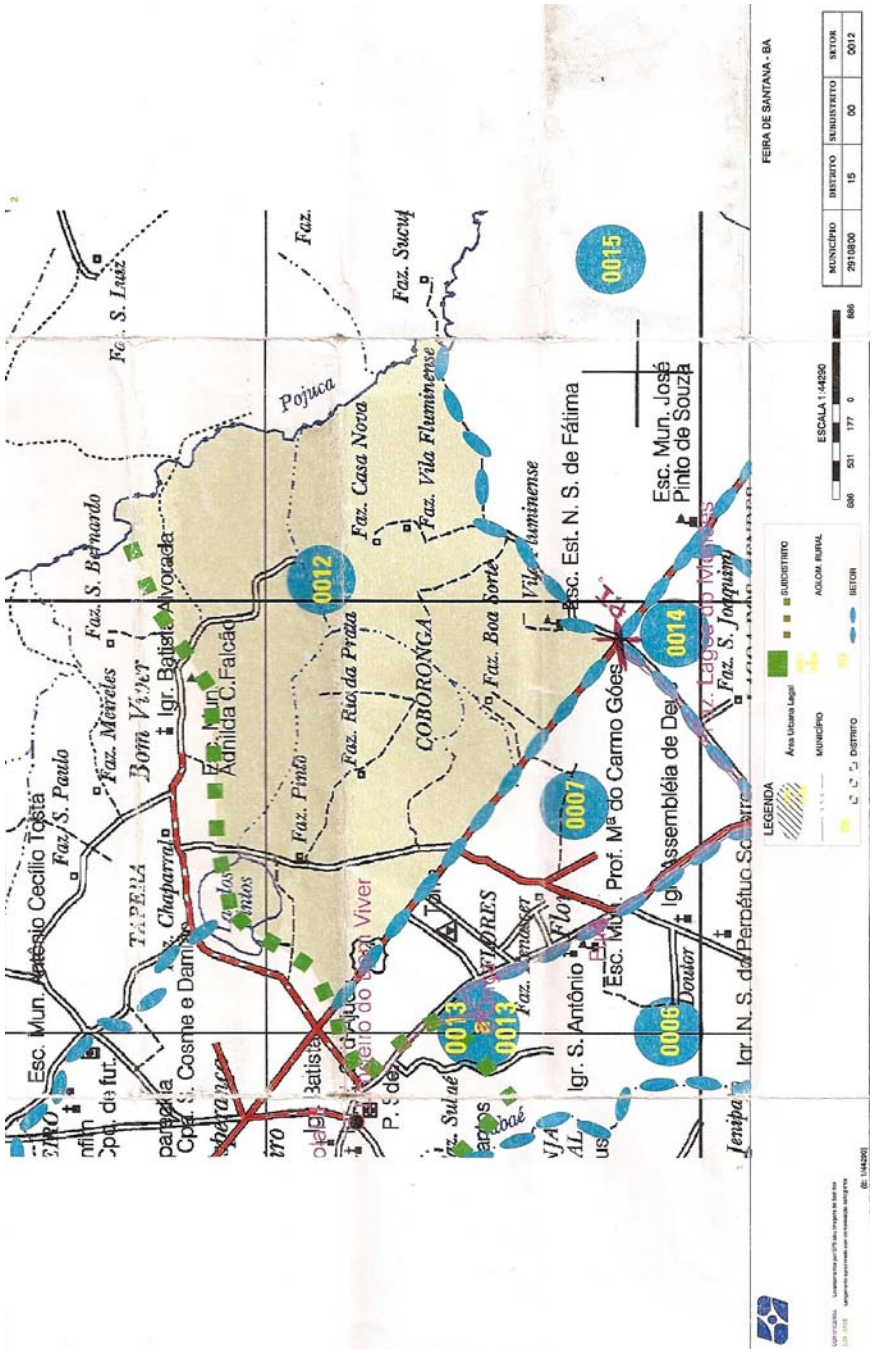
ANEXOS

I



Mapa rodoviário atual da Bahia. Disponível no *site:*
http://www.dnit.gov.br/menu/rodovias/monitoramento/ba/view?searchterm=rodovia%20br%20324.

II



Mapa de parte da região de Humildes. Fonte IBGE. Ano: 2007.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Wodis Kléber Oliveira. *A (re)produção da pequena propriedade rural no município de Feira de Santana – Ba.* Salvador, 2002. Dissertação de Mestrado.

BARICKMAN, Bert Jude. "A farinha de mandioca – 'o pão da terra' – e seu mercado". In: *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BENJAMIN, Walter. "O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov." In: *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1980. 3ª. edição.

CASTRO, Hebe de. "História social" In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 5ª. Edição.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Mª. "História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema". In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 5ª. Edição.

CREPALDI, Iara C. "Origem, evolução e geografia da mandioca" IN: *Revista Sitientibus*, nº. 10, p. 89–94, Jul./Dez. 1992.

CRUZ, Rossine Cerqueira da. *A inserção de Feira de Santana (Ba) nos processos de integração econômica nacional*. Campinas, 1999. Tese de doutorado.

DAVID, Onildo Reis. "Crise do comércio". In: *O inimigo invisível – epidemia do cólera na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA/ Sarah Letras, 1996.

DE CERTEAU, Michel. "Caminhadas pela cidade" e "Relatos de espaço". In: *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FREITAS, Nascelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana: influências da industrialização, 1970 – 1996*. Salvador, 1998. Dissertação de Mestrado.

GALVÃO, Monsenhor Renato de Andrade. "Os povoadores da região de Feira de Santana". In: *Revista Sitientibus*, vol. 1, jul – dez/ 1932.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARRIDO, Joan Del A. i. "As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate". In: *Revista Brasileira de História*, vol. 13, nº 25/ 26, set. 92/ ago. 93.

HEREDIA. Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KHOURY, Yara Aun. “Narrativas orais na investigação de história social”. *Revista Projeto História* – História e Oralidade, nº 22, Jun/2001.

LIMA, Zélia. *Lucas Evangelista: o Lucas da Feira. Estudo sobre rebeldia escrava em Feira de Santana, 1807-1849*. Salvador, 1990.

LIMONCIC, Flávio. *A civilização do automóvel: a instalação da indústria automobilística no Brasil e a via brasileira para uma improvável modernidade fordista (1956-1961)*. Rio de Janeiro, 1997. Tese de doutorado.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 177.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. “Outras palavras”. Texto nº 4, 2ª fase do Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana. *Revista Sitientibus*, nº 18, Jan – Jun/ 1998.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. “Projeto memória da feira de Feira de Santana. Primeira fase. A feira está morta. Viva a feira!” Texto 02. *Revista Sitientibus*, nº 3, Jan – Jun/ 1986.

NEGRO, Antônio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945 – 1978*. São Paulo: Boitempo, 2004.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *História regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana; Salvador: Arcádia, 2002.

NOGUEIRA, Maria Dina e WALDECK, Guacira. *Mandioca: saberes e sabores da terra*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2006.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira. *A luta pela autonomia e participação política dos camponeses: um estudo nas micro-regiões de Feira de Santana e Serrinha, no Estado da Bahia*. Campina Grande, 1987. Dissertação de Mestrado.

POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador: Editora Itapuã, 1968.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. In: *Revista Projeto História*, nº 14, fev/ 1997.

REIS, João José e AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. "'Carne sem osso, farinha sem caroço': o motim de 1858 contra a carestia na Bahia". In: *Revista de História*, São Paulo, nº. 135, 2º semestre de 1996.

RIBEIRO, Ellen. *Abastecimento de farinha da cidade do Salvador: aspectos históricos*. Salvador, 1982. Dissertação de Mestrado.

SAMUEL, Raphael. "Documentação, história local e história oral". In: *Revista Brasileira de História*, vol. 09, nº 19, Set – 89/ fev – 90.

SANTA BÁRBARA, Reginilde Rodrigues. *O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana – Bahia (1929- 1964)*. Salvador, 2007. Dissertação de Mestrado.

SANTANA, Charles d' Almeida. *Fartura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações; Bahia, 1950 – 1980*. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Alane Carvalho. *Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização*. Salvador, 2002. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Ana Maria Fontes dos. "Ginásio Municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963 – 1964)". In: *Revista Sitientibus*, nº 24, Jan – Jun/ 2001.

SILVA, Aldo José Morais. *Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana. Elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833 – 1937)*. Salvador, 2000. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Marcos A. da. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SONNEVILLE, Jacques Julles. *Os lavradores de fumo: Sapeaçu-Ba, 1850 – 1940*. Salvador, 1982. Dissertação de Mestrado.

SOUZA, Antônio Candido de Mello e. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Editora 34, 1964.

TEIXEIRA, Cid. *Caminhos, estradas, rodovias da Bahia: notas para a história*. Salvador: SINDUSCON – Ba, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward P. "Patrícios e plebeus" In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 2ª edição.

THOMPSON, Edward P. “Tempo, trabalho e disciplina”. IN: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 2 edição.

THOMSON, Alistair e outros. “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais”. In: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

VIANNA, Hermano e BALDAN, Ernesto. *Música do Brasil*. São Paulo: Abril Entretenimento, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

ZORZO, Francisco Antônio. “Retornando a história da rede viária baiana: o estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850 – 1950).” In *Revista Sitientibus*, nº. 22, jan – jun/ 2000.